



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA

LINHA 1. HISTÓRIA POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAIS

**“EM BENEFÍCIO DA FORMAÇÃO DA JUVENTUDE FEMININA”- A
ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE (1955-1960)**

Campina Grande – PB
2018

PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA

**“EM BENEFÍCIO DA FORMAÇÃO DA JUVENTUDE FEMININA”- A
ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE (1955-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Niédja M^a Ferreira de Lima

**Campina Grande – PB
2018**

NOME: Pâmella Tamires Avelino de Sousa

TÍTULO: “**Em Benefício da Formação da Juventude Feminina**”: A Escola Normal Estadual de Campina Grande (1955-1960).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima
Orientadora – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
Universidade Federal da Paraíba

Profª. Dra. Melânia Mendonça Rodrigues
Universidade Federal de Campina Grande

Local: Universidade Federal de Campina Grande

Centro de Humanidades

Campus I – Campina Grande

*Aos meus pais, minha base, força e esperança.
Aos meus avós, meu exemplo e meus amores.*

Nenhuma instituição existe por si mesma. Ela não pode surgir, conservar-se ou mudar fora da conexão com uma quantidade de outras instituições e fenômenos sociais

(BITTAR, 2009, p.6)

AGRADECIMENTOS

Finalizado esse percurso, é chegado o momento de agradecer a todos que estiveram presentes e que contribuíram com a minha caminhada...

Inicialmente, é preciso agradecer a Deus sustento e alimento na perseverança e no caminhar. Sua intervenção fortalece meus passos e pensamentos “Os mais belos pensamentos nada são sem as obras” Santa Teresa de Lisieux.

Aos meus pais Fábio e Zilda, pelas maiores e mais significativas lições que aprendi em minha vida. Pela dedicação e esforço em sempre me proporcionar uma boa educação escolar e social. Agradeço imensamente e palavras sempre serão insuficientes para descrever tamanho sentimento.

Ao meu irmão Fábio Jr. Por toda curiosidade e essencialmente os cuidados e desejos de boa noite pelas longas madrugadas.

Aos meus avós, fonte de força, exemplo e coragem de sempre sorrir e seguir em frente. A minha avó, pela alegria de sempre entusiasmada em ter uma neta Professora. A meu avô, pelo carinho e orgulho e principalmente pela motivação à leitura. Grandes exemplos da minha vida.

À professora Niédja pelo carinho, cuidado e afago no direcionamento da pesquisa. Aprendemos muito juntas e o laço que teve início na graduação se estendeu. Agradeço de coração por me ajudar e me encorajar nesse desafio.

À professora Melânia, inspiração e exemplo de pessoa e professora. Agradeço por ter sido sua aluna na graduação e ter tido a oportunidade de estender esse laço. Nunca esquecerei as primeiras palavras que me direcionou ainda no segundo período e principalmente por ter visto em mim a determinação e esforço, meus caminhos certamente seriam outros se não fosse o seu zelo e cuidado de sempre. Espero corresponder sempre a sua atenção.

Ao professor Charliton pela disponibilidade e atenção. Pelas enormes contribuições e animo na construção dessa pesquisa. Além de agradecer és uma pessoa das quais esse momento me proporcionou conhecer e compartilhar aprendizados.

A Rafael, grande incentivador dessa caminhada. Agradeço, por acreditar em mim e está sempre ao meu lado me encorajando, me dando forças seja brincando para tornar o fardo mais leve, seja nas inúmeras idas aos arquivos. Agradeço também o cuidado de sempre no manuseio dos arquivos e na escuta incansável das minhas reflexões. Obrigada.

As minhas amigas, companheiras de frustração e de alegrias na educação, desde a graduação Mery, Jéssica, Tatiana, Laís (parceira nesse novo desafio) e Cíntia. Meus mais sinceros agradecimentos pelos sorrisos e distrações, a caminhada se torna mais leve ao lado de vocês.

À minha amiga e companheira da história da educação e do estudo com instituições escolares Vivia. Agradeço pela disponibilidade e ajuda em todos os momentos, pelas leituras e pesquisas nos arquivos, és uma amiga louvável e um ótimo exemplo de disciplina e determinação.

A todos os meus irmãos queridos, tão diferentes e ao mesmo tempo parecidos quando o quesito é alegria, companheirismo e generosidade, por terem aceitado estar presentes em minha caminhada, pelas inúmeras risadas, pela torcida de sempre.

À Universidade Federal de Campina Grande e a CAPES, por tornar praticável meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

À minha turma de mestrado, pelas amizades, as conversas e desabafos, enfim por vivências tão significativas.

À Stefany Marques pela companhia nas idas aos arquivos, pelas risadas e dias agradáveis de pesquisa.

Aos Professores e funcionários do PPGEd pela atenção e disposição.

À Dona Marilene pela disposição, cuidado, entusiasmo e ajuda no arquivo da Escola Normal.

À Evandro Barros colega de pesquisa do qual contribuiu imensamente com a digitalização de dados e arquivos.

A todos os profissionais da Escola Normal Estadual de Campina Grande pela acolhida sempre significativa e disposição em contribuir com a pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Átila de Almeida pela atenção e disposição na concessão dos documentos.

Aos funcionários do Arquivo Waldemar Bispo Duarte pela atenção e disposição na concessão dos documentos.

À minha querida cidade por ser o cenário de muitas conquistas e experiências do meu viver.

A todos que participaram direto ou indiretamente desse momento tão importante, a minha imensa gratidão!

RESUMO

A presente pesquisa se insere no campo dos estudos relacionas as *instituições escolares*. Destacamos a importância atribuída a esse tipo de instituição por sua característica específica na *formação de professores*, dois eixos que consideramos importantes no nosso estudo. Objetivamos conhecer os determinantes sócio políticos e educacionais compuseram a criação da a Escola Normal Estadual para Campina Grande (1955-1960). Como justificativa ao recorte temporal, definimos 1955 para início da investigação por se tratar de um momento político nacional e local fonte de grandes mudanças sociais, dentre elas educativas, e 1960 por ser o ano de criação da escola. Mesmo considerando que a instituição foi prometida em 1958, mantemos o recorte com a finalidade de corroborar a criação da escola com o contexto político social. No que diz respeito aos conceitos que nortearam a construção do conhecimento, foram eleitas como categorias temáticas: Criação da Instituição; Feminização e Formação de Professores, das quais nos respaldamos nos referenciais teóricos de Saviani (2007); Tanuri (2000); Nosella e Buffa (2013); Vicentini e Lugli (2009); Almeida (1998/2004); Chamon (2005) entre outros. Destacamos o descompasso de criação da escola em comparação com a instituição pessoense e outras escolas formativas pertencentes ao domínio particular, de modo que a ENECG é a primeira instituição pública para formação de professoras na cidade de Campina Grande e defendemos o argumento que a instituição foi formada essencialmente para as moças da sociedade campinense, a chamada “juventude feminina”. As fontes históricas utilizadas foram: jornais, mensagens do governador Pedro Gondim, fichas de matrícula das alunas pioneiras, fotos, regimento interno do colégio, dentre outros documentos. Na consulta e análise empreendida nos periódicos locais e estaduais, com destaque para o jornal diário da Borborema, percebemos que a criação da escola foi uma necessidade de aperfeiçoar as professoras que atuavam no ensino primário, considerado na cidade enquanto insuficiente e precário. Por meio de várias reflexões desenvolvidas, concluímos que a criação da Escola Normal de Campina Grande constituiu-se enquanto manobra política, uma vez que a promessa e cumprimento da criação da escola corroboraram a necessidade de ampliação educacional nacional e local, junto a esse movimento a elite letrada campinense. Por meio do recurso da imprensa, foram noticiadas as debilidades do ensino primário, com ênfase na má formação das professoras campinenses compondo assim o cenário para solicitação, promessa e criação da instituição com a promessa anunciada em 1958, mas com a criação em 1960 e início do funcionamento apenas em junho do mesmo ano. No que diz respeito ao seu funcionamento em prédio próprio, este só ocorreu dez anos mais tarde em 1970.

Palavras-chave: Escola Normal. Campina Grande/PB. Formação de Professores. Feminização.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Artigos Publicados na Revista Brasileira de História da Educação/SBHE --	27
QUADRO 2	Artigos Publicados na Revista HISTEDBR On-line (História, Sociedade e Educação no Brasil) -----	28
QUADRO 3	Produção acadêmica: Programas de Pós-graduação do Nordeste -----	29
QUADRO 4	Faixa etária: alunas da primeira turma EM -----	131
QUADRO 5	Naturalidade, colégio e ano de conclusão do curso ginásial -----	133

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Benefício do Ensino Primário: as Bolsas de Estudo para Campina Grande -----	90
Foto 2	Instituto de Educação de Campina Grande -----	97
Foto 3	Anteprojeto que cria a Escola Normal para Campina Grande -----	103
Foto 4	Aprovação do anteprojeto -----	104
Foto 5	Assinaturas aprovação anteprojeto -----	104
Foto 6	Decreto – Lei 2.229, de 31 de Março de 1960 -----	120
Foto 7	Decreto: Cria a Escola Normal Estadual de Campina Grande -----	121
Foto 8	Decreto: Cria a Escola Normal Estadual de Campina Grande (cont.)	122
Foto 9	Ficha de Matrícula (Frente e Verso) -----	128
Foto 10	Exame Vestibular -----	130
Foto 11	Características das alunas -----	132
Foto 12	Requerimento de Matrícula -----	138
Foto 13	Normalistas da Turma Pioneira no Colégio Estadual -----	139
Foto 14	Diretor Fernando Silveira e alunas concluintes -----	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Forma de Ingresso das alunas normalistas (1960) -----	131
Gráfico 2	Os documentos exigidos para matrícula -----	137

LISTA DE SIGLAS

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

PET – Programa de Educação Tutorial

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

UAEd – Unidade Acadêmica de Educação

CH – Centro de Humanidades

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

RBHE – Revista Brasileira de História da Educação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UECE – Universidade Estadual do Ceará/ Fortaleza

UFC – Universidade Federal do Ceará/Fortaleza

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

EN – Escola Normal

ENECG – Escola Normal Estadual de Campina Grande

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CRPE – Centro Regional de Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

MEC – Ministério da Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

IEP – Instituto de Educação da Paraíba

FURNE – Universidade Regional do Nordeste

SUMÁRIO

RESUMO -----	8
LISTA DE QUADROS -----	9
LISTA DE FOTOS -----	10
LISTA DE GRÁFICOS -----	11
LISTA DE SIGLAS -----	12
CAPÍTULO 1. SITUANDO AS PRIMEIRAS IDEIAS E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO -----	16
1.1 O PERCURSO DE FORMAÇÃO DO SUJEITO PESQUISADOR -----	19
1.2 O OBJETO, OBJETIVOS E A PERIODIZAÇÃO -----	21
1.3 FONTES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS -----	32
1.4 CAMPO DE INSERÇÃO DA PESQUISA -----	37
CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO COMO FUTURO DA NAÇÃO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E NA PARAÍBA -----	44
2.1 O GOVERNO NACIONAL E OS PROJETOS/AÇÕES PARA FORMAÇÃO DO PROFESSORADO -----	46
2.1.1 O ESTADO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO: DA INDUSTRIALIZAÇÃO À EDUCAÇÃO PÚBLICA-----	52
2.2 A ESCOLA NORMAL NO BRASIL E NA PARAÍBA ASPECTOS DA FORMAÇÃO DOCENTE: A PROFISSIONALIZAÇÃO E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO-----	57
2.3 “O QUE FOI O GOVERNO DE PEDRO GONDIM?”: NOTAS SOBRE SUA ATUAÇÃO A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES-----	68
2.3.1 OS PLANOS EDUCACIONAIS PARA CAMPINA GRANDE-----	72
CAPÍTULO 3. ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE: “EM BENEFÍCIO DA FORMAÇÃO DA JUVENTUDE FEMININA” -----	83
3.1 O CRESCIMENTO DA CIDADE, MARCAS DO DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO PÚBLICA-----	85
3.2 A CRIAÇÃO DA EN EM CAMPINA GRANDE NOS ANOS 1955-1960: CONTEST(AÇÕES)-	95
3.2.1 A ESCOLA NORMAL REVELADA NA IMPRENSA LOCAL - 1960-----	112

3.3 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO CORPO ESCOLAR: OS PROPULSORES E IDEALIZADORES DA ENECG, A EQUIPE TÉCNICA E OS DOCENTES -----	118
3.3.1 QUEM ERA A JUVENTUDE BENEFICIADA?-----	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	141
REFERÊNCIAS -----	148
ANEXOS -----	154

CAPÍTULO 1. SITUANDO AS PRIMEIRAS IDEIAS E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A presente pesquisa suscitou um momento da história educacional sobre a formação de professores em Campina Grande/PB no período de 1955 - 1960. Partindo da premissa liberal que a educação escolar possui papel significativo em nossa sociedade, por ser considerada a solução para os diferentes problemas sociais, destacamos a criação de uma instituição escolar, específica para formação de profissionais encarregados com a educação primária. Assim, buscamos investigar quais os determinantes sócio políticos e educacionais compuseram a criação da Escola Normal de Campina Grande/PB.

Atemo-nos a esse pensamento liberal, por ser algo evidenciado nesse recorte temporal (1955-1960), inclusive em outros estudos, a mencionar Agra do Ó (2006) ao destacar em seu estudo “*Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)*” o pensamento da sociedade dirigente em fazer de Campina Grande/PB uma cidade promissora em crescimento a partir da educação. Como mostraremos em nosso estudo, esse era um pensamento político nacional e local, impresso inclusive em uma de nossas fontes de estudo, os jornais.

Ademais consideramos o posicionamento que a história não será contada da real forma como aconteceu, porém o uso de documentos como fontes investigativas nos aproximaram desse momento vivido. Nosso intuito não é explicar a realidade ou simplesmente compreendê-la, pois a atividade científica da qual desenvolve o pesquisador está arraigada ao movimento de transformação e construção de bases teóricas (WACHOWICZ, 2001).

Com o propósito de compreender o sentido acerca da educação para professores no município de Campina Grande, acentuamos o agir humano em meio social como principal corroborador das atividades constituídas socialmente. Embora cientes dos entraves em compreender uma realidade dinâmica e de espaço temporal longínquo, baseamos nossa perspectiva no entendimento do homem enquanto ser histórico “[...] É vivendo com os homens que o homem inventa o mundo, comunicando sua invenção e sendo dela comunicado pelos outros” (CASTANHO, 1996, p.15).

Nesse sentido, compreendemos que tanto a instituição em estudo quanto o agir do pesquisador em desdobramento de revelar sua historicidade desencadeia a perspectiva de construção do conhecimento. Sendo assim, o singular se relaciona com o todo e “[...] o conhecimento tem como ponto de partida o particular concreto e como

ponto de chegada o universal concreto” (ibidem, p.16) alicerçando uma relação continua em construção do conhecimento.

Para tanto, com o intuito de investigar os determinantes sociais que impulsionaram a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande/PB, e que ganham sentido através da descoberta dos eventos sociais, consideramos que “Se a realidade não tem determinações, o mundo é um mundo de fenômenos, completos em si mesmos, que quando muito se articulam uns com os outros” (WACHOWICZ, 2001, p.3).

Com vistas a atender essa finalidade, organizamos o texto de maneira a compreender o singular e o todo. Nesse sentido, a primeira seção intitulada: *Situando as primeiras ideias e a construção do objeto de estudo* registra a trajetória realizada pela pesquisadora em âmbito acadêmico, seguido dos desdobramentos que enredaram a construção do tema de pesquisa, bem como a utilização dos métodos, as fontes pertinentes para a pesquisa e o campo de inserção do estudo.

Na segunda seção *A Educação como futuro da nação: A Formação de Professores no Brasil e na Paraíba*, apresentamos uma breve revisão bibliográfica acerca da constituição específica das Escolas Normais no Brasil e na Paraíba, destacando as características que esse movimento aderiu conforme sua repercussão, dentre eles o mais evidente que corresponde à feminização do magistério. Ainda na contextualização, tratamos dos anseios e projetos políticos instaurados na década de 1950 para o professorado primário, evidenciamos a realidade do Estado nacional-desenvolvimentista e seus desdobramentos nos contextos nacionais, estadual e municipal.

Em seguida, no último capítulo, *Escola Normal Estadual de Campina Grande: “Em benefício da formação da juventude feminina”*, apresentaremos os resultados do objeto estudado mediante a visão das fontes e do referencial metodológico. A pesquisa de cunho documental expõe jornais de circulação estadual e municipal que destacam a criação da escola, as promessas políticas e os anseios da sociedade e dos estudantes. Dentre esses periódicos trabalhamos com o *Diário da Borborema*, *Gazeta Campinense*, *Semanário oficial do município de Campina Grande*, *Diário Oficial* e *A União*. Ademais utilizamos documentos pertencentes ao arquivo João Agripino pertencente à Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, bem como outras fontes legais disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e o Arquivo

Deputado José Braz Do Rêgo - Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba.

Ressaltamos, que os dois capítulos finais, mais precisamente o terceiro do qual consta os resultados das análises, é permeado por fontes¹, uma vez que esta foi à forma de acessarmos o passado, não tendo acesso direto a esse período “[...] restam-nos as fontes que permitem e fazem a mediação” (ORSO, 2013, p.43). Para tanto, o manuseio dos documentos consistiu de uma fase inicial de leitura prévia, seguida, do registro fotográfico para posteriormente análise, com o intuito de investigar o processo de criação da Escola Normal Estadual, bem como conhecer como foi retratada a instituição pela imprensa local, os anseios, o papel social e educacional, também apresentar as personalidades sociais envolvidas na tramitação de criação da escola, quem foram às jovens beneficiadas com essa instituição e modelo o escolar fomentado, além da equipe de professores e técnicos envolvidos na constituição desse corpo escolar. Por fim, atrelada a essas evidências, apresentaremos o cenário educacional no município também retratado nas fontes e em trabalhos acadêmicos.

¹ Compreendemos as fontes enquanto “[...] documentos, registros, marcas e vestígios deixados por indivíduos, por grupos, pelas sociedades e pela natureza que representam ou expressam uma determinada forma de ser da matéria, seja ela natural, humana ou social, em seu processo de contradição e transformação” (ORSO, 2013, p.43).

1.1 O percurso de formação do sujeito pesquisador

Algo de grande importância para a formação de um pesquisador é o caminho que ele percorreu e alcançou para chegar ao seu momento de construção². A leitura e o mundo da imaginação sempre foi algo que me pertenceu e acredito terem sido esses caminhos, que me conduziram a curiosidade. Chamo curiosidade, por ser o primeiro momento de definição do objeto, depois o estranhamento de não encontrar nenhum trabalho relativo ao estudo ora apresentado. Durante a graduação no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), as disciplinas que mais me encantavam foram os fundamentos educacionais pois, nelas, estão contidas as raízes de nossas atuais teorias e que por mim eram desconhecidas.

No início do curso, tive a oportunidade de participar da seleção do Programa de Educação Tutorial (PET/Pedagogia)³, espaço onde pude aprender individualmente e coletivamente sobre diferentes assuntos educacionais, bem como aprofundar meus estudos e minimizar algumas dificuldades. Considero esse momento como marco em crescimento do caminho acadêmico. Foi assim, durante a integração ao grupo que surgiu o objeto de estudo que passo a relatar nessa dissertação.

Nesse sentido, o presente estudo, objeto de investigação, decorre do percurso enquanto pesquisadora desenvolvida durante a graduação em Pedagogia na (UFCG), no período de 2009-2013 quando integrava o PET Pedagogia e participava de atividades de ensino, pesquisa e extensão. No âmbito da pesquisa, realizamos estudos acerca da Escola Pública no Brasil e em Campina Grande, da qual transcorreram inserções pertinentes ao percurso de construção do conhecimento, dentre eles o desenvolvimento e publicação em meio digital da Revista do Ensino da Paraíba⁴.

Foi no PET, que tive as primeiras inserções no âmbito da pesquisa, especialmente na instrumentalização com documentos históricos. Esse acesso às fontes me revelou uma oportunidade de acesso ao conhecimento de maneira insaciável, pois me fez considerar que o pesquisador da história da educação vê por meio dos

²Nesse momento, usarei o verbo em primeira pessoa para relatar um pouco do percurso desencadeado nessa construção enquanto pesquisadora.

³O PET é norteado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. Relacionando esses três princípios, contempla-se uma formação ampla para o bolsista/graduando.

⁴A Revista do Ensino da Paraíba consiste em um periódico educacional da Diretoria de Ensino Primário, editado pela Imprensa Oficial durante dez anos, de 1932 a 1942. E o desenvolvimento da pesquisa compreendeu entre vários momentos de estudo e organização de dados a digitalização e divulgação dos exemplares da Revista do Ensino, disponíveis no site <<https://issuu.com/revistadoensino>>.

documentos o passado registrado. Considero esse momento como importante, e decisivo na minha formação, pois proporcionou mais que a chance de aprofundar na área da pesquisa, como também de recorrer a vários meios e estudá-los a fim de compreender a história, especificamente da educação, por meio da atividade humana. Nesses ensaios de pesquisa, em um recorte de jornal que resgatei o primeiro dado acerca da criação da ENECG que viera a se tornar objeto de estudo. A matéria questionava a utilização da verba destinada à construção do prédio, a partir de então busquei outras fontes, desta vez a pesquisa em periódicos, dissertações e teses que esclarecessem a criação da instituição. Não tive nenhum resultado positivo, os estudos acerca da escola quando não eram poucos, traziam dados insuficientes sobre sua criação.

Em um segundo momento, após apresentar o achado ao grupo de pesquisa, fui até a instituição, onde também não tive muitas informações. No entanto, alguns fatores expressam o significado positivo da escola para com a sociedade campinense, tais como a estrutura da escola, bem como o relato de alguns funcionários. Esse contato com a instituição aguçou mais o interesse pela história da criação da escola e, nesse momento, espero corroborar com a história educacional desse município e do corpo escolar/social que constituiu essa instituição.

Ratifico que o contato com as fontes históricas subsidiaram algumas indagações, especialmente no que concerne a preocupação do município de Campina Grande com a educação e ademais com formação de professores. Sendo assim, teve início a busca de informações em arquivos e possivelmente relatos de memória⁵ sobre a primeira Escola Normal de Campina Grande em caráter público⁶, uma vez que são essas as primeiras instituições dedicadas à formação de professores.

Nesses primeiros instantes as informações acerca do processo de criação da escola eram incipientes e restringia-se a um breve histórico da instituição, disponível nos documentos oficiais⁷ da Escola Normal Estadual de Campina Grande. No entanto, em busca de maiores informações, tivemos acesso a alguns exemplares do diário da Borborema da década de 1950, os quais registravam em alguns artigos que a criação da

⁵ Consideramos como uma contribuição rica o relato de memória, no entanto nossa pesquisa não possui tal elemento, desse modo, nesse momento procuramos responder nossas inquietações através do documento escrito.

⁶ A cidade de Campina Grande contava até o início da década de 1960, apenas com instituições equiparadas à Escola Normal, o Instituto Pedagógico, atual Colégio Alfredo Dantas (CAD) e o Colégio Imaculada Conceição, ambas pertencentes à rede privada de ensino.

⁷ O Histórico Escolar compõe o atual Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

escola denotava uma riqueza de acontecimentos considerados até então como pouco esclarecidos⁸.

A inquietude do tema ainda não investigado suscitou em seu percurso a constituição de um grupo de estudos em fomentação a fim de contribuir na constituição desse fato histórico, dando início a uma pesquisa que abarcou o período posterior da criação dessa Escola Normal (1960)⁹. Trata-se de uma investigação mais ampla intitulada “Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia - Campina Grande-PB: criação e consolidação (1960-1970)”, (Chamada MCTI/CNPq N ° 14/2014) concluída em dezembro de 2017 na UFCG, na qual as autoras (Mestranda e Orientadora) integram a equipe desse projeto¹⁰.

No tocante a pesquisa em evidência, teve como finalidade contribuir para a constituição de um conhecimento acerca do processo de criação da referida Escola, uma vez que não se identificou nenhum trabalho mais consistente acerca de sua criação¹¹. Tal fato já demonstra uma grande relevância para a realização do estudo. Nesse sentido, “Propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer” (SAVIANI, 2013, p.28).

1.2 O objeto, objetivos e a periodização

Primeiramente cabe destacar que compreendemos a pesquisa acerca de instituições escolares como temática relevante no âmbito da História da Educação, uma vez que a instituição escolar ocupa em nossa sociedade um cenário revelador de

⁸ Conforme levantamento realizado no acervo digital da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES não existem estudos de caráter científico que remontem o processo histórico da Escola Normal Estadual de Campina Grande.

⁹ Mais à frente, no tópico *1.2 O objeto, a periodização e os objetivos* será melhor esclarecido os objetivos dessa pesquisa de mestrado.

¹⁰ Integram essa equipe de técnica da pesquisa: as Professoras. Dra. Melânia Mendonça Rodrigues – UAEd/CH/PPGE/UFCEG; Niédja Maria Ferreira de Lima – UAEd/CH/PPGE/UFCEG, e Vívica de Melo Silva – DFE/CE/UFPE; Pâmella Tamires Avelino de Sousa, mestranda bolsista Capes PPGE/UFCEG e Stéfany de Almeida Marques – Graduanda em Pedagogia, Integrante do Grupo PET/Pedagogia/UFCEG. E colaboradoras eventuais: Bruna Ismaele Cunha Silva – Graduanda em Pedagogia, Integrante do Grupo PET/Pedagogia/UFCEG; Mirele Islane dos Santos Pereira – Graduanda em Pedagogia, Integrante do Grupo PET/Pedagogia/UFCEG e Merygláucia Silva Azevedo – Mestre em Educação/PPGE/UFPE.

¹¹ Essa constatação evidenciou-se por um levantamento bibliográfico e documental em anais de eventos da área de História da Educação brasileiros (SBHE e HISTEDBR), bem como no acervo digital do Banco de Teses e dissertações – Capes. O levantamento dispôs da periodização 2014-2016 e evidenciou os programas de pós-graduação nordestinos.

diversas nuances. Isso porque, no entorno de uma escola podemos observar os desdobramentos sociais permanentes e atendo-se ao aspecto histórico podemos levantar as contribuições desse espaço esboçando o papel significativo dessa instituição para o grupo social a qual pertence.

Apresentando sua experiência nesse contexto de pesquisas acerca de instituições escolares Nosella e Buffa (2013) apontam que “[...] as melhores pesquisas ocorreram quando a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, dos alunos que formou etc.” (p.58). Nesse sentido, consideramos a necessidade de iniciar nosso estudo compreendendo os desdobramentos que suscitaram a criação da ENECG. Conforme Vicentini e Lugli (2009, p.13)

[...] é preciso considerar os saberes, práticas e valores próprios da escola, produzidos em meio a embates que procuraram imprimir a essa instituição uma determinada configuração sujeita permanentemente tanto a estratégias desenvolvidas para mantê-la quanto a tentativas de transformá-la.

Seguindo esse pensamento e mantendo-se em concordância com Vicentini e Lugli (2009), cabe mencionar que a instituição escolar referida nesse estudo apresenta como característica fundamental o seu aspecto formativo, isto é a formação de professores, temática também de grande relevância nos estudos educacionais, seja no contexto histórico ou político (TANURI, 2000). Ao se tratar de uma Escola Normal, apontamos como evidência no contexto de criação as necessidades educacionais para formação de professores nesse recorte histórico.

Dessa forma Vicentini e Lugli (2009), compreendem a história da profissão docente em concordância com Nóvoa (1986), quando afirmam que a atuação do Estado frente ao controle educacional assume um status de maior responsabilidade alçando para a sociedade a necessidade educativa como meio de propagação dos conhecimentos necessários a uma população moderna. Para tanto, o investimento na educação caminha atrelado ao contexto de legitimação da profissão docente. Para Vicentini e Lugli (2009, p.15)

No caso brasileiro, a constituição do magistério deve ser entendido no âmbito da difusão, entre nós, do *modelo escolar de educação*. Esse processo foi intensificado a partir do século XIX, criando os espaços de atuação docente e as condições de existência e desenvolvimento do grupo. Ao mesmo tempo, a escola valeu-se da ação da categoria para legitimar a instituição e o trabalho nela realizado.

Tal afirmação corrobora o papel da escola como fundamental na compreensão da sociedade e afirma a atuação docente atrelado ao desenvolvimento social e educacional. Mais adiante Vicentini e Lugli (2009), afirmam que a institucionalização da profissão docente ocorreu gradativamente devido à interferência e controle do Estado frente “[...] os conteúdos e os comportamentos que deveriam ser cultivados pela escola, os principais responsáveis por esse empreendimento – os professores” (p.14) através desse controle o poder governamental passou além de promover o modelo de educação como também a desenvolver o seu recrutamento, formação e contratação.

Desse modo cabe compreender que o estudo da criação de uma Escola Normal remonta especificidades características a uma instituição escolar de formação de professores. Para essas particularidades Araújo [et. al.] (2008, p.13) suscita que

[...] a respeito da história da profissão docente no período da Modernidade, seja como ideia, seja como efetivação, com a perspectiva de demarcar a formação docente, sobretudo em contexto europeu, formação esta componente da discutida e discutível profissionalização docente. Como parte da história da profissão docente, as escolas normais podem ser pensadas em relação a esta discutida e discutível profissionalização. A construção desta em sentido moderno, já ultrapassa quinhentos anos. Historicamente, é uma profissão que passou pela regulação religiosa entre os séculos XV e XVIII, e a partir do século XIX tem sido predominantemente regulada pelo Estado.

Nessa perspectiva, considerando que a criação de uma instituição escolar remonta diferentes especificidades, corroboramos com o posicionamento de Nosella e Buffa (2013) ao destacarem que a compreensão acerca do estudo da criação de instituições escolares é “[...] importante focalizar a situação econômica e social da região (contexto) quando da criação da escola, articulação políticas e justificativas apresentadas pelos seus propositores, documentação, jornais da época, discursos de inauguração e legislação” (destaques dos autores, p.69).

Nesse sentido, com o intuito de atender o objetivo geral proposto para esse estudo o de investigar os determinantes sócio políticos e educacionais que proporcionaram a criação da Escola Normal de Campina Grande, compreendemos estar explicitando “[...] a relação dialética entre o particular e o geral” (NOSELLA E BUFFA, 2013, p.74), uma vez que buscaremos identificar as ações empreendidas no cenário local (Campina Grande e Paraíba) e Nacional a fim de compreender as ações direcionadas ao processo de planejamento e criação da Escola Normal Estadual de

Campina Grande. Para tanto, delimitamos como recorte temporal o período que vai de 1955 até 1960.

O período que se inicia em 1955, nos remete a um momento de grande efervescência desenvolvimentista no âmbito local¹² e nacional. No que concerne ao cenário nacional impunha mudanças de nível estrutural no país, com o surgimento e crescimento de indústrias. Conforme Souza (2009, p.2) esse período tem início nos anos 1950 e corresponde a um momento de

[...] nova realidade marcada pelas transformações econômicas, sociais e políticas, decorrentes da implementação da industrialização. Existia nesse período um grande debate de ideias sobre os modelos de progresso e de desenvolvimento para o país. A absorção do desenvolvimento urbano, industrialização e do liberalismo econômico provocara mais que um simples dualismo na sociedade brasileira, o que não significa a substituição de uma sociedade velha ou arcaica (agrária) por uma nova ou moderna (industrializante), mas sim um ponto complexo, que é a convivência desses dois extremos dentro da mesma realidade sócio-econômica e político-cultural.

Esse momento de substituição de uma sociedade velha por uma nova e modernizante também se caracterizou no desenvolvimento de Campina Grande, desde o seu desabrochar quando, ainda na década de 1930, era considerada uma das cidades mais importantes do interior paraibano, devido à importação de algodão. O reconhecimento econômico foi destacado em cenário nacional, uma vez que Campina Grande passou a ser o segundo maior pólo exportador do planeta. Esse *status* de cidade grandiosa permitiu que o município fosse conhecido nacionalmente como a “Liverpool Brasileira”.

O contexto histórico da década de 1950 teve como cenário os governos de Getúlio Vargas (1951/1954)¹³ e o governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960). Conforme Souza (2009) foram governos diferentes, mas que possuíam como centralidade a transição do pensamento nacional, isto é, de uma sociedade arcaica e tradicional para uma sociedade moderna caracterizada pelo desenvolvimento capitalista.

De 1933 a 1955, presenciamos uma acumulação de capital pautada numa efetiva expansão industrial, ainda que num contexto econômico restritivo, devido às pressões das políticas da economia agro-exportadora; já, de 1956 a 1961, constata-se o desenvolvimento de uma industrialização, com

¹²Conforme Agra do Ó (2006), a cidade de Campina Grande, desde sua criação era considerada pelos seus dirigentes como propulsora ao grande desenvolvimento. Esse sentimento se intensificou durante o período nacional desenvolvimentista.

¹³ Em 1950 Getúlio Vargas foi reeleito, seu vice era Café Filho. Com as pressões políticas nos anos seguintes, Getúlio comete suicídio e Café Filho assume o governo.

crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo (SOUZA, 2009, p.2).

Esses ares de desenvolvimentismo acentuado proporcionaram à Campina Grande, uma cidade já constituída no imaginário de seus dirigentes e vultos sociais como destaque do interior paraibano e auspiciosa ao desenvolvimento (AGRA DO Ó, 2006) a permissão de envolvimento entre o movimento social e a relação do político governamental, motivando por esse segundo a criação de instituições que favorecessem, possivelmente, as demandas de formação do homem para esse cenário de desenvolvimento industrial. Diante desse cenário de desenvolvimento, acreditamos ser possível observar o movimento social que abraçava a necessidade formativa para professores na cidade de Campina Grande, a partir da criação da Escola Normal.

O último período em evidência, o de 1960, decorre por se tratar, no contexto paraibano, do ano de criação da instituição e o ano em que Pedro Gondim, governador do estado se afasta para candidatura própria. Em Campina Grande, marca o início de uma nova gestão¹⁴. Em nível nacional, registra-se o encerramento do primeiro governo de Juscelino Kubitschek.

Desse modo, destacamos que compreendemos a periodização sistematizada em relação ao contexto nacional. A relevância da periodização se define também pelo levantamento realizado e do qual ratifica ausência de outros estudos que revelem os fatos ocorridos socialmente que propuseram a necessidade de criação dessa instituição. Desta feita, nos propomos a investigar como se deu o processo de criação da Escola Normal de Campina Grande mediante as atividades que determinaram as conjunturas sócio-políticas e educacionais.

Portanto, buscamos com essa delimitação, compreender qual o papel que a sociedade exerceu para a criação dessa instituição. Para este propósito, colocamos como questões norteadoras do estudo: Qual o contexto/cenário sócio-político e educacional, nacional e local, que marcou a criação da ENECG? Quem participou do processo de criação da instituição? O que motivou a criação da Escola Normal apenas no ano de 1960? Quem eram os sujeitos envolvidos no processo de criação da instituição?

Nesse sentido, em função de nortear a discussão propomos como objetivos específicos: discutir o cenário em que a instituição ENECG se constituiu; compreender

¹⁴ Pedro Gondim inicialmente era vice-governador do Estado da Paraíba. No entanto, assume o cargo de governador, pois Flávio Ribeiro Coutinho afasta-se por motivos de saúde. Em Campina Grande, desde o ano de 1959, presenciava-se a mudança do governo local, como retrata Agra do Ó (2006) a campanha para eleição do novo prefeito gerou uma forte movimentação social.

o papel social da criação ENECG no período de 1955 a 1960, e identificar os sujeitos envolvidos no processo de criação da instituição. Tais objetivos serão contemplados conforme a análise de documentos¹⁵ que nos aproximam da realidade vivida.

Por fim, faz-se preciso destacar que ao tratarmos de uma instituição escolar para formação de professores, corroboramos que esta perpassa por características da temática docente. Nesse sentido, ao lançar a pretensão de compreender como se deu a formação da ENECG, também pontuaremos características pertinentes as políticas de formação docente no nível de magistério, no recorte histórico apontado para o presente estudo.

Com vistas a atender essa finalidade e relacionada a dimensão de contextualização do objeto em estudo com a realidade social, enfatizamos também a construção da pesquisa como temática relevante e de notoriedade diante do crescimento de pesquisas acerca das instituições escolares, tanto em cenário nacional, quanto internacional (NOSELLA e BUFFA, 2013). Ainda segundo os autores

Na consideração das particularidades de uma dada instituição escolar, indispensável etapa do processo de investigação, passa despercebido o movimento real da história que, à vezes, foi exposto como independente da materialidade dos aspectos singulares. Em suma, no texto, a sociedade que produziu a escola fica esmaecida (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.29).

Ademais, a fim de evidenciar as produções acadêmicas no âmbito da pesquisa com instituições escolares e a formação de professores, fizemos um levantamento em acervos on-line do Banco de Dissertações e Teses da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e em importantes periódicos¹⁶ da área: Revista Brasileira de História da Educação – RBHE, vinculada a SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação e Revista HISTEDBR¹⁷ on-line, para tanto atendemos o recorte temporal de 2006 - 2016.

Nessas consultas também enfatizamos os principais Programas de pós-graduação do nordeste, são eles UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UFPB – Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Universidade Federal de Pernambuco UFPE; Universidade Estadual do Ceará/ Fortaleza – UECE; Universidade Federal do Ceará/Fortaleza - UFC e Universidade Estadual da

¹⁵ Comungamos da experiência que o documento não é neutro e podem discorrer intencionalidades da sociedade que o produziu. Também destacamos aqui como documentos registros longínquos que aproximam o pesquisador do tempo que não fora vivenciado por ele.

¹⁶ Os dois periódicos possuem acervo online.

¹⁷ História, Sociedade e Educação no Brasil – alguns textos disponíveis na Revista HISTEDBR constam em resumos de outras obras.

Paraíba – UEPB. Nesse momento, consideramos esse momento do estudo como de bastante relevância, por permitir “[...] trazer à luz iniciativas desconhecidas ou ainda na penumbra numa certa comunidade de pesquisadores” (ARAÚJO, 2005, p.297). Dessa forma, a consulta aos periódicos favoreceu por meio dos resumos e artigos o conhecimento do que está sendo pesquisado em nível nacional, enquanto que nos programas de pós-graduação do nordeste enfatizamos a produção local. Sendo assim, por meio da busca constatamos as seguintes produções.

QUADRO 01 - Artigos Publicados na Revista Brasileira de História da Educação/SBHE

TÍTULO	GÊNERO	AUTORES
A educação da mulher em Pernambuco no século XIX: recortes sobre a escola normal da sociedade propagadora	Artigo	Ivanilde Alves Monteiro, Hajnalka Halasz Gati/RBHE-SBHE/jan.abr.2014
A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos	Artigo	Sonia de Castro Lopes, Silvia Alicia Martinez/ RBHE-SBHE/Dossiê: História da profissão docente no Brasil e em Portugal/set.dez.2007
A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia	Artigo	Daisi Teresinha Chapani/ RBHE-SBHE/jan.abr.2012
Educação como sacerdotício: formação de professores no Pará Republicano (1891-1904)	Artigo	Felipe Tavares Moraes, Rafaela Paiva Costa/ RBHE-SBHE/set.dez.2014
A sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina	Artigo	Maria das Dores Daros, Elaine Aparecida Teixeira Pereira/ RBHE-SBHE/jan.abr.2015
Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro	Artigo	Arlette Medeiros Gasparello, Heloisa de Oliveira Santos Villela/ RBHE-SBHE/set.dez.2009
O domínio dos bacharéis no ensino acadêmico de história em terras sergipanas (1951-1962)	Artigo	João Paulo Gama Oliveira/ RBHE-SBHE/maio/ago.2014
O ensino da leitura e escrita segundo Antônio d'Ávila: <i>Práticas escolares</i> (1940)	Artigo	Thabatha Aline Trevisan/ RBHE-SBHE/maio/ago.2009
As concepções educacionais de Erasmo Pilotto sobre a formação de professores nos cursos normais regionais	Artigo	Rossano Silva/ RBHE-SBHE/out.dez.2016
Constituição, agentes e usos de uma biblioteca de formação de professores (1897-1923)	Artigo	Tony Honorato, Ana Clara Bortoleto Nery/ RBHE-SBHE/abr.jun.2017
A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos	Artigo	Sonia de Castro Lopes, Silvia Alicia Martinez/ RBHE-SBHE/Dossiê: História da profissão docente no Brasil e em Portugal/set.dez.2007
“ <i>Gesticulação nobre, sympathica e attitude digna</i> ”: educação do corpo na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1906-1930)	Artigo	Andrea Moreno, Verona Campos Segantini, Gyna de Ávila Fernandes, Luciano Jorge de Jesus/ RBHE-SBHE/jan.abr.2012

QUADRO 2 - Artigos Publicados na Revista HISTEDBR On-line (História, Sociedade e Educação no Brasil)

TÍTULO	GÊNERO	AUTORES
Expansão e consolidação das escolas normais no Paraná: um olhar a partir do Norte pioneiro paranaense (1926-1971)	Artigo	Vanessa Campos Mariano Ruckstadter/ HISTEDBR/ abr./jun.2017
Da prática do ensino à prática de ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do século XIX	Artigo	Shirlei Terezinha Roman Guedes, Analete Regina Schelbauer/ HISTEDBR/maio2010
A escola normal do Pará: o núncio legalista para formação de professores	Artigo	Rogério Guimarães Malheiros, Genylton Odilon Rêgo da Rocha/HISTEDBR/maio2015
A escola normal do Pará e o ideal de professor ilustrado e aplicado (1838 – 1871)	Artigo	Rogério Guimarães Malheiros, João Ribeiro dos Santos Filho/HISTEDBR/jun.2014
Práticas de psicologia experimental e pedagogia científica na escola normal secundária de São Carlos: a concepção do educador paulista João Toledo	Artigo	Maria de Lourdes Pinheiro/HISTEDBR/out.2013
O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense: a primeira escola normal secundária pública	Artigo	Denise Kloeckner Sbardelotto, Adair Ângelo Dalarosa/HISTEDBR/set.2011
A escola diante da cidade: representações utilizadas pela escola normal de Belém do Pará (1890-1920) como mecanismo de legitimação	Artigo	Raimundo William Tavares Junior, Felipe Gustavo Pedrosa Souza/HISTEDBR/maio2015
A revista da escola normal de São Carlos e a moralização social: culto cívico, religião da pátria, o escotismo	Artigo	Eneias Borges Dias/HISTEDBR/jun.2013
A escola normal de Curitiba e o pioneirismo de Julia Wanderley	Artigo	Maria Isabel Moura Nascimento, Nilvan Laurindo Sousa/HISTEDBR/jun.2011
A formação de professores no Paraná e as práticas de fiscalização do trabalho docente	Artigo	Vera Lucia Martiniak/HISTEDBR/set.2011
Formar o homem e o cidadão: a importância do ensino da língua nacional e das matérias geografia e história nas páginas da revista da escola normal de São Carlos (1916-1923)	Artigo	Enéias Borges Dias/HISTEDBR/set.2012
O regulamento das escolas normais primárias de 1924	Conferência	GT HISTEDBR/set.2011
A escola normal regional no interior do Paraná: a realidade e a idealidade de suas práticas pedagógicas	Artigo	Luciana Hervatini, Analete Regina Schelbauer/HISTEDBR/Mar.2012
A escola normal e a formação da elite intelectual da cidade de São Carlos (1911 – 1930)	Artigo	Belissa do Pinho Jambersi, Alessandra Arce/HISTEDBR/mar.2009
Flores do sertão: perfilando professoras formadas pela escola normal de Feira de Santana de 1930 a 1949	Artigo	Antonio Roberto Seixas da Cruz, Marinalva Lopes Ribeiro/HISTEDBR/dez.2009
A escola normal regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná	Resumo de dissertação	Luciana Hervatini/HISTEDBR/mar.2011
O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense: a criação da primeira escola normal secundária pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná	Resumo de dissertação	Denise Kloeckner Bartonelose/HISTEDBR/JUN.2009
O espírito de (in)tolerância na república laica: um olhar na formação da(o)s aluna(o)s-mestres da Escola Normal de Pernambuco (1890-1915)	Resumo de dissertação	Andréa Carla Agnes e Silva Pinto/HISTEDBR/jun.2009
Escola normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX	Resumo de Tese de doutorado	Rose Mary de Souza Araújo/HISTEDBR/dez.2011

A produção de conhecimento é uma atividade instigante, a busca por essas produções caracterizam o acesso a formas de pesquisar e produzir, de modo que é possível apreender aspectos quantitativos e qualitativos que estruturam a produção do conhecimento científico em colaboração com a área da história da educação. Conforme evidencia Araújo (2005), a produção e o acesso ao estado do conhecimento não é algo recente no contexto brasileiro e essas investigações “[...] destinadas a inventariar e mapear a produção em determinada área do conhecimento” (p.289) são reconhecidas no espaço acadêmico como produção de conhecimento que viabiliza para os pesquisadores, leitores e autores o acesso a formas de periodizar, catalogar e/ou conhecer os aportes teórico-metodológicos utilizados com maior frequência.

QUADRO 3 – Produção acadêmica: Programas de Pós-graduação do Nordeste

TÍTULO	GÊNERO	AUTORES
Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda: formação de professores	Dissertação	Anne Kelly do Nascimento Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa. Agosto de 2015
Matemáticas elementares na escola normal de natal: legislações, programas de ensino, materiais didáticos	Tese	Marcia Maria Alves de Assis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Natal. Julho de 2016
Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social	Tese	Maria Valdenice Resende Soares Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Natal. Julho de 2016
As mulheres campinenses do instituto PAX: Projetos de felí(z)idade (1950-1960)	Dissertação	Joana D'arc Bezerra de Souza PPGH – Universidade Federal de Campina Grande/Paraíba. Setembro de 2015
Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha/PB - 1939 a 1959'	Dissertação	Maria Cleide Soares de Sousa Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. Agosto de 2012.
Mitos e Ritos da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte	Dissertação	Sarah Bezerra Luna Varela Universidade Estadual do Ceará/ Fortaleza. Março de 2012.
De Aluno a Professor a Formação Docente de Egressos da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte CE	Dissertação	Martha Maria Macedo Bezerra Universidade Estadual do Ceará/ Fortaleza. Abril de 2013.
Educação Feminina: Idéias e Concepções sobre a Formação da Mulher Normalista Veiculadas na Imprensa da Parahyba do Norte (1910 – 1930)	Dissertação	Erinalva Lopes dos Santos. Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. Novembro de 2010.
Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda: Formação de Professores	Dissertação	Anne Kelly do Nascimento. Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. Agosto de 2015.

Escola Normal do Ceará: o Ensino Ativo e a Arquitetura do Palacete da Praça Figueira de Melo (1922-1934)	Dissertação	Jacqueline Holanda Tomaz de Oliveira. Universidade Estadual do Ceará/ Fortaleza. Maio de 2008.
A Educação da Mulher no Recife, no Final do Século XIX: Ensino Normal e Anúncios de Progresso	Tese	Hajnalka Halász Gati Universidade Federal de Pernambuco. Outubro de 2009.
A Escola Normal Regional Nossa Senhora do Carmo em Belo Jardim – PE: desfilando o habitus professoral pelas ruas da cidade	Tese	Bernardina Santos Araujo de Sousa Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. Abril de 2013.
Uma História de Instituições Escolares e Formação de Professoras no Cariri (1923 a 1960): O Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em Perspectiva Histórico-Comparada.	Tese	Tania Maria Rodrigues Lopes Universidade Federal do Ceará/ Fortaleza. Julho de 2015.
Amália Xavier e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: Registros sobre a constituição de uma cultura docente para a educação no campo	Dissertação	Delane Lima Nogueira Universidade Estadual do Ceará/ Fortaleza. Agosto de 2008.
A Tradicional Escola Normal Cearense Chega ao Bairro de Fátima: Formação das Primeiras Professoras Primárias (1958 – 1960)	Tese	Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo Universidade Federal do Ceará/ Fortaleza. Dezembro de 2014.
Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: do Museu Vilas Nova Portugal à sala de Memória Amália Xavier de Oliveira.	Dissertação	Quiteria Lucia Ferreira de Alencar Ribeiro Universidade Federal do Ceará/ Fortaleza. Março de 2015.
Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX.	Tese	Rose Mary de Sousa Araújo Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. Agosto de 2010.
A Escola Normal do Ceará nos anos de 1930 a 1950: Palco de debates políticos e pedagógicos no calor das Reformas	Tese	Maria Goretti Lopes Pereira e Silva Universidade Federal do Ceará/ Fortaleza. Julho de 2009.
A Escola Nova e a Modernização do Ensino Primário na Paraíba: a formação dos professores e os grupos escolares (1930-1946)	Dissertação	Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araujo Silva Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. Fevereiro de 2016.
Colégio Estadual de Olinda: a educação secundária no município de Olinda/PE (1960-1984)	Tese	Cristiane Souza de Menezes Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. Novembro de 2015.
Se é de paz pode chegar, entrar na roda e jogar: Formação de Educadores da Associação Zumbi Capoeira em Cultura de Paz	Tese	Lucia Vanda Rodrigues Universidade Federal do Ceará/ Fortaleza. Julho de 2016.

O levantamento das publicações partiu da temática palavra-chave: Instituições Escolares, mas precisamente Escolas Normais, em seguida: Formação de professores.

Nosso intuito consistiu em: conhecer a produção acadêmico - científica acerca da temática em estudo; observar elementos que se aproximem do nosso objeto de estudo, e também tomar conhecimento das práticas metodológicas utilizadas nos estudos.

A princípio destacamos a produção levantada como relevante, uma vez que consideramos a produção enquanto atual e em crescimento o que denota a preocupação dos investigadores com a história educacional de sua região. Apesar dessa relevância, não encontramos estudos com a especificidade de nossa pesquisa, investigar a criação da Escola Normal da Escola Normal Estadual de Campina Grande/PB. Dos estudos mencionados, o resumo da dissertação *O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense: a criação da primeira escola normal secundária pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná*, publicado na Revista HISTEBR on-line possui como questão norteadora da pesquisa, objeto semelhante ao nosso, no entanto sua investigação se pauta em conhecer os determinantes políticos e econômicos que levou a criação dos cursos de formação de professores no oeste paranaense, seu recorte temporal também se aproxima do nosso (1946-1960) considerando a Lei Orgânica do Ensino Normal e a conclusão da primeira turma.

No que concernem aos estudos que proporcionam uma discussão semelhante com o cenário local de nosso estudo, destacamos o trabalho de tese *Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social* (SOARES, 2016), uma vez que corrobora com parte do período por nós investigado e trata das especificidades locais e nacionais para o contexto de criação/reformulação da instituição, bem como aspectos referentes a presença feminina no espaço escolar primário. O estudo dissertativo *As mulheres campinenses do instituto PAX: Projetos de feli(z)cidade (1950-1960)* (SOUZA, 2015), também nos trouxe elementos compreensivos acerca da sociedade campinense e os aspectos formativos para as mulheres, além de corroborar o período estudado, se trata do estudo de uma instituição educativa e a formação empregada para as mulheres de Campina Grande/PB.

Cabe destacar que os estudos proporcionam aprendizados distintos e auxiliam o pesquisador em seu percurso de amadurecimento temático e de escrita. Embora os objetivos propostos em cada texto sejam diferentes, o acesso a produção acadêmica enriquece o trabalho do pesquisador.

Nesse sentido, após a realização do levantamento, pudemos observar de maneira mais clara as pesquisas desenvolvidas acerca de instituições escolares, bem como as

escolas normais, no tocante cabe mencionar também que o levantamento proporcionou a afirmação do ineditismo da pesquisa acerca da criação da ENECG. No que tange aos demais estudos encontrados desse levantamento, esses compõe um corpo de material de estudo que também auxiliou nossa pesquisa, uma vez que o contato com a produção proporciona novos olhares para a teoria e para a instrumentalização metodológica. Como já mencionado, esse procedimento é reconhecido no meio acadêmico, pois auxilia a atitude investigativa do pesquisador (ARAÚJO, 2005). Nesse sentido, mencionamos aqui os estudos mais próximos de nossa pesquisa, no entanto todas as obras levantadas auxiliaram de algum modo a construção da pesquisa.

1.3 Fontes e procedimentos metodológicos

A apreciação das fontes é característica relevante para os estudos em História da Educação, no entanto, em conformidade com Molina (2016, p.33) “[...] devemos estar atentos, pois o trabalho de um historiador sério deve estar atrelado à constante lembrança de nossas responsabilidades, ou seja, um contínuo esforço de nos isentar de nossas paixões e preferências políticas”.

O pesquisador deve estar atento a um trabalho cuidadoso ao tratar das fontes em um estudo com recorte histórico distante de seu tempo. É preciso um olhar criterioso para esses documentos elaborados no passado, uma vez que quem os elaborou carregava com si intencionalidades postas para a sociedade em questão. Para Vidal (1999) é importante fazer um esforço no que concerne à ampliação das fontes, além de redimensionar os olhares para as fontes tradicionais. Assim, faz-se necessário o suporte teórico-metodológico, bem como o cuidado criterioso para com as fontes, uma vez que estes documentos são também criações sociais e, assim, carregam intencionalidades da sociedade que a produziu. A esse respeito Vieira destaca que (2013, p.68)

O historiador, no trabalho com as fontes documentais, busca uma aproximação do real que lhe possibilite encontrar as respostas para suas dúvidas e questões. Isso não significa que as fontes o conduzam à verdade ou que os fatos tenham ocorrido da forma como mencionada nos documentos, porém poderão conduzi-lo a uma interpretação em que se perceba coerência entre o que o documento traz e o que a partir dele constrói.

Ao tratarmos de uma pesquisa de cunho documental, destacamos o posicionamento de Castanha (2013), onde consideramos como preciso no trabalho com

as fontes, a sua periodização dentro do contexto histórico que foram produzidas. Ademais o autor problematiza

Como captar, afinal, a totalidade histórica de determinado contexto ou instituições educativas? Isso só será possível se, no processo de investigação, cercamo-nos de uma diversidade de fontes e soubermos articular devidamente a bibliografia de apoio, o contexto de produção e os mecanismos de seleção de tais fontes, a partir de interrogações claras e consistentes (CASTANHA, 2013, p.85).

Compreender os processos de criação de uma instituição compõe mais que uma narrativa da história do estabelecimento. A partir da delimitação do objeto é possível adequar as lentes favoráveis à compreensão do que se deseja alcançar e as fontes beneficiam a aproximação desse espaço já vivido. Sendo assim, “Por meio delas [fontes] é possível se chegar ao passado como ele ‘realmente’ ocorreu, ao passado vivido. Não há outra forma de ‘reconstruir’ a história senão recorrendo às fontes” (ORSO, 2013, p.39). Para Orso (2013) o uso das fontes é pertinente ao processo de conhecimento da história ainda não revelada. No entanto, se faz necessário considerar que a história possui traços que podem desvelar diferentes contextos, portanto as fontes devem ser compreendidas como um meio de acesso a história ocorrida, mas que já passou pelo olhar do meio que a circundou, isto é, as fontes podem trazer em seus detalhes vestígios de intencionalidades.

Assim, cabe ao pesquisador estar ciente que o uso das fontes exige o uso de lentes teórico-metodológicas que abarquem mais que um encantamento pela história vivida, mas a aproximação do fato com critérios. A leitura das fontes que constituem o objeto em estudo não deve ser analisada “[...] com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo” (NETTO, 2011, p.25).

Segundo Nosella e Buffa (2013, p.59) “A questão das fontes de investigação na área de História da Educação e, obviamente, na pesquisa com instituições escolares é das mais importantes.” Como já mencionado, para que esse cuidado seja evidenciado se faz necessário utilizar lentes metodológicas que permitam a leitura do documento. Para os autores, “Conforme o referencial teórico adotado, o pesquisador privilegia fontes diferentes e também as interpreta valendo-se de diferentes enfoques e interesses práticos” (ibidem p.59). O documento não existe por si só, não é neutro e sozinho não é

capaz de difundir sua mensagem, cabe ao pesquisador usar do recurso teórico metodológico com objetivo de desvendar as leituras pertinentes ao estudo.

Entendemos ser de tamanha relevância, em nossa pesquisa, “[...] considerar o particular com o geral, isto é, com a totalidade social evidenciando interesses contraditórios” (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.64). Nesse sentido, consideramos compreender o contexto social que compõe a criação da Escola Normal.

Para tanto, corroboramos que para atender o nosso objetivo principal necessitamos compreender o que ocorria na sociedade campinense nesse período desenvolvimentista, do qual suscitou a criação da ENECG para formação de professores. Desta feita, mantemos o posicionamento acerca de conhecer os conflitos sociais que engendram a criação da instituição escolar. Para tanto, nos valem do crédito que essas ações sociais possam revelar sentidos históricos que aproxime a realidade acerca do objeto de estudo. Consideramos as atividades sociais como relevantes por nos fundamentar na concepção que o homem por meio de seu trabalho produz sua própria história.

Sua existência se constitui por meio de sua relação com a natureza, e como ele age sobre tal, para satisfazer suas necessidades edificando-se enquanto ser social por meio do trabalho. Por tal lógica os homens produzem por seus próprios meios, com o auxílio de instrumentos os fenômenos que realizam toda a dinâmica de uma sociedade (OLIVEIRA *et. al.* 2013, p.2).

Assim como Netto (2011), pensamos na prática do pesquisador em relação ao seu objeto “além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento” (p.22) Para o autor, o objeto é produto da sociedade, de modo que “[...] sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” (p.22 - grifos do autor).

Nós compreendemos que conhecer a criação de uma instituição escolar remonta conhecer as especificidades da sociedade que a gerou. Assim, o método e as fontes propiciam a leitura dos fatos, atentando-se para a ausência da neutralidade nos documentos e no agir do pesquisador. Assim:

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p.22).

Levantamos o posicionamento que as instituições escolares fomentam para a sociedade um local de produção e reconhecimento do valor social. Desde à instauração da república, onde os pensamentos liberais vinham na escola a possibilidade de equidade para uma sociedade tão desigual quanto a brasileira, a instituição escolar recebe como respaldo esse local de regeneração e ascensão. Cabe também considerar que esses pensamentos geravam um anseio em diferentes categorias do espaço social, uma vez que “o trabalho nas suas relações entre o homem e a natureza representam uma organização social e econômica, quais sejam o período histórico” (OLIVEIRA *et.al.* 2013, p.3).

Nesse sentido, corroborando que o aspecto social não se dissocia do objeto, uma vez que a história do ser humano se compõe com sua criação e que o clima cultural faz parte do agir social, compreendemos que para conhecer o particular precisamos olhar também para o geral:

[...] não é uma construção arbitrária, menos ainda uma mentira, pois tem as fontes como base, tampouco é uma reprodução mecânica de algo que está fora dele. É uma obra de uma cultura enraizada, de um lado, em fontes e valores do passado e, de outro, em valores do presente, em defesa de um projeto social (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.74).

Cientes da busca que estávamos a realizar, destacamos como importantes para essa análise os documentos pertencentes ao acervo da Escola Normal, compreendendo os dados históricos da Escola¹⁸(Fichas de matrículas das alunas pioneiras e Histórico Escolar), bem como o acervo da *Biblioteca de obras raras Átila Almeida*, pertencente à Universidade Estadual da Paraíba¹⁹. Essa instituição possui um acervo favorável de periódicos da cidade no período estudado, a exemplo do diário da Borborema²⁰ “Desde que começou a circular, o jornal foi testemunha dos principais fatos que hoje compõem a história de Campina Grande e acompanhou os principais desdobramentos da política e daqueles que ajudaram a cidade a se desenvolver” (FERNANDES, 2011, p.1).

Ainda cabe mencionar o *Arquivo Histórico Bispo Duarte*, pertencente à Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), que dispõe de jornais, fotos e

¹⁸ Algumas informações relativas à história da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, foram extraídas do projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia-Campina Grande-PB: criação e consolidação (1960-1970)”, em andamento na UFCG.

¹⁹ O acervo da biblioteca constituía o acervo pessoal do Professor Átila Almeida. Desde o ano de 2004, a Universidade Estadual da Paraíba é a responsável pelo acervo e gerencia o acesso ao meio acadêmico.

²⁰ Fonte de dados para essa pesquisa. É um importante meio de informações da cidade de Campina Grande, possuía grande relevância social e destacava-se por publicar inúmeras notícias acerca do desenvolvimento campinense (FERNANDES, 2011).

documentos oficiais de todo o Estado. Dentre eles, nos atemos para esse estudo à consulta do jornal A União, Diário Oficial, e alguns documentos que estão organizados em pastas do Governo de Pedro Moreno Gondim. Nestas constam decretos, cartas, prestações de contas, dentre outras informações.

Quanto à organização dos dados encontrados estes foram fotografados e registrados em meio digital, organizados em fichas, de modo que, em um momento posterior, fossem realizadas as análises.

Durante a digitalização, também se realizou a categorização, identificamos a presença das categorias temáticas elegidas no estudo: Criação da Instituição; Feminização e Formação de Professores. Conforme as categorias temáticas norteamos nossas discussões. A respeito disso, Vieira (2013, p.73) aponta que o uso da:

[...] tecnologia tem se tornado aliada da pesquisa em educação. A digitalização dos documentos mais antigos, bem como a organização e catalogação do material vêm facilitando seu acesso. Armazenar documentos eletronicamente significa obter praticidade e economia de tempo e de espaço, garantindo a preservação dos documentos originais e evitando seu manuseio constante pelos pesquisadores.

No que diz respeito à Instituição em estudo, esta nos surpreendeu por possuir um arquivo próprio, com um funcionário disponível para consulta no arquivo,²¹ bem como responsável pela organização do material. O arquivo possui um local onde têm grandes quantidades de fichas de alunos, registros de atas, fotografias e outras informações. Ademais, cabe destacar que a pesquisa foi aceita pelos funcionários da escola como algo positivo, devido à importância da instituição para Campina Grande, a qual aparenta ter uma visibilidade social ainda não revelada.

Em consideração aos referenciais teóricos fazemos uso das contribuições de Nosella e Buffa (2013), Sanfelice (2016), Nascimento, Sandano, Lombardi e Saviani (2007), entre outros autores que discutem a relevância da pesquisa acerca da criação de instituições escolares, além de estudos de relevância nacional e local sobre a criação de Escolas Normais e a formação de professores Saviani (2007); Tanuri (2000); Araújo (2008); Kulesza (1998; 2008); Vicentini e Lugli (2009) e outros. Acerca da feminização trabalhamos com Almeida (1998; 2004), Chamon (2005) entre outros.

²¹Apesar do arquivo ser organizado e mantido por uma funcionária que acumula algumas funções na instituição, consideramos enquanto positivo o suporte dado ao arquivo, bem como a atuação e colaboração dos funcionários envolvidos para realização do estudo.

1.4 Campo de inserção da pesquisa

Esta pesquisa está inserida no campo da História da Educação brasileira, com ênfase em Instituições Escolares e nos estudos da Linha 1 do Mestrado em educação PPGEd - UFCG “História política e gestão educacionais”. Diante do exposto, consideramos que as pesquisas acerca da criação de instituições escolares caracterizam uma temática relevante na área educacional, especialmente para pesquisadores da história da educação, uma vez que revela fatos ocorridos e conjunturas específicas da criação de instituições escolares em diferentes contextos históricos compreende uma categoria para estudo. Nesse sentido, em conformidade com Saviani (2013), “A história das instituições escolares situa-se, atualmente, entre as principais linhas de investigação no campo da história da educação” (p.13).

Ponderamos que o papel da escola enquanto local fomentador da educação permite o reconhecimento social de principal local encarregado da educação, isto por meio da realização das atividades pedagógicas. Ainda em concordância com o autor, a escola tornou-se a forma principal e dominante da educação. Nessa perspectiva, o acesso à educação foi sendo constituída em nossa sociedade com um caráter argumentativo da promoção eficaz na solução da diferenciação de classe, possibilitando, assim, por meio do acesso à escola a possível ascensão de classe e a igualdade entre todos os sujeitos. Essa relevância atribuída à escola garante as instituições escolares um papel fundamental no meio social, uma vez que com a criação de escolas supõe-se nas bases do senso comum o desenvolvimento da sociedade.

Nesse contexto, as Escolas Normais no Brasil desempenharam um papel de grande importância na formação de professores em nível médio. Tal significação se evidencia desde a criação da primeira Escola Normal brasileira que data do período imperial. Assim, até a promulgação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei nº 5.692/1971), essa instituição apresentou grande relevância no cenário nacional.

Conforme Tanuri (2000, p. 63) “as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político”. Deste modo, a criação de escolas normais determina interesses sociais mais amplos que necessitam uma compreensão crítica e detalhada. Impõe-se ao pesquisador, portanto, ultrapassar o estrito âmbito do objeto de estudo, para buscar apreender, no contexto sócio-histórico mais amplo, condicionantes da configuração assumida pela

determinada instituição, ou seja, “[investigar] a conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a instituição escolar que cria” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 79).

Para a elaboração dos antecedentes históricos acerca das instituições escolares, Nosella e Buffa (2013), apontam os estudos de Monarcha (2004, 2007) e Tanuri (2005), destacando três momentos que apreciados permitem constatar que as pesquisas referentes à história da educação brasileira são anteriores ao surgimento dos programas de pós-graduação.

No primeiro momento, situado nas décadas de 1950 e 1960, portanto, num período anterior à criação dos programas de pós-graduação, a produção historiográfica da educação brasileira, em particular o paulista, desenvolveu-se na antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.15/16).

Nesse período, o tema norteador de pesquisas era educação e sociedade. A criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, no ano de 1955, origina um novo impulso para a produção historiográfica da educação brasileira.

Apesar desse foco, ainda respaldados nos estudos de Leonor Tanuri, os autores Nosella e Buffa (2013) destacam que “alguns estudos sobre instituições de ensino foram realizados neste período” (p.17). Nesse contexto, se em um primeiro momento já existiam iniciativas acerca do estudo sobre instituições escolares, essa temática a partir do “segundo momento [que] foi marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-graduação em Educação nas décadas de 1970 e 1980, durante os governos militares” (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.17) desenvolveu-se em uma situação secundária, uma vez que o pensamento de redemocratização do Estado fazia-se urgente, assim “[...] estudava-se mais a sociedade do que a escola” (ibidem, p.17). E “O tema **instituições escolares**, se não ausente, era um pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral” (ibidem, p.17 – grifos do autor).

No entanto, o desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação tem aspectos positivos e negativos. Como ação positiva, se apresenta o fato de associar a pesquisa enquanto produção de conhecimento relacionada às atividades de ensino. No que concerne ao lado negativo, se demonstra o burocratismo acadêmico. O segundo momento, também é marcado pelo desenvolvimento crítico que foi propiciado como resposta ao Estado militar, assim a inserção de leituras por parte dos educadores de

clássicos dinamizou os ideais pedagógicos introduzindo categorias até então desconhecidas.

A consolidação da pós-graduação nos anos 1990 caracteriza o terceiro momento “marcado pela chamada crise dos paradigmas” (ibidem, p.18). Nesse momento, são privilegiados novos temas para a História da Educação. A temática “cultura escolar” norteia uma categoria abrangente acerca dos estudos historiográficos, novas questões surgiram. No entanto, retomando a pesquisa sobre instituições escolares e tomando como suporte artigos disponíveis no grupo de estudos HISTEDBR²² acerca da temática, consideramos que é preciso conceber uma análise em que a escola não possa ser estudada distante do seu contexto social.

A escola, como expressão maior das instituições escolares desenvolveu-se a partir da relação entre sujeitos participantes do processo social, político e cultural. É uma instituição que produz e é produzida a partir da história dos seres humanos e, como tal, reveste-se de sentido e de propósito (VIEIRA, 2013, p.65).

Sendo assim, compreendemos a contribuição desencadeada com o surgimento de novas perspectivas de pesquisa, mas, comungamos da ideia que “o foco nas culturas particulares não estaria mascarando as características distintivas de uma sociedade considerada em seu conjunto ou a cultura de determinada época histórica” (SAVIANI, 2013, p.14). Nesse sentido, apreendemos que se faz necessário conhecer os aspectos culturais envolvidos com o recorte temporal da pesquisa:

[...] assim como uma determinada sociedade foi condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é condição de existência daquela, porque lhe molda suas relações de produção, sem esquecer, porém, que, na produção da escola, a sociedade opera de forma conflituosa, pois suas opostas classes sociais lutam, em opostos campos, em favor de escolas que atendam aos seus próprios interesses (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.82).

Diante do exposto, ratificamos que a produção histórica se trata de uma reconstrução mediada em concordância com o método e a análise das fontes, na qual se faz possível o acesso ao passado, de modo a “Conhecer a história [como] uma condição de fundamental importância para podermos compreender o movimento histórico, verificar de que forma fomos fazendo e percorrendo a história” (ORSO, 2013, p.34).

Aportando-se ao terceiro momento, como um marco do crescimento, o campo da História da Educação no Brasil ainda é muito recente (ibidem, p.39). No entanto, apesar

²² Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR).

da distinção é possível apreender o crescimento dos estudos referentes às instituições escolares devido aos trabalhos publicados em congressos educacionais.

O significativo aumento das pesquisas em história da educação se deu devido a um conjunto de fatores, tais como a diversidade de programas de pós-graduação em educação; o fortalecimento de grupos de pesquisas; a abertura de canais de publicação dos estudos; a aproximação dos pesquisadores em história da educação das teorias da história, especialmente da corrente a História Nova e suas vertentes, história cultural e micro-história (CASTANHA, 2013, p.80).

Os crescentes números de publicações evidenciam a notoriedade da pesquisa historiográfica sendo “[...] possível constatar o crescimento notável de pesquisas sobre história de instituições escolares, sobretudo a partir dos anos 90, o que mostra a relevância atual deste recorte temático no âmbito da história da educação” (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.23).

Ponderando o levantamento aqui suscitado, apontamos que contar a história de uma instituição caracteriza-se a retomada do processo de um jogo de quebra-cabeças (SANFELICE, 2007, p.77), uma vez que atribuído a esse processo existe uma série de relações a serem encontradas e articuladas a fim de constituírem-se enquanto história.

Em específico a ENECG, evidenciamos que sua criação apresenta um descompasso em relação a outras instituições e especialmente em relação à Escola Normal da Parahyba que foi instaurada a partir da lei 761 e “[...] promulgada em 7 de dezembro de 1883 e regulamentada em 30 de junho de 1884, [que] havia extinguido o Liceu Paraibano, implantando uma Escola Normal de dois graus” (KULESZA, 2008, p.263) [grifos nossos].

No município campinense, até o início da década de 1960, constatamos a ausência de instituições públicas voltadas à formação de professores, uma vez que existiam apenas instituições particulares equiparadas à Escola Normal da Parahyba: o Instituto Pedagógico, primeira escola particular de níveis primários e secundário de Campina Grande - Escola Normal “Alfredo Dantas”, a Escola Normal Regional Nossa Senhora do Rosário e a Escola Normal Imaculada Conceição (SOARES, 2016). Conforme Lima (2013, p.5) o instituto representava na cidade um moderno educandário o que permitiu ampliar:

[...] os cursos, e funda cursos profissionais também, Normal e técnico-comercial, sendo apenas em 1929, pelo Decreto n.1615, de 09 de Dezembro de 1929, do Governo do Estado, integrou o Instituto pedagógico nas prerrogativas da Escola Normal Oficial do Estado.

Ratificamos, além da debilidade educacional do município no período estudado a ausência de preocupação do Estado com a formação de professores, uma vez que as instituições existentes eram particulares. Conforme Vicentini e Lugli (2009), a preocupação com a formação de professores surge inicialmente na Europa junto com o interesse de uma educação mais aprimorada para as crianças pequenas. Para o autor, os professores são considerados como produto e produtores da sociedade, de modo que:

[...] eram tidos como aqueles que consolidariam a *escola moderna* -, portanto, seriam os propulsores das mudanças a elas associadas -, os professores também passaram a buscar alterações no que dizia respeito à normatização das instituições de ensino com vistas a implementar transformações almejadas em termos organizacionais. Nesse período, as escolas eram instaladas em locais improvisados, cedidos ou alugados pelos próprios docentes que se responsabilizavam, ainda, pela manutenção e limpeza e, por isso, devem ser entendidas como instituições intimamente articuladas ao professor, à sua autonomia, às suas possibilidades e decisões (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.15).

A ação do professor estava relacionada a diferentes atividades sociais e também ao cunho moralizante. No entanto, a ausência de fiscalização dessa atividade permitia ao professor uma autonomia em relação ao seu trabalho. Em acordo com Vicentini e Lugli (2009) e outros historiadores, essa configuração altera-se com a necessidade da universalização do ensino, que impõe normas a serem seguidas e fiscalizadas, assim o currículo de formação para professores também passa por uma seleção de conteúdos e intencionalidades. As instituições e a formação para professores vão ganhar um novo significado apenas “Durante a passagem para o século XX, teve início o fortalecimento de sua dimensão institucional e das discussões sobre ensino e o crescimento das instituições na área, fazendo com que o campo educacional brasileiro fosse, gradativamente, tornando-se autônomo” (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.16). Ainda conforme o autor, a organização dos sistemas estaduais de ensino brasileiro vai delimitar o espaço de profissionalização docente, culminando nas políticas para criação de instituições de ensino para formação docente.

Tal estruturação não se deu sem conflitos, envolvendo inúmeras disputas travadas com vistas a definir e redefinir o papel dos professores em nosso país e o seu estatuto socioprofissional, estabelecendo-se, assim, as condições para o desenvolvimento do seu trabalho, marcadas tanto por permanências quanto por transformações segundo o local e o período (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.17).

Em decorrência dessa situação “[...] À medida que as redes oficiais de ensino foram se consolidando, [...], a categoria docente viu-se diante de outras questões, referentes aos tipos de vínculos a partir dos quais se atuaria em sala de aula” (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.17). Nesse sentido, a partir da intervenção do Estado frente à preocupação com a educação, as conjunturas de formação docente passam a ser contempladas de maneira diferenciada.

Da mesma forma ocorre quando da necessidade de garantir a mulher o espaço enquanto educadora. Acerca dessa temática, nos respaldamos nos estudos de Almeida (1998 e 2004). Em seus estudos, a autora evidencia a atuação feminina no magistério decorrente de pesquisas na imprensa pedagógica nos anos 1930 e por meio de entrevistas a professoras, buscando retratar a atuação e a formação docente nos fins do século XIX. Assim, Almeida (1998, p.17/18), destaca que

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social. Essa concepção sobre as qualidades femininas, mais a religiosidade e ausência de instinto sexual das mulheres, induzia ao arquétipo religioso da comparação com a Virgem da religião católica e, ao mesmo tempo, revelava uma mudança de mentalidades acerca das concepções vigentes nos séculos XVII e XVIII, quando se pregava a lascívia e maldade inatas das mulheres, claramente postas no discurso antifeminino desse período. Mesmo tendo introduzido um avanço acerca da imagem feminina em relação aos períodos anteriores em que o mistério e as credências herdadas da Idade Média ainda influíam nessas representações, os positivistas, ao adotarem os modelos de domesticidade e renúncia, foram determinantes para a desclassificação social da mulher. O discurso das qualidades morais femininas armava-se de ambiguidades e prestava-se admiravelmente bem para referendar o mito da inferioridade biológica que vinha impregnando também o discurso dos evolucionistas, segundo as ideias spencerianas, o que permaneceu por décadas. A memória revivida faz ressoar silêncios e omissões, levantando véus daquilo que foi calado e sufocado.

Ao contextualizarmos o movimento de criação da instituição pontuamos os aspectos sociais, com ênfase para o pensamento político, bem como da sociedade, destacamos também o processo também local de feminização do magistério e os intelectuais envolvidos na concretização dessa escola. Ressaltamos o papel da escola como instância definidora da sociedade por corroborar com o pensamento de Gramsci (1995) em considerar a escola junto com a igreja como uma das maiores organizações culturais, mantenedora, conservadora ou redefinidora da atuação social.

Nas próximas seções destacaremos as propostas políticas que engendram a criação das Escolas Normais no Brasil, até a constituição do nosso objeto de pesquisa. Levantaremos questões que se tornaram específicas ao estudo do professorado primário, a exemplo da feminização do magistério, característica relevante ao estudo da formação de professores primários, nosso intuito também se norteia em realizar um apanhamento das políticas formativas para essa categoria, com maior ênfase nas décadas de 1950 e 1960. Em relação ao contexto local, ressaltamos as ações políticas estaduais e municipais, bem como o cenário campinense da docência primária, com vistas a compreender a necessidade da criação específica da Escola Normal Estadual de Campina Grande/PB. No que concerne ao desempenho educacional local presente em nosso estudo e apresentado nas demais seções a seguir, utilizaremos as fontes impressas dos jornais e/ou documentos e decretos, com finalidade de nos aproximar com o tempo vivido.

CAPÍTULO 2. A EDUCAÇÃO COMO FUTURO DA NAÇÃO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E NA PARAÍBA

A construção dessa seção compreende os aspectos acerca da formação de professores essencialmente para a educação em caráter público. Nossa intenção consiste em apresentar as ações para formação docente no contexto brasileiro. Para tanto, realizamos um breve recorte histórico, com o intuito de apresentarmos características de inserção das Escolas Normais enquanto espaços constituintes específicos da formação de professores para instrução primária.

Consideramos pertinente esse conhecimento, por entendermos a história de uma instituição não como um fato isolado, mas como uma produção da sociedade em que a escola pertence (NOSELLA e BUFFA, 2013). Nesse sentido, pontuamos como relevante considerar a essência formativa que perpassa a criação da instituição em estudo, por se tratar de uma escola para professores, acreditamos ser interessante aproximar o contexto de formação com a criação da instituição.

Inicialmente esboçamos uma contextualização, na qual contemplamos as políticas para formação de professores em nível secundário no contexto nacional mediante as ações de governos desenvolvimentistas, especificamente na década de 1950. Para tanto, nos respaldamos nos estudos de Mendonça e Xavier (2008) que enfatizam junto às políticas de formação docente o papel desempenhado pelo INEP e Anísio Teixeira, na década de 1950. O texto das autoras diz respeito a um documento preparado para o INEP, onde contém dados históricos referentes as análises de matérias publicadas em jornais, discursos entre outros documentos do período citado.

Cientes da abrangência que concerne delinear a história da formação docente faremos um breve resgate histórico da inserção das Escolas Normais no Brasil, por vezes pontuando as debilidades presentes desde o Império, como a contextualização da interferência do modelo europeu nos modelos educacionais. Para tal propósito, utilizamos como referência a obra organizada por Araújo (2008) até a Lei Orgânica para o Ensino Normal de 1946, tomando como base a própria lei além dos estudos de Vicentini e Lugli (2009); Soares (2016), entre outros. Também perpassamos pela categoria temática da feminização do magistério, tomando como pressuposto que esse movimento também condiz com uma especificidade do estudo para formação docente. O referencial teórico para compreensão dessa temática é auxiliado pelos estudos de Chamon (2005), Almeida (2004), entre outros.

Durante a exposição desses itens serão também apresentadas às características mais específicas do contexto paraibano, pois compreendemos como necessário fazer a relação do singular com o todo. Assim, consideramos relevante relacionar o município onde a instituição em estudo foi criada em articulação com as políticas do Estado paraibano e com o contexto mais amplo do Estado nacional.

2.1 O governo nacional e os projetos/ações para formação do professorado

Com o intuito de compreender as determinações sociais que impulsionaram a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, nos atemos ao conhecimento acerca da formação docente para nível primário na conjuntura brasileira e paraibana. Nesse sentido, cientes da abrangência pertencente às categorias temáticas abordadas nesse estudo²³ tratamos a história da formação de professores e as práticas políticas atribuídas a essa temática de estudo conforme o pensamento de Vicentini e Lugli (2009, p.24)

[...] a história da profissão docente, ao menos no Brasil, não corresponde a uma história contínua, de progressiva e crescente profissionalização: há momentos de perda de autonomia, há momentos de perda de controle sobre algum elemento do campo, que corresponderia, *grosso modo*, à desprofissionalização (ou proletarização, como querem alguns autores).

Nesse sentido, compreendemos que a história da qual envolve a formação de professores em nosso país não satisfaz uma linearidade, isto é ela é composta de nuances, ora atendidas e compreendidas conforme as mudanças estruturais da sociedade. Diante desse pensamento, nos atemos ao questionamento de conhecer como se propiciava a formação de professores²⁴ a partir da criação das Escolas Normais no Brasil.

Ratificamos ainda em acordo com os estudos de Saviani (2009) e Tanuri (2000), a existência das Escolas Normais no Brasil advinham de uma predominância do modelo europeu. Essa característica se mantém predominante mesmo durante a “[...] implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população” (TANURI, 2000, p.62). Nesse sentido, é possível compreender a ausência de linearidade exposta por Vicentini e Lugli (2009).

Essa falta de autenticidade na compreensão de uma escola que atendesse “as realidades” do Brasil gerou problemas que ainda nos dias atuais são enfrentados. Uma das gravidades acentuadas diz respeito ao preparo dos professores. De início, não se exigia uma formação específica para formação de professores, apenas após o século XIX com a preocupação da universalização do ensino se impõe a necessidade de

²³ Conforme destacado na seção anterior, nosso estudo compreende a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, assim por se tratar de uma instituição de formação de professores, consideramos relevante conhecer os processos de formação nesse contexto.

²⁴ Cabe mencionar que não é nossa intenção tratar de todos os períodos de formação docente no Brasil, mas situar o leitor no percurso elaborado.

compreender as formas possíveis de se ministrar aula para diferentes camadas sociais. Até então, pode se dizer que não havia um preparo específico didático-pedagógico para os professores (SAVIANI, 2009).

Somente com a intervenção do Estado²⁵ que se constata o desenvolvimento das Escolas Normais. Na medida em que a necessidade de escolarização foi ganhando visibilidade, foi impulsionando a ação do Estado, cabendo a este ser responsável pela atividade de maneira a “regulamentá-la e fiscalizá-la e, sobretudo, desenvolver ações com vistas a concretizar tal propósito” (VICENTINI e LUGLI 2009, p.12).

De início era presente na formação de professor a preocupação com a atuação em sala de aula, de modo que a prática de ensino se relacionava bastante com o conteúdo da escola primária. Sendo assim, a formação destinava-se ao aprender fazendo (SAVIANI, 2009). É a partir da inserção feminina nesse espaço escolar que outras atividades serão desencadeadas, desde as noções de cuidar de casa, das crianças, como prendas e artes que no imaginário predominavam a delicadeza debruçada ao ser mulher. Cabe ressaltar que essas disciplinas são inseridas não apenas com a visibilidade formar uma boa professora, mas se assemelham com uma formação exemplar da boa dona de casa.

No que concerne especificamente as Escolas Normais, esse desleixo com a metodologia a ser ministrada também pode ser demonstrado ao fato da educação não ter tido uma atenção nacional. Conforme Kulesza (1998), o Ato Adicional de 1834 que propiciava a criação dessas instituições também segregava a cada província a responsabilidade com seus sistemas de ensino, uma vez que o poder central responsabilizava-se apenas com o fator econômico. Sendo assim

No campo da educação popular, tradicionalmente deixada a cargo das províncias desde o Ato Adicional de 1834, embora a reforma tivesse valor legal apenas no município da Corte, estimulava-se a criação de Escolas Normais em todas as províncias, acenando-se inclusive com auxílio econômico do governo central. A partir daí, as múltiplas experiências de estabelecimento de Escolas Normais nas províncias, iniciadas já em 1835 com a fundação de uma Escola em Niterói, passam a tomar por referência as diretrizes emanadas do Rio de Janeiro (KULESZA, 1998, p. 63).

Consequente a esse Ato Adicional, o ensino elementar e a instrução dos professores tornam-se responsabilidades das províncias, sendo a Escola Normal do Rio

²⁵ Cabe ressaltar que nem sempre essa interferência consistiu na criação de instituições públicas, em muitos casos predominavam “[...] As subvenções estatais [que] eram comuns, tanto na fase inicial de construção das sedes, como a garantia de pagamentos a professores” (SOARES, 2016, p.55).

de Janeiro a primeira instituição para formação de professores no cenário brasileiro e ainda no período imperial. Essa instituição também era a referência para as demais instituições criadas. Na obra *As escolas normais no Brasil: do Império à República*, Araújo (2008) pontua uma quantidade de quinze estudos voltados à concepção dos cursos de normalistas²⁶, sendo essas instituições pertencentes ao contexto imperial brasileiro.

Ainda em conformidade com Araújo (2008), entre o período de 1835 a 1960, registra-se a gênese e implantação de 20 Escolas Normais, sendo a Paraíba, em uma perspectiva cronológica, a décima quarta província a criar sua Escola Normal. Segundo Kulesza (2008, p.263), a Escola Normal paraibana fora instaurada a partir da lei 761, “promulgada em 7 de dezembro de 1883 e regulamentada em 30 de junho de 1884, [que] havia extinguido o Liceu Paraibano, implantando uma Escola Normal de dois graus” [grifos nossos].

Tratando da criação dessas instituições e considerando a oscilação quanto ao seu funcionamento Saviani (2008, p.7), refere-se ao período de institucionalização das Escolas Normais enquanto um “processo intermitente em que essas instituições eram criadas, em seguidas fechadas e depois reabertas”. Nesse sentido, caracteriza-se um descompasso e um jogo de interesses em que a definição de estabilidade dessas instituições estava relacionada aos interesses econômicos e políticos.

Acerca desse processo Kulesza (1998), destaca que de início, muitas províncias, dentre elas a paraibana, antes de criarem a Escola Normal, adicionaram aos liceus uma cadeira de Pedagogia. Característica que mantém a formação de professores enquanto algo secundário.

O referido autor, afirma ainda que a preocupação de instauração das Escolas Normais passou a expressar mais que o interesse na instrução pública de qualidade, com o passar dos tempos essa escola se tornou evidência para temática já tratada. Com efeito, a Escola Normal passou a ser concebida enquanto “uma escola do sexo feminino destinada às elites, [...] servindo muito mais para preparar a mãe e a esposa, necessárias para uma sociedade em mudança, do que para formar uma futura professora” (KULESZA, 2008, p.270). Nesse momento também se contata em quantidade expressiva o número de alunas de classe alta, e apenas com a urbanização das cidades, correlacionada à diversificação de classes sociais, a Escola Normal passou a ser

²⁶ A obra também possui estudos referentes às organizações das Escolas Normais, currículo, entre outras temáticas concernentes as atividades desenvolvidas nesses espaços educacionais.

referenciada como local de profissionalização para a mulher de classe média (ALMEIDA, 2004).

Nos estudos de Saviani (2009), nos debruçamos mais especificamente no texto *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*, em que o autor pontua seis momentos históricos que apresentam o decorrer da formação docente. De forma sucinta, o autor esclarece que o passar desses períodos são marcados por avanços e retrocessos, isto desde os pequenos ensaios acerca da preocupação com a formação de professores no império até meados da implementação da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação LDB 9.394 e das Diretrizes para os Cursos de Formação Docente em 2006. Em nosso estudo, nos atemos ao período destacado pelo autor como o quarto “Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971)” (SAVIANI, 2009, p.144).

Os estudos históricos evidenciam que o espaço destinado à educação advinha por muitas vezes de modo precário, tanto que muitas escolas funcionavam em casas próprias ou alugadas por professores e os estados ou municípios contribuíam de forma escassa com a educação. No que concerne às formas de provimento dos professores essas se davam em sua maioria na forma de indicações²⁷ o que contribuíam para a preservação dos favores políticos e no que se trata a educação no meio rural à situação se tornava mais complexa (VICENTINI e LUGLI, 2009).

Até o ano de 1946, no contexto brasileiro, ainda era grande número dos professores em exercício que não possuía formação específica, tanto na escola primária como nas Escolas Normais (VICENTINI e LUGLI, 2009). Visto essa diferença também entre os estados brasileiros se cogita e formula uma lei que objetiva unificar os sistemas de ensino, padronizar os métodos e práticas educativas, além de proporcionar o acesso ao ensino para toda a população e consolidar o local próprio para realização da educação, isto é, em prédios específicos para funcionamento de escolas.

Esse momento apresenta em seu contexto o Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal. Em conformidade com Saviani (2005), esse momento de criação e incorporação da Lei Orgânica pode ser compreendido como “o segundo momento marco na formação de professores, [onde] constitui-se na unificação do modelo de escola normal (p.5)[grifos nossos]”. Desse

²⁷Esse modelo persistente no Estado brasileiro intervém a falta de autonomia ao trabalho, uma vez que o profissional fica retido a agir conforme as conveniências do poder político.

modo, as Escolas Normais continuariam formando os profissionais para as escolas primárias e aos “Cursos de Pedagogia ficaram com o encargo de formar os professores das Escolas Normais” (SAVIANI, 2005, p.5). Apesar dessa relevância e de aparentar ser um marco inovador para o ensino Tanuri (2000) aponta que a Lei Orgânica não inseriu grandes mudanças, findou por afirmar um modelo de Escola Normal que já vinha sendo adotado em vários estados brasileiros.

O surgimento de instituições especificamente escolares de preparação docente no Brasil pode ser localizado em meados do século XIX, tendo estas sido consideravelmente modificadas desde então. Tais mudanças acompanharam a estruturação e as posteriores mudanças nos sistemas de ensino, bem como as diferentes concepções relativas à escola (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.27).

Consideramos que a formação para professores até a implementação da Lei Orgânica era uma ação sem parâmetros organizacionais no Brasil e embora esse decreto-lei possua fragilidades ele dá início a um processo de sistematização e organização do Estado frente à formação docente.

A partir desse Decreto-Lei mudanças referentes à organização do Ensino Normal passam a ser delimitados. Conforme Soares (2016) é com a Lei Orgânica do Ensino Normal que se contém a oscilação entre a criação, reabertura e fechamento das Escolas Normais apontada por Saviani (2008). Essa Lei segundo Soares (2016, p.49), “buscou dar uma organização nacional a formação dos/as professores/as, visto que cada estado tinha uma legislação própria”. A tentativa de unificação da formação passa a ter em seu favor um ganho relevante.

Dessa forma, podemos dizer que desde a criação da primeira Escola Normal no Brasil houve a intenção de unificar esse modelo de ensino, porém as diferenças entre as províncias, estendidas a regionalização interferia nessa unificação do ensino. Vicentini e Lugli (2009, p.41) caracterizam esse momento enquanto:

[...] unificação nacional das diretrizes para os diversos níveis escolares aconteceu durante o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), quando foram promulgadas as Leis Orgânicas do Ensino. No que se refere à Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, caso que mais interessa aqui, as medidas para organizar a formação de professores em nível nacional deram continuidade ao dualismo de cursos já existentes na maioria dos estados brasileiros.

Desse modo, consideramos que a Lei Orgânica gerou mudanças na estrutura do Ensino Normal “[...] organizou suas relações com os demais níveis e ramos do ensino, uma vez que articulou o Ensino Primário com o primeiro ciclo do Ensino Normal” (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.43). Nesse sentido, a lei deixa possível que ao inscrever-se para o exame de admissão do curso de regentes de ensino era necessário ter o diploma do ensino primário, essa “lei *também* assemelhou a organização e duração do Curso Normal às do Curso Secundário” (VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 43; grifos nossos).

Também consistia como ação da lei a extinção de taxas, dando caráter de acesso mais fácil e a previsão de bolsas em estados onde não houvesse Escolas Normais públicas. Vicentini e Lugli (2009) ainda destacam que essas bolsas seriam recompensadas com o trabalho seguido por cinco anos na localidade que o aluno se formasse:

[...] a lei se apresenta de forma pormenorizada, estabelecendo as modalidades dos cursos, do currículo, da carga horária, da forma de organização das atividades entre outras regras a serem seguidas e colaborou para a validação em território nacional do diploma de professores primários (SOARES, 2016, p.49).

Por fim, como expressão significativa da lei, até 1961 quando a lei deixa de ser a organizadora do Ensino Normal brasileiro, apresentava ainda como mudanças:

[...] caminhos possíveis no sistema escolar os seguintes: após o Primário regular, o candidato à docência poderia fazer o primeiro ciclo do Ensino Normal (de 4 anos) e tornar-se professor regente. Se decidisse voltar a estudar antes dos 25 anos (idade limite para a matrícula no Ensino Normal), poderia matricular-se na Escola Normal Secundária e obter o diploma de professor do Ensino Primário. Nessa Escola Normal Secundária conviviam tanto alunos que vinham do Ensino Normal primário como aqueles que vinham do ginásio (4 anos após o ensino primário, sem destinação profissional). Após 3 anos de exercício profissional, os professores oriundos da Escola Normal Secundária poderiam fazer cursos de especialização no Instituto de Educação para tornarem-se diretores de Grupo Escolar, inspetores do ensino e orientadores escolares (VICENTINI e LUGLI, 2009, p.44/45).

O Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, elaborado no período ditatorial do Estado Novo, traz conforme Soares (2016) a retomada dos ideais escolanovistas, tanto no cenário brasileiro quanto paraibano. Após o período ditatorial a redemocratização afeiçoa a escola pública junto ao movimento escolanovista um momento de efervescência educacional, em conformidade com Soares (2016), entre as

décadas de 1940 a 1950 essa significação se estrutura ao modelo econômico, político e cultural. Novamente atrelado a educação e aos parâmetros econômicos a formação dos professores em Escolas Normais e sua atuação no magistério primário impunha necessidades a serem atendidas conforme o contexto nacional-desenvolvimentista. No tópico seguinte, discorreremos sobre o estado nacional-desenvolvimentista e especificamente suas ações para o professorado em nível secundário nos contextos brasileiro, paraibano e campinense.

2.1.1 O Estado desenvolvimentista brasileiro: da industrialização à educação pública

A década de 1950 é marcada por um conjunto de novas realidades no Brasil. O país estava em um contexto de transformação econômica, social e política, resultantes da precisão imposta pela industrialização. Conforme Souza (2009, p.1):

Existia nesse período um grande debate de ideias sobre os modelos de progresso e de desenvolvimento para o país. A absorção do desenvolvimento urbano, industrialização e do liberalismo econômico provocara mais que um simples dualismo na sociedade brasileira, o que não significa a substituição de uma sociedade velha ou arcaica (agrária) por uma nova ou moderna (industrializante), mas sim um ponto complexo, que é a convivência desses dois extremos dentro da mesma realidade sócio-econômica e político-cultural.

Durante esse período, o Brasil teve governos diferentes, o segundo governo de Getúlio Vargas e Café Filho que abrangeu os períodos de 1951-1954 e o de Juscelino Kubitschek que sucedeu durante os anos 1956-1960. Apesar das diferenças, o governo dos dois políticos priorizava o desenvolvimento e acumulação do capital em benefício do crescimento industrial. Aliado a essa intenção nota-se de grande presença também as intencionalidades nacionalistas, isto é a ênfase na construção do cidadão efetivamente de cunho cultural brasileiro, ligado ao pensamento e defesa de sua nação.

É também nesse cenário que há um crescimento considerável nas matrículas na educação e no ensino normal (TANURI, 2000). Essa expansão também se relaciona com as novas ações implementadas pela industrialização (SOUZA, 2009). Nesse período, estabilizava-se nos discursos políticos a necessidade do desenvolvimento para o crescimento da nação visto a passagem do modelo econômico agrário para o industrial, sendo a educação um dos agentes propulsores a ascensão desse desenvolvimento.

Este apelo ideológico aparece no final da década de 1940 e início de 1950 e é acentuadamente marcado pela construção de uma nova sociedade que se faria mais forte, diante da possibilidade de formar sujeitos capazes de atuarem nesse sistema ‘novo’ econômico.

Nesse cenário, concerne à educação dois papéis de grande importância: a educação para o novo cidadão nacional e o novo homem profissional. A escola é então esse espaço fomentador. Desse modo, desde a formação de professores se vê a necessidade de aperfeiçoamento conforme as necessidades impostas pela sociedade capitalista.

Diante do crescimento populacional e visto a possibilidade de inserção na escola pelas camadas populares como algo satisfatório ao desenvolvimento da nação. Assim a instituição escolar ganha relevância em sua atuação e o professor é visto como a figura central nesse processo. Conforme Gatti (1989, p.79).

Na escola, sem dúvida, é o professor um elemento importante e por isto sua formação deveria ser questão fundamental a ser considerada quando de fato se tem a intenção de oferecer um ensino que instrua o cidadão para seu tempo e, no mesmo movimento, acrescente algum saber aos seus dados de existência.

Apesar de ser destinado um grande papel para a educação essa não foi contemplada com os requisitos necessários ao que se prestava desempenhar “em 1951 funcionavam no país 121 ‘cursos normais regionais’, de par com as escolas normais comuns, então em número de 434” (TANURI, 2000, p.76). Ainda de acordo com a autora, tivemos um grande crescimento nas matrículas, na expansão dos prédios escolares (Escolas Normais e escolas primárias), porém não houve grande investimento para execução e continuidade dessas ações.

Além disso, conforme as ações desencadeadas com a Lei Orgânica também se expõem a articulação do sistema de ensino brasileiro com os demais ciclos e modalidades de ensino (TANURI, 2000). Essas ações deram sentido a uma organização nos estados a fim de se estabelecer um único sistema de ensino. Aliado a esse momento Tanuri (2000) afirma que se deu um:

[...] considerável surto de crescimento das escolas normais, que acompanha a política expansionista da rede escolar implementada no período desenvolvimentista em decorrência da ampliação da demanda. Tal crescimento era devido sobretudo à iniciativa privada, além do que distribuíam-se desigualmente pelo país. Observe-se, por exemplo, que das 546 escolas

normais (de primeiro e segundo ciclos) arroladas em publicação oficial do INEP em 1951, 258 estavam concentradas em apenas dois estados: São Paulo e Minas Gerais, enquanto alguns estados como Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte possuíam apenas duas escolas normais cada um (p.77).

Além da concentração das instituições nos estados de São Paulo e de Minas Gerais a autora aponta que, dessas 546 escolas, 378 eram particulares ou municipais, sendo a minoria de iniciativa do Estado, isto é, apenas 168 instituições de formação de professores.

Com a finalidade de tratarmos questões referentes às políticas para formação de professores tomamos como base algumas produções realizadas no âmbito acadêmico que referenciam a atuação do INEP²⁸ e Anísio Teixeira para a educação pública nacional. Ao posicionarmos o período em estudo percebemos a aproximação com o recorte temporal, de modo que propiciaram a revisão bibliográfica desses textos e documentos que engendram a atuação de Anísio Teixeira frente ao INEP e sua relação com a educação e diretamente as Escolas Normais. Desse modo, utilizamos o documento *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*, organizado por Mendonça e Xavier (2008, p.10), pois em concordância com as autoras, consideramos o INEP “enquanto um órgão que teve uma interferência direta no funcionamento dos sistemas de ensino em âmbito nacional”.

Considerando a relevância educacional situada nesse contexto histórico, as autoras Mendonça e Xavier (2008), apontam a referida obra enquanto uma referência para os estudos acerca das políticas educacionais no país, uma vez que “Os estudiosos do sistema educacional brasileiro dos anos 1950/60 têm obrigatoriamente que passar por duas entidades: uma individual, Anísio Teixeira, e outra institucional, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)” (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.15). Essa afirmação se torna pertinente considerando o momento de efervescência social de mudança econômica, do sistema agrário para o modelo industrial.

Nesse contexto de mudança, a educação e, mais especificamente, a instrução pública e a formação de professores “aparecem como as principais preocupações de uma parcela dos intelectuais” (ibidem, p.16).

Com o propósito de traçar um delineamento das políticas perpassadas pelo cenário nacional, as autoras afirmam usar como meio de fontes para estudos, a mídia impressa, importante representante dos discursos de cunho desenvolvimentista no

²⁸Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Brasil, “[...] a conjuntura democrática que marcou a década de 1950 colocou em relevo as variadas perspectivas de desenvolvimento nacional, permitindo-se observar, por intermédio da imprensa, a explicitação de diferentes perspectivas e projetos de reconstrução nacional” (ibidem, p. 28).

O período pós-guerra de 1945 propiciou diferentes debates acerca da orientação política arraigada ao desenvolvimento almejado para nação.

Os intelectuais que defenderam a intensificação da industrialização e uma maior intervenção do Estado no processo de desenvolvimento se engajaram também na luta pela ampliação e qualificação do ensino no País. O projeto "desenvolvimentista" teve um alto grau de envolvimento político dos intelectuais, que viam na ampliação e renovação do ensino público um requisito fundamental para a continuação e o aprofundamento da industrialização brasileira (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.16).

Cabe mencionar que essa efervescência acarretou mudanças em todo cenário político, alcançando as localidades mais remotas. No estado paraibano Soares (2016) destaca esse crescimento de ideais juntamente relacionados às perspectivas dos ideários escolanovistas, pois, para a autora a pretensão desse método em solucionar os “problemas educacionais na difusão da escola pública, gratuita, laica e renovadora nos métodos de ensinar e aprender, nesse contexto, sofria os interesses das demandas locais” (SOARES, 2016, p.54) contribuía com o cenário de desenvolvimento proposto.

De acordo com a perspectiva nacional e em uso das fontes jornalísticas do Distrito Federal, Mendonça e Xavier (2008), destacam no período de 1955-1965:

[...] uma multiplicidade de ações emanadas do Ministério da Educação com o objetivo de enfrentar as demandas da sociedade por ampliação do acesso à educação escolar. Ao mesmo tempo, observamos o empenho das demais instâncias de governo, em nível estadual e municipal, em dar uma resposta às pressões em prol da ampliação e da melhoria da qualidade do ensino (p.28).

As autoras pontuam que essas iniciativas de expandir o acesso à educação escolar e garantir qualidade de ensino necessitavam a modernização do sistema de ensino, para tanto era necessário um quadro inovador para profissionalização dos funcionários da educação “A ampliação da rede escolar figura como o imperativo número uma série de notícias que encontramos nos jornais, no primeiro semestre de 1955” (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p.28).

Corroborando com as menções anteriores, as autoras também destacam nessa empreitada a ação financiadora da união, uma vez que “os jornais anunciavam a

liberação de recursos do MEC para, em convênio com os Estados, Territórios e o Distrito Federal, investir na construção de novas escolas, bem como na ampliação e reformas das escolas já existentes” (ibidem, p.29). Entre as metas para ampliação e melhoria do ensino estava à implementação do Plano Nacional de Ampliação e Melhoria do Ensino Primário, pois considerava-se que para o progresso no ensino primário necessitava também uma nova formação docente que assumisse esse momento de modernidade social e educacional.

As medidas em favor das estratégias para a educação vão se intensificar quando Anísio Teixeira toma posse da direção do INEP. O autor, Filho (2008) caracteriza o acesso da diretoria do INEP por Anísio Teixeira como uma ação dinamizadora onde, por meio da análise do discurso de posse, o autor mostra que para “Anísio essa articulação das ciências sociais com a educação era indispensável para a consubstanciação de um projeto de cunho científico que pautasse as ações no campo educacional” (FILHO, 2008, p.45).

Nesse período houve uma parceria e o crescimento de muitas campanhas que visavam à reestruturação do ensino primário, bem como o acesso à educação pelos analfabetos e conseqüentemente o aperfeiçoamento da classe docente.

Cabe mencionar que as intenções de Anísio Teixeira não se limitavam aos planos de mudanças na estrutura meramente nacional, mas numa condição que compreendesse as particularidades de cada região. Assim à frente da direção do INEP e em parceria com a UNESCO²⁹, na década de 1950, Anísio Teixeira vê a concretização de seus planos para desenvolvimento ser alcançado, o Centro de Altos Estudos Educacionais.

Este Centro tinha como objetivo: pesquisar as condições culturais do Brasil em suas diversas regiões; as tendências de desenvolvimento e regressão; as origens dessas condições e forças; formular uma política institucional de referência à educação, capaz de orientar as condições e tendências no sentido de desenvolvimento desejável de cada região do País; pesquisar as condições escolares do Brasil, por meio de levantamento dos seus recursos em administração, aparelhamento, professores, métodos e conteúdos de ensino, visando apurar em que medida a escola estava satisfazendo as funções em uma sociedade em mudança para o tipo urbano e industrial de civilização democrática e em que medida estava dificultando essa mudança, com a manutenção dos objetivos apenas alargados da sociedade em desaparecimento; elaborar planos, recomendações e sugestões para a reconstrução educacional de cada região do País, no nível primário, rural e urbano, secundário e normal, superior e de educação de adultos; elaborar livros de textos de administração escolar, de construção de currículo, de

²⁹Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

psicologia educacional, de filosofia da educação, de medidas escolares, de preparo de mestres, etc.; treinar administradores e especialistas em educação para atuar nos Estados e nos Centros Regionais de Estudos Pedagógicos (FILHO, 2008, p.48).

Essa conjuntura nacional e o reconhecimento do diretor do INEP das diferentes realidades nas regiões brasileiras juntamente com o apelo em favor da educação motivaram também nas pequenas cidades das regiões interioranas a propulsão educacional. Na Paraíba, o cenário era semelhante e Soares (2016) apresenta essa clareza de acordo com o pensamento do diretor do Instituto de Educação da Paraíba³⁰. Segundo Soares (2016, p.54) pensava-se que:

[...] para resolver as dificuldades enfrentadas pelo ensino público, deveria este, ter um sistema de ensino que funcionasse de forma efetiva com base no planejamento de ações pautadas por conhecimento da realidade, está só seria feita se o país subdividisse a organização administrativa da educação, visto que, em um país de tamanho continental, não conseguiria um poder central dar conta das regionalidades.

Com vistas a essa mentalidade e diante das propostas enfatizadas pela pesquisa social Anísio Teixeira ganha respaldo no contexto paraibano. Em conformidade com Soares (2016), o diretor³¹ do IEP (Instituto de Educação da Paraíba) apresenta em vários documentos citações acerca de Anísio Teixeira, o que nos permite deduzir “ser este professor uma das pessoas que na Paraíba difundiu os interesses do movimento da Escola Nova, levando em consideração, as peculiaridades do diferente momento político e dos espaços educativos, ao qual estavam inseridos no contexto da década de 1950” (SOARES, 2016, p.54).

2.2 A Escola Normal no Brasil e na Paraíba aspectos da formação docente: a profissionalização e a feminização do magistério

Podemos mencionar que a instrução enquanto atividade humana sempre existiu. No entanto, a maneira prática de como se aprender foi se aperfeiçoando conforme o crescimento do homem e da sociedade. Em um contexto mais amplo e anterior ao surgimento das Escolas Normais, enquanto locais especializados para a formação de professores, “[...] havia escolas, tipificadas pelas universidades instituídas desde o

³⁰ “O Instituto de Educação da Paraíba, funcionou como espaço centralizador e norteador das demais instituições de ensino normal do estado. Logo, era de lá que se surgiam as normas a serem cumpridas nos demais espaços de formação do magistério infantil paraibano” (SOARES, 2016, p.44)

³¹ Nesse período citado o diretor do Instituto de Educação da Paraíba era Afonso Pereira da Silva.

século XI e pelos colégios de humanidades” (SAVIANI, 2012, p.7). Nesse momento, predominava a arte do “aprender fazendo”.

Apesar desse cenário Saviani (2012) esclarece que desde o século XVII apontava-se uma preocupação para com a formação docente, isso preconizado por Comenius. Mesmo diante da relevância do material elaborado por Comenius, cabe mencionar que “[...] o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle, em 1864” (SAVIANI, 2012, p.6). E apenas no século XIX, após a Revolução Francesa, surge a necessidade de preocupação com a educação, uma vez que se fazia necessário produzir algum tipo de instrução para a população.

O industrialismo muda a face do trabalho e das cidades. O homem era considerado livre para vender sua força de trabalho, mas deveria se submeter às regras de trabalho e assalariamento da produção fabril. Para executar as suas tarefas devia ter instrução e saber dividir racionalmente sua tarefa com outros. Como a produção fabril concentrava-se em centros urbanos, devia aprender uma nova consciência de civilidade urbana, o que também era um processo educacional.

Esse aprendizado passava pelo domínio de alguns conhecimentos elementares da ciência, porque seus resultados possibilitavam um conhecimento verdadeiro da natureza e dos outros homens. A ciência facilitava a compreensão da evolução e do progresso humano, por isso os resultados científicos tornam-se imprescindíveis para a cultura do industrialismo, porque forneciam conhecimentos práticos para a vida (MARTINS, 2009, p.2/3).

Diante da mudança estrutural da sociedade e dos meios de produção da economia se vislumbra a necessidade de uma instrução que aperfeiçoe o homem ao trabalho requisitado nessa sociedade moderna. É assim, ainda no contexto europeu que:

A Escola Normal laica surge cinco anos após a eclosão da Revolução Burguesa, na França. Ela teve vida breve, funcionou apenas de janeiro a maio de 1795. Mas neste curto espaço de tempo deixou para futuras experiências a sua concepção para formar professores (MARTINS, 2009, p.2).

Essas experiências geraram frutos principalmente para o modelo de formação adotado em outros países. Conforme Luzuriaga (1969) a partir do século XIX, o Estado referenciou a educação um contínuo esforço de nacionalização, desde então “[...] procedem os sistemas nacionais de educação e as grandes leis da instrução pública de todos os países europeus e americanos” (LUZURIAGA, 1969, p.180). Essa instauração

em diferentes localidades estabeleceu o caráter cívico ao ensino³². O posicionamento brasileiro frente à adoção de sistemas advindos de outros países possui uma dimensão que corrobora o pensamento que relacionado à sua origem colonial “[...] o Brasil espelhava sua organização social, suas instituições, valores, hábitos e costumes nos modelos metropolitanos. Os países europeus passaram a ser as suas ‘fontes’ de civilização” (CHAMON, 2005, p.73).

Sendo assim, em consonância com os ocorridos na Europa é advindo da propagação da instrução para as camadas mais populares que surgem às instituições para formação de professores no Brasil (SAVIANI, 2009). Nesse contexto “[...] o Brasil tomou como referência o modelo francês” (CHAMON, 2005, p.73). No entanto, cada região brasileira e cada estado apresentam singularidades específicas na constituição de suas instituições escolares, ademais no que se refere à criação de Escolas Normais, essas foram figuradas como principal *lócus* da formação docente e as suas diferenças são representadas desde o período imperial.

As Escolas Normais começaram a aparecer no cenário sócio-cultural brasileiro a partir da terceira década do século XIX. Em 1835 em Niterói, em 1836 na Bahia, em 1845 no Ceará e, em 1846 em São Paulo. Até então, uma das principais mazelas da educação era a existência de professores improvisados, com péssima formação e mal remunerados. Não existiam projetos consistentes visando a ampliação da escolaridade elementar e, conseqüentemente, não havia uma proposta de qualificação do professor (MARTINS, 2009, p.4).

Apesar do surgimento das Escolas Normais no Brasil datarem desde o Império, as condições para atuação dos professores eram precárias:

[...] à falta de interesse da população pela profissão docente, acarretada pelos míseros atrativos financeiros que o magistério primário oferecia e pelo pouco apreço de que gozava, a julgar pelos depoimentos da época. Acrescente-se ainda, a ausência de compreensão acerca da necessidade de formação específica dos docentes de primeiras letras (TANURI, 2000, p.65).

Esses pontos levantados por Tanuri (2000) consistiam em apenas algumas das dificuldades da permanência das Escolas Normais no Brasil. Tal instabilidade fornecia o pensamento de que as instituições consistiam apenas de prédios onerosos e que empregavam grandes custos ao Estado. Sendo assim, predominava-se no currículo a

³²Ainda em conformidade com Luzuriaga (1969), as condições históricas favorecem uma adaptação para a educação, isto é, embora os países adotem a perspectiva cívica, patriótica e nacionalista com finalidade de alcançar o desenvolvimento comum, as diferenças nacionais ficaram acentuadas.

preocupação com o modelo para as escolas primárias com sentido que os professores fossem preparados praticamente para atuar nesse local.

Mesmo sendo essas instituições o modelo de escola devidamente apropriada para a formação docente, e ainda na tentativa de seguir o modelo de educação europeu é possível considerar que a Escola Normal no Brasil surgiu em um momento político e econômico delicado.

D Pedro I tinha abdicado, o Brasil estava independente politicamente, mas precisava consolidar a soberania nacional, por meio de um Império que mostrasse uma face mais brasileira do que portuguesa. É um momento de intensa movimentação de ideias, quando confrontam-se o grupo da reação que pretendia uma espécie recolonização do Brasil e o grupo que lutava pela consolidação da autonomia brasileira (MARTINS, 2009, p.4).

Nesse cenário, a educação surge como possibilidade de demonstrar uma aparência nacional. Observamos no contexto brasileiro essa emergência de se instruir a população para o modelo de conjunto social que se impunha, de modo que no Brasil observamos empregado na instrução o valor econômico, a fim de preparar a população menos instruída para o trabalho, bem como o valor cultural, uma vez que também fora atribuída a educação o valor afirmativo capaz de aproximar as diferenças culturais:

[...] essa cultura pedagógica instalada nas Escolas Normais resulta do encontro da subjetividade com a objetividade numa determinada conjuntura histórica. Quem instaura essa cultura são estudantes e professores, sujeitos da ação cultural, que não agem somente pela subjetividade, porque sempre estão associados a grupos, seja no campo profissional como no campo artístico ou intelectual e, que também não são apenas mero reflexo das condições sociais e históricas, porque suas representações e práticas sociais interferem e constroem relações sociais (MARTINS, 2009, p.2).

Partimos do posicionamento que a criação de uma instituição escolar é determinação da sociedade e política que a planejou, bem como os indivíduos que nela atuam não são passivos e meros resultados da atividade escolar. Desconsiderar a atividade representada no espaço educacional e na sociedade é desconhecer o homem enquanto agente construtor das relações sociais. Consideramos que tanto as determinações que repercutem na criação de uma escola quanto os sujeitos que nela atuam estão impregnados de valores, sejam culturais, morais, religiosos, entre outros. Por fim, entendemos que esses valores vão interferir no agir dos alunos e professores, consequentemente na sociedade, perpassando um conjunto de representações que permeiam o ambiente social através do espaço educativo.

Acrescentando ao poder político ideológico frente à criação dessas instituições, ressaltamos também a visão perpassada por meio das relações interiores a essas instituições, das quais incutiam mais que a necessidade de formar professores. No caso brasileiro, podemos destacar como momento oportuno de crescimento em favor da educação e, portanto, da Escola Normal os anos 1930, onde a efervescência do movimento da escola nova influenciava o ideário de proporcionar a todos uma educação justa e de qualidade. Esse movimento foi enfraquecendo, sendo somente resgatado anos mais tardes, com vistas a atender os interesses de demanda e figuração da nação por meio de cidadãos que passassem a valorizar, acreditar e sumamente defender sua pátria, tais ideais remontam o pensamento nacional-desenvolvimentista.

Ante os interesses que vigoravam a criação e manutenção das Escolas Normais, estas passaram por momentos de oscilação em seu crescimento e desenvolvimento, sendo apenas na década de 1950 que passa a ser atribuído reconhecimento ao seu papel formativo (SAVIANI, 2009).

Sendo assim, é apenas com os ideais liberais que se cogita a educação como processo capaz de promover o desenvolvimento social. Esse movimento também propicia o acesso feminino na educação e especialmente na formação de professores, pois por considerar a mulher enquanto sujeito capaz de edificar a casa esse papel se estenderá até a escola, relacionado a esse pensamento, também é atribuída a figura feminina o maior cuidado com as crianças, visto assim, as Escolas Normais passam a ser espaços de formação feminina para instrução primária.

Conforme Chamon (2005), a inserção da mulher no espaço público não se deu de forma isolada no contexto brasileiro, mas partiu de uma trama vinculada ao cenário mundial. Ainda no século XIX, relacionada à nova lógica do trabalho, as “[...] mulheres assumirem uma responsabilidade moral frente à configuração da nova racionalidade presente na nova lógica que se impunha sobre a organização do processo de trabalho e de seus consequentes aspectos econômicos e sociais” (CHAMON, 2005, p.55). Chamando a atenção para o modelo de sociedade que se impunha e as necessidades para o seu desenvolvimento³³, Chamon (2005) discorre acerca do papel da mulher na família, com responsabilidades para o bem-estar físico, moral e espiritual, da sua família e de todos os sujeitos da pátria.

³³ “[...] transformação do modelo econômico mundial; ao desenvolvimento do mercado capitalista, ao movimento antiescravagista e à expansão de sistemas nacionais de ensino” (CHAMON, 2005, p.55).

Cabe ressaltar que embora esse fenômeno não seja isolado no Brasil, ele surge na Europa advindo do processo da Revolução Industrial e assume diferentes posições de acordo com a camada social em que a mulher estiver inserida³⁴. No entanto, a mulher considerada em meio social de acordo com os valores religiosos como um ser que se impõe cuidado e vigilância é centralizada como um sujeito sem autonomia, de modo que o homem exerce a figura decisória na família e na sociedade (ALMEIDA, 2004). Assim, as mulheres frágeis e sem liberdade de posicionamento quando assume visibilidade no contexto social o seu trabalho tem interferências do modo de agir doméstico, acarretando uma desvalorização com o campo profissional.

Acerca desse processo de feminização do magistério no Brasil Almeida (1998, p.64) destaca:

A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu num momento em que o campo educacional se expandia em termos quantitativos. A mão-de-obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa à co-educação dos sexos, liderada pelo catolicismo conservador. Com a possibilidade das mulheres poderem ensinar produziu-se uma grande demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas, por entender-se que cuidar de crianças e educar era missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência.

As mudanças reveladas no contexto econômico interferem diretamente no aspecto educacional familiar. Os vestígios de desarraigamento do modelo patriarcal ascendem com o distanciamento do espaço rural para o crescimento da população urbana. Com esse deslocamento do fator econômico e da família, o homem passa a dividir parcialmente o seu poder de decisão com outras instituições estatais e a mulher passa a frequentar locais de visibilidade com a família (CHAMON, 2005).

Considerando que cabe as mulheres a vocação de serem educadoras da família e da nação, os ideais da doutrina positivista, fundamentam na nação brasileira essa ideologia, na perspectiva da mulher atender uma função pública³⁵. Nesse sentido:

³⁴Chamon (2005), destaca que a mulher das classes mais abastadas exercem um trabalho filantrópico, à medida que as mulheres de classes inferiores, quando adentram o universo do trabalho, o desempenham com características de suprimento econômico.

³⁵ Consideramos como público também o espaço de visibilidade que a mulher exerce a partir de então na sociedade, uma vez que seu espaço restringia-se apenas ao ambiente doméstico.

A associação entre ação educativa e missão religiosa, entre atitudes maternas e profissionais teria levado o poder instituído e a sociedade a privilegiarem essas características na configuração do ideal da professora, no sistema de instrução pública elementar. Era aberta, às mulheres que tinham acesso à escolarização, uma atuação na esfera pública, como professoras (CHAMON, 2005, p.71).

Ainda acerca da inserção feminina no magistério, Almeida (1998) esclarece que embora os movimentos ideológicos propagassem a mulher enquanto a figura essencial ao desenvolvimento propício da educação da criança, família e nação, esse movimento não ocorreu de forma harmônica, uma vez que o magistério era atuação também masculina na sociedade. Dessa forma:

A inserção profissional das mulheres no magistério não foi aceita tranqüilamente pelos homens que exerciam a profissão porque isso significava a perda de um espaço profissional. Pensar que o processo de feminização do magistério foi resolvido pacificamente e instalou-se como uma concessão feita às mulheres revela-se um equívoco por adotar uma visão que considera um aspecto apenas parcial do fenômeno. Ao não apreender as complexidades sociais das quais esse processo foi portador e ignorar que isso fez que houvesse uma transformação da profissão ao longo dos tempos, qualquer análise sobre a educação escolarizada que aborde a questão profissional e da prática docente corre sérios riscos de partir de bases pouco consistentes (ALMEIDA, 1998, p.64/65).

A possibilidade das meninas serem educadas gerou essa motivação de existirem também mulheres professoras, uma vez que a moral religiosa considerava como preocupante a có-educação (ALMEIDA, 1998). Aumenta também à presença feminina nas Escolas Normais e, com o passar dos tempos, a figura feminina passa a ser dominante nesse espaço de formação. No que concerne ao modelo de educação desenvolvido nas instituições de ensino normal, este a partir do movimento escolanovista, acresce a preocupação com o desenvolvimento da criança, de modo que nessas instituições são mantidas apenas uma disciplina didática para formação e atuação em sala de aula (SAVIANI, 2009):

[...] a feminização do magistério no Brasil pode ser considerada já devidamente alicerçada desde o século passado, e quando a República aconteceu, esse fenômeno era um fato consolidado e só veio a aumentar significativamente nas décadas seguintes.

Atente-se que os ideais republicanos preconizavam um povo instruído e, na década de 1930, o escolanovismo dirigia os rumos educacionais. A crença no poder da educação para o crescimento do país repercutiu diretamente na política educacional e na criação de mais escolas. A esse aumento e a essa demanda correspondeu uma visão ideológica que atribuía às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade, o que se faria principalmente pela sua inserção no campo educacional (ALMEIDA, 1998, p.66).

Aos poucos a profissão do magistério foi tornando-se efetivamente como uma característica feminina, os “[...] poucos rapazes que frequentavam a escola normal eram oriundos dos estratos mais desprivilegiados da população” (CHAMON, 2005, p.77).

Desta feita, a necessidade preconizada pela República em possuir a mulher enquanto figura essencial no desenvolvimento da nação corroborou com o movimento que já o antecedia da inserção das meninas no espaço escolar. Porém, as tentativas de atribuir à educação o sucesso para erradicação dos problemas sociais sempre enfrentaram grandes dificuldades:

Os insucessos do sistema brasileiro de instrução pública eram muitos. O abandono do sistema de ensino, com pouquíssimas escolas e diminuta frequência dos alunos matriculados, mostrava a desconexão entre a proposta de ensino do sistema de instrução brasileiro e a realidade do País e as necessidades de seu povo. Isso fez com que a base desse ensino fosse deteriorada e sofresse dos males de que iria padecer toda a estrutura do ensino elementar brasileiro até os nossos dias. A educação nunca fora tratada como uma necessidade nacional ou como um direito de seu povo. Era vista como uma concessão, como uma forma de fornecer ilustração para uma pequena camada de sua população ou, ainda, como um modelo a ser copiado e não como um instrumento necessário para a formação do povo (CHAMON, 2005, p.73).

Um dos grandes fatores de distanciamento da população com a educação se tratava da adequação institucional com a realidade cultural dos sujeitos. Nesse sentido, as tentativas de adequação do modelo educacional europeu as características brasileiras surtiram efeitos que repercutem até os dias atuais. Acresce a esse problema o fator da educação não ser considerada enquanto um direito, mas como um consentimento do poder público. Esse movimento é direcionado também as instituições de formação de professores, das quais o Estado exigia uma unificação do modelo de ensino, porém não oferecia condições igualitárias a todas as regiões brasileiras.

Apesar de muito se pensar na unificação do modelo nacional de educação, no que concerne a formação de professores, o seu marco se confirma:

A partir da Lei Orgânica do Ensino Normal promulgada no mesmo dia da Lei Orgânica do Ensino Primário, foram fixadas as normas para a implantação desse ramo do ensino em todo o território nacional. O decreto-lei 8530, de 2 de janeiro de 1946, que a instituiu, oficializou como finalidade do ensino normal (CASTRO,2006,p.8).

Com a referida Lei os sistemas de ensino passam a denominar o modelo de Escola Normal conforme suas diretrizes. No entanto, ainda com uma Lei de vigor nacional, as regiões brasileiras se distinguem ora por interesses políticos ou pelas

condições econômicas dos estados (VICENTINI e LUGLI, 2009). Nesse sentido, podemos deduzir que cada instituição de formação docente possui características próprias em conjunto com a sociedade que a circunda.

No que tange à Paraíba, como já mencionado, o surgimento das Escolas Normais no estado também data do período imperial (KULESZA, 1998). No entanto, a existência dessas instituições demanda particularidades que revelam, a nosso ver, uma precariedade quanto à preocupação com a formação docente. “Na Paraíba, por exemplo, a criação da Escola Normal em 1884 foi feita transformando-se o Liceu em Escola Normal de dois graus” (KULESZA, 1998, p.67).

Acerca da organização dessa primeira instituição de formação para professores na Paraíba, cabe mencionar também que era de:

[...] duração de dois anos e destinada a ambos os sexos, essa Escola foi logo transformada em Externato Normal apenas para mulheres, funcionando em prédio próprio separado do Liceu, que já no ano seguinte seria restabelecido. Só em 1905 funcionaria efetivamente uma seção masculina da Escola Normal, valendo-se ainda das instalações do Liceu (KULESZA, 1998, p.67).

A inserção da mulher na Escola Normal paraibana passa a ser considerada como algo comum, de modo que se convencionou na sociedade que o espaço de atuação feminina seria como professora, a mãe-educadora. O fortalecimento desse processo que iniciará no fim do século XIX se intensifica após a República (ALMEIDA, 2004). Nesse sentido, “a presença feminina nas escolas de primeiras letras está na base da criação de uma escola secundária para mulheres, com a justificativa de ser uma escola para a formação de professoras, única carreira pública então aberta às mulheres” (KULESZA, 2008, p. 268).

Ainda para Almeida (2004) a feminização do magistério foi um fenômeno universal, no qual os preceitos da educação feminina recebiam influência social e religiosa. Desse modo, cabe mencionar que na Paraíba a ênfase de acesso à Escola Normal por mulheres se tornou algo constante. Desde o surgimento da primeira instituição para formação de professores no estado a presença feminina se mostra de forma acentuada. Acerca desse movimento de feminização na Paraíba, bem como a respeito da criação da primeira instituição de formação de professores paraibana, Kulesza (2008, p.263) define:

A historiografia educacional paraibana é unânime em afirmar que a Escola Normal da Paraíba foi instalada ‘solenemente’, em 7 de abril de 1885. De fato, o jornal *O Publicador* de 10 de abril daquele ano, da transcreve a ata da

instalação da Escola no ‘pavimento térreo do Tesouro Provincial, lado Sul, dia 7 de abril às 5h da tarde, com banda do corpo de polícia’, contendo o nome das primeiras 11 alunas matriculadas [grifos do original].

No contexto paraibano, a pouca eficiência do ensino mútuo ainda durante o Império propiciou a possibilidade e a criação de uma Escola Normal (KULESZA, 2008). Embora, a princípio, essa instituição tenha sido um local que antecede o casamento para a mulher, tanto no contexto local como nacional será o magistério uma das principais formas de alteração no destino da mulher (ALMEIDA, 2004), pois até então se vislumbrava para as moças o futuro de casar-se ou seguir a vida religiosa. É a partir da inserção da mulher na Escola Normal que se visualiza uma possibilidade de mudança no cenário social que se mantinha extremamente patriarcal. Portanto, apesar da pouca atenção destinada à educação feminina, o magistério foi se consolidando enquanto espaço de grande participação da mulher. Não obstante, cabe mencionar que inicialmente, e também no contexto paraibano, a maioria desses cursos normais era particulares, o que restringia o acesso das alunas de classes menos abastadas.

[...] a formação docente na Paraíba estava pleiteada em quase sua totalidade, pelo crivo da igreja católica e de cunho privado. A expansão no ensino normal de educandários de ordem privada, na maioria delas de propriedade das congregações católicas, não só tinha a permissão de funcionamento, como o apoio e participação dos agentes do governo (fiscais) também ligados à igreja (SOARES, 2016, p.54/55).

De acordo com Kulesza (1998) e Almeida (2004), o número de Escolas Normais privadas aumentam devido à importância que se enfatizou diante da educação no cenário republicano. Assim, essas instituições em caráter público passaram a ser insuficientes.

O movimento de constituição e institucionalização da Escola Normal tanto em nível nacional, quanto internacional, esteve articulado com a necessidade de mudanças nos rumos da instrução pública. Nesse sentido, a implantação daquela instituição tinha como princípio norteador formar, qualificar pedagogicamente professores para as atividades instrucionais referentes ao ensino primário. Essa qualificação foi defendida por intelectuais e gestores do poder público como condição básica para a prática da qualidade daquele nível de ensino e, sobretudo para a sua expansão, sob o ideário da universalização da educação escolar difundida a partir da modernidade. Em verdade esse foi um dos grandes mitos da denominada modernidade (ARAÚJO, 2010, p.115).

Esse modelo de expansão em torno da universalização do ensino também se fez presente no cenário paraibano, mas essa implantação ocorreu de forma precária no que

diz respeito aos aspectos físicos das escolas e humanos no que concerne ao preparo específico para os professores, porém esse contexto não é algo pertencente apenas a realidade do estado da Paraíba. O descaso se acentuava “resultante do movimento oscilatório dos interesses políticos das lideranças locais, a partir das configurações contextuais que iam se dando” (ARAÚJO, 2010, p.116).

Acerca da realidade paraibana Soares (2016, p. 50) define:

[...] a Constituição Estadual da Paraíba, em seu artigo 128, o qual, determina que a organização do ensino deveria seguir os encaminhamentos estabelecidos na Constituição da República, dão um suporte legalista para um momento ímpar, na história da educação brasileira, a qual coloca o problema do ensino como matéria constitucional.

Ao estudar a Escola Normal Regional de Mamanguape, no contexto educacional referente ao mesmo período enfatizado em nossa pesquisa, a década de 1950, Soares (2016) revela nuances pertinentes ao mesmo direcionamento do nosso estudo³⁶. Apesar de cada instituição tratar devidamente de suas especificidades, percebemos que em ambos os estudos, por apresentarem o contexto paraibano revelam algumas semelhanças. No tocante às instituições paraibanas são referidas por Soares (2016, p.26) como predominante de cunho privado.

A Paraíba aderiu à proposta dual de formação docente e contava em 1956 com 24 instituições na rede de ensino normal, 13 de 1º ciclo (curso Normal Regional) e 11 do 2º ciclo (Escola Normal), destes um era o Instituto de Educação da Paraíba, única oferecida pelo Estado, todas as demais eram de iniciativa privada.

Ainda conforme a autora, das instituições pertencentes ao município de Campina Grande, três eram para formação de professores, porém privadas. Nesse sentido, compreendemos que ainda na década de 1950, no contexto paraibano, a educação era tida como condição para poucos sujeitos. Mais adiante, trataremos dessa situação educacional no contexto nacional, estadual e municipal, com vistas a compreender a necessidade da Escola Normal Estadual de Campina Grande em meados de um Estado de fortes intencionalidades desenvolvimentistas.

³⁶Em seu trabalho de tese, Soares (2016), evidencia que a criação do curso normal regional de Mamanguape, no ano de 1949 se deu em razão “[...] de um movimento de renascimento econômico e cultural do município, desenvolvido por um grupo da elite social mamanguapense, destacando o caráter redentor da educação visto como um meio em ascensão e controle social. Bem como a formação de professoras primárias, imbuídas da função social da mulher como esposa, mãe e professora responsável pelo bem estar da criança e do adulto, alegria da casa e segurança de uma pátria forte” (p.27).

2.3 “O que foi o governo de Pedro Gondim?”: notas sobre sua atuação a educação e formação de professores

O Governador do Estado prometeu que funcionaria, a partir deste ano o Curso Normal Estadual. Começaria por funcionar anexo ao Colégio Estadual. Um curso preparatório foi instalado. Mas o Curso Normal não vem. Por que? Agora estão dizendo que os deputados adversários do Governador estão dispostos a não aprovar a mensagem que cria o Curso Normal de Campina Grande, para não dar oportunidade de melhorar a média de simpatia dos campinenses para o sr. Pedro Gondim. Que tem com isso os estudantes? Será que para certo os deputados política é interesse deles e de seus grupos partidários e não abre posição de favorecer um bem comum? (GAZETA CAMPINENSE, 19/03/1960, p.3).

Iniciamos esse tópico destacando as ações do governo estadual para o objeto de estudo, a Escola Normal Estadual de Campina Grande. A partir do trecho destacado de um periódico campinense: *Gazeta Campinense*; que circulava nas décadas de 1950-1960 e afeiçoava notícias acerca do cenário educacional da cidade. Nesta seção específica *Pelo Mundo Estudantil – De quem é a culpa* do jornal, são dedicadas ao debate sobre os problemas educacionais dos estudantes que podiam comentar suas atividades, sendo salientados que se tratava de um espaço de socialização onde seriam destacados apenas atitudes que representassem o bem comum.

Pontuamos esses dados, por constatarmos a solicitação de alguns membros da sociedade campinense em prol da escola prometida. Destacamos a atitude de instauração do Curso Normal em Campina Grande, como uma das políticas do governo estadual, que apesar de *promessa*, conforme os alunos a atuação não ocorria conforme o planejado. A presença da Escola Normal para a cidade a nosso ver demandou mais que o interesse estatal, essa citação evidencia um público insatisfeito com a medida e cobrando a instauração da ENECG, fazemos menção que o cenário social da cidade frente aos ares de crescimento exigia um reconhecimento e um atendimento que favorecesse o crescimento, acreditamos a educação ter sido uma dessas atividades solicitadas para o crescimento de Campina Grande, uma vez que nos anos 1960 já contava com um

[...] comércio algodoeiro [que] já dava sinais de estagnação no município de Campina Grande, e o comércio varejista passava por modificações, com a invasão de mercadorias do Centro-sul do país. Essa situação ressaltava a necessidade de ampliar o processo de industrialização na cidade e atrair um maior número de empresas para dar conta da mão de obra crescente de imigrantes que haviam chegado à cidade da zona rural e aos municípios vizinhos e do sertão paraibano, que estavam à margem do processo de urbanização da cidade (COSTA, 2013, p.50).

Esse perfil de cidade em constante desenvolvimento foi um dos motivadores emergenciais para a crise econômica pós-algodoeira em Campina Grande, o crescimento passou a ser visto como estagnado frente às mudanças econômicas, uma das soluções foi a abertura facilitada da cidade para as indústrias (FERNANDES, 2011).

Obras de eletrificação, de melhorias no abastecimento de água, reorganização da máquina administrativa, isenções de impostos: tudo que era possível era tentado a fim de que as atividades econômicas que parecessem dinâmicas se instalassem no município, aproveitando e fortalecendo a sua modernização (AGRA DO Ó, 2006, p.34/35).

A inserção das indústrias passa a exigir uma mão de obra mais qualificada e o crescimento da cidade aspirava por cidadãos que tivessem um nível de educação capaz de afeiçoar sentimentos pela nação.

Nessa conjuntura o modelo nacional também desencadeava a necessidade de pautar a sociedade brasileira para o desenvolvimento, de modo que no cenário nacional, a educação também assumia o papel protagonista na ação de auxiliar o crescimento da nação. A partir desse contexto compreendemos a difusão dos Cursos Normais como panorama de “Um dos traços dominantes da política educacional do atual Governo tem sido a expansão do ensino normal, com o objetivo de evitar, dentro de poucos anos, que o Estado continue a lançar mão de professores leigos no Ensino Primário” (UNIÃO, 1959, p.3).

O Jornal A União ainda traz em sua matéria a ação da Secretaria de Educação e Cultura nesse contexto frente às instituições particulares para formação de professores, de modo que se destaca pelo órgão “[...] os melhores esforços no sentido de que os colégios particulares se fundem cursos pedagógicos, ou seja, estes restaurados onde quer que tenham sido ministrados” (UNIÃO, 1959, p.3). Nesse sentido, eram empreendidas reformas e reestruturações nas instituições consideradas como tradicionais, visto o anseio de favorecer uma educação própria com as necessidades vigentes. Cabe mencionar que essa reestruturação tem início na Escola Normal, visto a necessidade de formar os profissionais preparados para engajar a mudança nas escolas primárias.

Ao tratar especificamente das medidas formativas para a cidade de Campina Grande, o jornal União (p.3) destaca a criação da Escola Normal Estadual, enfatizando que

No próximo ano, funcionará a Escola Normal Estadual de Campina Grande, cujo ante-projeto aguarda discussão na Assembleia Legislativa do Estado. Já se instalaram e entrarão em funcionamento no próximo ano, atendendo os apelos da Secretaria, os Cursos Pedagógicos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio Nossa Senhora das Neves, ambos desta cidade.

Em conformidade com Agra do Ó (2006), esse era um plano educacional para cidade destacado também no diário da Borborema. Com efeito, o autor salienta que o anseio de crescimento era algo constante e para seu cumprimento como metas políticas, deveriam os dirigentes “[...] apenas saber aproveitá-lo, direcioná-lo, providenciando para que determinadas carências fossem supridas e tudo pudesse seguir o seu curso *natural*” (AGRA DO Ó, 2006, p. 36 - grifos do autor). Adiante, em concordância com o jornal diário da Borborema, o autor cita a lista considerada breve acerca dos principais problemas que necessitavam solução na cidade “[...] água, pavimentação, Instituto de Educação, Escola Normal para moças, grupos escolares, ampliar e melhorar a saúde, ajuda para a agricultura, hospitais, obras sociais” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959).

Percebemos que a necessidade de mudança nacional se estendia até os governos estaduais e se pulverizava nas cidades interioranas, tais traços são oportunos para breve compreensão do governo de Pedro Gondim e seus planos, com efeitos educacionais e concernentes ao objeto de estudo. A atuação do governador aconteceu “[...] entre 1958-60, quando ele ocupou o cargo substituindo o então Governador Flávio Ribeiro Coutinho, visto que estes primeiros anos no poder do Estado foram fundamentais para traçar seu perfil enquanto homem público” (ARAÚJO, 2009, p.10). A autora Araújo (2009, p.27) ainda destaca que “[...] Gondim assume o poder, sobretudo, no que concerne à política desenvolvimentista e aos planos de ‘salvação’ para o Nordeste”. Essa visão norteia todo o pensamento desenvolvimentista acerca do crescimento campinense que almejava por seus dirigentes posicionamento referenciado frente ao Estado.

Pedro Gondim, concomitantemente ao período J.K., ou seja, o período de dois anos no qual ele ficou no poder de forma interina, percebemos que as apresentações que envolviam o governador buscavam constantemente cristalizar no imaginário local, a ideia de que Gondim era o político necessário à Paraíba naquele momento. As representações, assim como os valores simbólicos da sociedade paraibana, eram manipulados pela imprensa estatal para que fosse possível promover uma atmosfera de tranquilidade e desenvolvimento para o Estado, tal como se anunciava no cenário nacional (ARAÚJO, 2009, p.27).

O governo de Pedro Gondim se deu em um momento propício para o desenvolvimento no contexto nacional e, embora a região nordeste enfrentasse problemas econômicos ligados a seca e analfabetismo de grande parte da população, a atuação do governador foi acentuada de forma positiva nos jornais do estado o que referencia, conforme Araújo (2009), uma imagem ativa para o homem político, merecedor de demonstrações de afeição.

As medidas cabíveis e possíveis ao governo, como restabelecimento do abastecimento d'água em algumas cidades do Estado eram tomadas com presteza, e automaticamente transformadas em discursos das *'grandes ações de Pedro Gondim em favor do povo da Paraíba'*. Essas obras fomentavam o enaltecimento empreendido pelo Jornal à figura pública do governante, e ao mesmo tempo, eram apontadas como portas abertas ao sentimento de gratidão que a população beneficiada nutria sobre o *seu* governador (ARAÚJO, 2009, p.32)[grifos do original].

Nesse sentido, o governo tinha em seu favor a propaganda lançada a sua figura o que propiciava um reconhecimento favorável ao desenvolvimentismo. Atrelada a essa representação, Gondim também é reconhecido por sua influência frente ao governo federal “[...] a propósito de toda essa representação de ativismo que se construía em torno de sua imagem e de sua administração, não se negava em recorrer ao Governo Federal para ver solucionada as necessidades dos pobres da Paraíba” (ibidem, p.31). Toda essa representatividade recebia:

[...] o apoio e as homenagens partiam de diferentes locais do Estado, como Areia, Serraria – centro das atividades políticas de Pedro Gondim –, Pirpirituba, Cuité, Araruna, Belém e Campina Grande, e eram dirigidas por lideranças, políticos, deputados, prefeitos, e é claro, também pelo *povo*, representados, sobretudo por organizações de bairro e associações de trabalhadores (ibidem, p.32) [grifos do original].

Em torno dessa imagem foi construído um símbolo de político popular “[...] que através de suas práticas de governo conseguia a cada dia angariar adeptos para junto de si, além de imprimir sua marca de administração dinâmica ao governo do Estado” (ibidem, p.33). Essas ações não se restringiram apenas as obras e soluções para a seca. Em matéria o Jornal Gazeta Campinense destaca sobre o governador está:

[...] recuperando a administração e prestígio de que gozava nesta cidade e que ficaram patentes pela maneira como nosso povo sofreu o seu nome nas eleições de 3 do outubro do ano passado. Algumas obras do Estado vão ser iniciadas em Campina Grande notadamente serviços mais amplos de pavimentação das ruas a construção do Parque de

Exposições animais a construção do auditório Estadual conforme declarou a reportagem do Diário da Borborema o próprio chefe do executivo estadual. Serão realizações de grande interesse para a nossa cidade não resta a menor dúvida através dela sou senhor Pedro Gondim tornará a ser o governante amigo dos Campinenses que foi durante a sua intimidade na chefia do governo.

Outras realizações

Há, no entanto algumas outras realizações do governo do estado a quais chamamos a atenção do Governador.

Destacamos dois graves problemas o da educação primária e da Saúde Pública.

No setor da educação Campina Grande necessita de mais dois grupos escolares com urgência como meta é imediata os grupos escolares existentes precisam de reaparelhamento, mas a carência escolar nesta cidade reclama e exige sem perda de tempo a instalação de mais unidades de ensino do tipo de grupos escolares bem aparelhados bem dirigidos servido das professoras dedicadas e competentes (GAZETA CAMPINENSE, 1961, p.1).

É notório que a representatividade do governador ficou relacionada a promessas que almejavam o progresso. Nesse sentido, os periódicos da cidade e do estado veiculavam as ações propostas e por vezes lembretes das possíveis ações do governo. Acreditamos que a mídia impressa desse período corroborou bastante para o crescimento desse momento histórico. Cabe ainda mencionar que o nordeste era uma das regiões com mais analfabetos (ARAÚJO, 2009) nos fazendo deduzir que essa imagem foi construída pela sociedade letrada e difundida entre as camadas mais pobres com intenções de legitimar sua força. Concernente a esse período, corroboramos com o posicionamento de Agra do Ó (2006, p.41) ao afirmar que “[...] A ideia de Estado, como imagina, amplia para as esferas as relações sociais mais amplas a crença na identidade única”. Dessa forma, o povo passa a associar em uma figura política a imagem de uma possível semelhança com a salvação tão esperada e assim condições igualitárias entre as diferentes classes.

2.3.10s planos educacionais para Campina Grande

O Ensino Normal foi, como se sabe, uma das chaves da pedagogia anisioteixeiriana (SOARES, 2016, p.54).

Ao destacarmos o Ensino Normal como uma das propostas mais conhecidas para os projetos educacionais de Anísio Teixeira, corroboramos com Soares (2016) em perceber esse encantamento no pensamento de educadores paraibanos. Nesse sentido, compreende-se a nota circulada no periódico paraibano.

Vinte milhões de cruzeiros para construção da Escola Normal de Campina Grande

Em fevereiro deste ano, viajando ao Rio o Prof. José Pedro Nicodemos, atual titular da Secretaria de Educação e Cultura, levou um memorial ao Professor Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) em que, representando o Governo do Estado, formulava pedido de financiamento para construção da Escola Normal de Campina Grande, cujo anteprojeto de criação já foi enviado à Assembleia Legislativa pelo Governador Pedro Gondim.

Tenho necessidade de entrar novamente em contato com o INEP, para o qual remeteu relatórios dos trabalhos em andamento neste Estado em colaboração com o referido órgão do Ministério de Educação, o Secretário da Educação e Cultura se fez representar pelo professor Milton Paiva, diretor do Departamento de Educação que acaba de endereçar o seguinte despacho telegráfico “Informo caro amigo direção INEP a quem renovei apelo essa Secretaria formulado início corrente ano dedicou empregar vinte milhões de Cra construção Escola Normal de Campina Grande devendo remeter ainda este exercício vinte milhões de Cruzeiros. Início obras. Em contato pessoal manteve Professor Anísio Teixeira em terei aquele Ilustre Educador esforço vem sendo feito sentido melhorar padrões Ensino Normal para Estado. Aba. MILTON PAIVA”.

Vem assim o INEP conjugar seus esforços com o Estado, cooperando na realização do edifício próprio da Escola Normal de Grande, que funcionará a partir do próximo ano no Colégio Estadual daquela cidade até que seja concluído o seu prédio (A UNIÃO, 1959 p.1).

Como mencionado anteriormente, até a década de 1960 o município não possuía uma instituição pública para formação de professores em nível secundário. Relacionando um descompasso em relação à historicidade de criação das Escolas Normais, bem como em relação ao contexto local, por ser Campina Grande/PB uma cidade desenvolvida e moderna, como lhe falta preparo específico para formação de professores a cargo do Estado? Conforme Soares (2016), na década de 1950, a cidade contava com uma instituição de 1º Ciclo, o Curso Normal Regional Nossa Senhora do Rosário e as Escolas Normais de 2º Ciclo Escola Normal Imaculada Conceição; Escola Normal Alfredo Dantas, todas em caráter privado, sendo duas pertencentes à ordem religiosas. Nos registros da Escola Normal Alfredo Dantas, Soares (2016), comenta não ter fontes que registre a necessidade de criação da cadeira do curso normal, conforme a autora consta apenas no Regimento Interno da escola no Art.2 a presença exclusiva nessa turma a presença feminina para formação de professoras.

Conforme Andrade e Cury (2013), o funcionamento da Escola Normal nessa instituição advinha de uma contribuição as Escolas Anexas, dentre elas a Escola Normal de João Pessoa. A escola era:

[...] o Instituto Pedagógico, fundado em 17 de fevereiro de 1919, na Rua Barão do Abiaí, Campina Grande - PB, primeiramente com ensino primário e secundário para ambos os sexos, composto de duas cadeiras regidas pelos

fundadores do Instituto, a cadeira masculina pelo tenente Alfredo Dantas Correia de Góes e a cadeira feminina pela professora normalista Ester de Azevedo. Em 1924, o Instituto muda-se para um novo prédio, na mesma rua Barão do Abiaí, sendo adaptado para melhores condições higiênicas e pedagógicas, com mobiliário escolar e pedagógico. Ampliou-se os cursos, e funda cursos profissionais também, Normal e técnico-comercial, sendo apenas em 1929, pelo Decreto n.1615, de 09 de Dezembro de 1929, do Governo do Estado, integrou o Instituto pedagógico nas prerrogativas da Escola Normal Oficial do Estado (LIMA, 2013, p.5).

Conforme Lima (2013, p.5) “[...] em 1929, pelo Decreto n.1615, de 09 de Dezembro de 1929, do Governo do Estado, integrou o Instituto pedagógico nas prerrogativas da Escola Normal Oficial do Estado”, sendo assim por muito tempo uma das principais instituições para educação feminina no município. Entre as décadas de 1920 e 1930, o Instituto Pedagógico era a referência de ensino modernizante, com regras de higiene e padronização do comportamento dos alunos (ANDRADE e CURY, 2013). Esse cenário corrobora para participação feminina na escola, visto à necessidade de impor à cidade as possibilidades de modernização por meio da educação e dos valores femininos.

O período auge desta educação concerne com o momento de crescimento econômico na cidade de Campina Grande. Na década de 1930, a cidade importava algodão, o que lhe rendeu títulos honrosos ale da arrecadação de impostos maior que da própria capital, João Pessoa. Esse desenvolvimento econômico permitiu a Campina Grande um status modernizante frente às outras cidades interioranas. Diante desse auge, a urbanização da cidade acelera em passos largos e algumas debilidades passam a surgir no município³⁷.

Desse modo, na década de 1950, ainda se observa atitudes clientelistas e patriarcais para com a educação. Em um trecho do Semanário Oficial da Prefeitura Municipal do ano 1955, ao tratar do ensino primário municipal, se condiz às atividades realizadas anteriormente como prejudiciais à educação e que estas seriam resolvidas mediante a contratação efetiva de professoras “*diplomadas ou não*” que “*revelarem qualidades e aptidões para o magistério*”.

³⁷ A cidade não possuía um crescimento contínuo, à medida que cresce o seu valor econômico as estruturas sociais não acompanhavam o mesmo ritmo, moradias eram insuficientes, saúde passa a ser precária, há o problema acerca da falta de água e a educação era concebida ainda enquanto uma concessão, de modo que as poucas instituições existentes eram de caráter privado.

Em outra notícia publicada no *Semanário Municipal* de 1956, Maria Dulce Barbosa Ex- Diretor, em relatório apresentado ao prefeito, destaca como finalidades da equipe de professoras os seguintes dados:

[...] O município conta com 23 professoras diplomadas. 140 professores concursados ou possuidoras de certificados vários, 80 tem concurso, com nomeação a título precário, por falta de verba para subvenções [...]

[...] Criação do Curso de Férias, que permita ao professorado municipal melhorar seus conhecimentos [...]

[...] Padronização do Professorado Municipal abrangendo, 1° as tituladas pelo curso normal ou pedagógico; 2°, as que possuam curso ginásial completo, básico ou cursos especializados; 3°, as que apresentarem certificados de cursos ou concursos.

Lembro ainda a inclusão, no orçamento de 1957, de uma verba que permita subvencionar, as professoras não padronizadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, 1956, ANO I, n° 27).

Conforme apresentado no *Semanário*, a cidade de Campina Grande possuía um corpo docente, que necessitava de aperfeiçoamento através de cursos o que seria solucionado pela proposta de reestruturação do ensino. No entanto como já pontuamos apenas essa medida não foi necessária, essa urgência educacional no município se revela, conforme Agra do Ó (2006), mediante a campanha eleitoral de 1959 uma história “[...] um tanto difícil de entender, como se à frente de cada um se pusesse um quebra-cabeça em que as peças não se encaixavam muito adequadamente” (p.87). Nessa campanha, um Plano de Governo por escrito altera todas as motivações eleitoreiras e abre discussão para muitas questões, entre elas o projeto desenvolvimentista acentuado no programa e a educação “[...] ali percebida como uma das experiências que deviam ser repensadas a fim de que se tornassem caminhos necessários para o desenvolvimento de Campina Grande” (AGRA DO Ó, 2006, p. 16).

Nessa perspectiva, acentuamos a educação em Campina Grande como uma concessão, sendo privilégios de poucos. A formação docente para o primário apontava inúmeras críticas, em matérias do diário da Borborema, encontramos no período estudado notícias que referenciavam ser necessário solucionar a decadência do ensino primário. Outras matérias evidenciam a preocupação com ensino e motivam por meio de enquetes as soluções desejadas pela sociedade.

Ainda com relação ao *Semanário*, as edições seguintes destacam a participação de professoras primárias em cursos de aperfeiçoamento no INEP. O documento exhibe também o empenho do prefeito Elpídio de Almeida frente à necessidade educacional e

mediante esse anseio a vitalidade em dispor de bolsas de estudos com cunho formativo para essas docentes que se aperfeiçoariam e trariam para a cidade as inovações educacionais.

Em março de 1957, o Semanário exhibe a notícia “Reestruturação do Ensino Primário Municipal” (CAMPINA GRANDE, 1957, p.1). No discorrer da matéria apresenta-se o curso de Psicologia Educacional e Orientação Pedagógica a ser realizada pelas professoras. Fica evidente a necessidade de uma nova posição a ser adotada pelas professoras municipais. O governo municipal empenha forças em cursos de formação para as professoras dos grupos escolares como medidas de solucionar o mencionado fracasso da educação primária campinense (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958).

Em uma enquete intitulada “O que o povo deseja” realizada pelo jornal *Diário da Borborema* é destacado os problemas educacionais “A educação do povo, por, exemplo, também considerada por muitos dos entrevistados da nossa reportagem, está na base da solução, não imediata, porém de longo prazo, de muitas das más direções que temos tomado no processo de evolução do país” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, nº 74, p.2). O jornal enfatiza que diante de uma série de obras inacabadas a educação possui papel preponderante para o desenvolvimento.

Aliado a esses discursos, o jornal informava diariamente acerca dos cursos superiores e técnicos que estavam se instalando na cidade. Visto de forma muito positiva, essas notícias a nosso ver reforçavam o cenário promissor da cidade.

No que concerne ainda ao ensino secundário, esse era visto como de grande importância a se valer o ensino primário na cidade de Campina Grande com deficiências e dificuldades na organização, administração, avaliação e no exercício do magistério como nos mostra o noticiário de 14 de janeiro de 1958:

[...] O ensino secundário está popularizando-se cada vez mais acentuadamente. Constitui já uma aspiração comum, quase do mesmo porte que, em outros tempos se prestava à necessidade da simples alfabetização.
 [...] Mas é justo que o Estado cuide com maior empenho do ensino primário, preparatório para os estágios sucessivos do currículo, aumentando o número de unidade de ensino básico, aparelhando-as devidamente de material didático, provendo-as de professoras competentes e dedicadas, dando-lhes orientação e fiscalização assíduas e, enfim, remunerando condignamente o professorado, a fim de poder dele exigir o conveniente em matéria de eficiência (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, nº 81, p.2).

No dia seguinte a esta publicação, a notícia intitulada “Pela melhoria do ensino” destaca a participação do professorado primário na semana de estudos pedagógicos “[...]”

Nada mais oportuno do que esta iniciativa, que vem justamente num momento em que todos sentimos a flagrante ineficiência do ensino que se ministra as nossas crianças” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, p.2) [grifos nossos]. A notícia segue apontando os traços dessa ineficiência e conduz que a instrução do ensino primário é suporte básico para eficiência do ensino secundário.

Esta faltando organização, administração escolar, inspeção do ensino, melhor condição de remuneração para o professor, melhor preparação do mestre para as suas tarefas.

Na análise de profunda **inadequação** de nosso ensino primário, não poderemos deixar de encarar como problemas básicos a **má organização dos estudos normais** e a **deficiência de salários dos professores primários**. Ainda seria o caso de considerar-se também a influência negativa das **nomeações** de professoras por motivos partidários (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, n° 84, p.2) [grifos nossos].

Ratifica-se que o jornal evidencia problemas originados enquanto grandes na organização e instrução do ensino primário. São destacados problemas como a inadequação do ensino a má organização na formação “organização dos estudos normais”³⁸ a precariedade do salário e as nomeações das professoras, demonstrando assim falhas desde a incompatibilidade na formação, desde o provimento das regentes de ensino. Ademais, conforme Agra do Ó (2006, p.14) “Percebe-se que a educação, naqueles anos, estava sendo constituída como um espaço privilegiado para a consecução de desejos”. Apesar de possuir o ensino normal e o início das medidas em reorganizar o ensino, o jornal é bastante enfático nos problemas e delimita claramente o problema no ensino primário enquanto oriundo do ensino normal. Nos indagamos, teria sido a pouca eficiência no ensino primário a necessidade de se criar uma Escola Normal Pública tardiamente? A nosso ver a educação em Campina Grande não possuía em seu sentido primeiro a possibilidade de gerar cidadãos conscientes, letrados e passíveis de posicionamento, como mencionado no jornal o ensino não era suficiente, as professoras eram mal remuneradas e à escola provavelmente era restrita a uma minoria da sociedade que detinha sua função e consecução diante das atividades sociais.

³⁸A cidade contava, até o início da década de 1960, apenas com instituições equiparadas à Escola Normal de João Pessoa, o Colégio Imaculada Conceição e o Instituto Pedagógico, atual Colégio Alfredo Dantas (CAD), estabelecimento particular, cuja equiparação ocorrera ainda na década de 1929.

Após essas notícias que demonstravam o descontentamento do ensino primário e a cobrança para com o Estado em favor da melhoria da educação é que no dia 18 de janeiro de 1958 que o jornal anuncia pela primeira vez o Instituto de Educação:

Instituto de Educação para Campina Grande

Também dois novos Grupos Escolares – Promete a administração do Governador Pedro Gondim voltar as suas vistas para o interior do Estado.

A reportagem deste jornal acaba de ser informada que um dos primeiros frutos da escola do Deputado Antônio Cabral para a Secretaria de Cultura e do escritor Lopes de Andrade para o deputado de Educação do estado será a breve construção em nossa cidade de um **moderno edifício** que servirá de sede ao futuro Instituto de Educação de Campina Grande, bem assim de mais dois Grupos Escolares, em cooperação com *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas* Educacionais.

Entendimentos

O Deputado Severino Cabral, presidente do Diretório Municipal do PSD de Campina Grande, em entendimento com o Governador Pedro Moreno Gondim, manifestou o **desejo de ver esta cidade equiparada à Capital do Estado em edifícios escolares**, salientando o **esquecimento a que as sucessivas administrações estaduais têm relegado Campina Grande**.

O Chefe do executivo escolheu favoravelmente a reinvidicação do deputado campinense, autorizando o estudo e o encaminhamento das providências necessárias para a concretização daquele empreendimento no prolongamento da Avenida Marechal Floriano.

O edifício do futuro Instituto de Educação será localizado no prolongamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto em seguida á catedral em direção ao bairro do Santo Antônio.

Os novos grupos Escolares ainda não tem localização escolhida. No presente ano letivo funcionará o Grupo escolar Solon de Lucena, construído em 1937 e ainda fechado, por falta de autorização para abertura de matrículas (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, n° 87, p.8) [grifos nossos].

Esse recorte de notícia que evidencia a criação do Instituto de Educação expõe algumas análises. De início, destacaremos o papel do governo frente o possível atendimento de exigências e cumprimento em zelar mais pelo interior do estado. Em seguida, tem a atuação do deputado enquanto filho da cidade oportunizando o crescimento e possível equiparação de prédios escolares com a capital, posicionamentos interessantes aparecem fortemente nesse trecho, a figura do homem público oportunizando o salvamento da cidade esquecida por outras administrações, bem como a cidade em crescimento e em comparação com o status de crescimento da capital e ainda o apoio concedido pelo INEP. Por fim, pontuamos a localização da possível construção do prédio, a Avenida Floriano Peixoto, uma das maiores avenidas da cidade que corta o centro comercial, passagem de muitos cidadãos, um lugar estratégico para visibilidade da construção de um prédio de tamanho alcance social, vale ressaltar que as demais obras, os dois grupos escolares não possuem nesse contexto local para construção o que nos leva a acreditar que a matéria apresenta de forma sutil algo que

expressa grandiosidade na ação política, a visibilidade da obra. Cabe destacar também o apelo ao edifício escolar, que é caracterizado como moderno e já aponta localização para sua construção.

No que concerne ao Semanário Oficial, este evidencia em suas matérias a partir de outubro de 1958 a atuação do governo municipal frente à criação da Escola Normal para Campina Grande. Na matéria, consta a cobrança de uma maior atenção do governo estadual para com a cidade que visto seu desenvolvimento industrial possui uma arrecadação de tributos maior que a própria capital. No entanto, quando condiz de verbas para manutenção e aplicação de serviços básicos como saúde e educação a cidade apresenta inúmeras debilidades.

Ademais, no dia 28 de janeiro 1958 é referido no jornal diário da Borborema as notícias acerca da criação dessa instituição

Instituto de Educação

A criação do Instituto de Educação de Campina Grande, mantido pelo Estado **em benefício da formação da juventude feminina** de nossa cidade com vistas a futuras lides das mais capazes no magistério primário, bastaria para merecer a presença de dois representantes desta terra na atual equipe que dirige os destinos da Paraíba.

[...] essa será uma iniciativa para a qual se podem prever os mais lisonjeiros frutos. Um Instituto de Educação exige para ser digno desse nome um professorado capaz, possuidor dos requisitos que se torna indispensáveis para formadores de mestres da infância.

[...]

A decadência do ensino primário, que se revela a cada passo e aumenta de ano para ano, começa pelas Escolas destinos de Campina Grande e da região que tem por centro de atração a nossa cidade, pelas oportunidades que ela oferece e poderá melhor oferecer, em matéria de ensino secundário, normal e superior.

A criação do Instituto em Campina Grande será decorrência da exigência de um bom Colégio, se afana uma equipe de professores amantes de sua profissão e desejosos de melhorar os índices de preparação secundária de nossa mocidade, condição essencial do desenvolvimento da cidade.

A população recebeu com alegria a notícia da fundação do Instituto. Pequenos apertos que poderiam retardar essa iniciativa, seriam talvez resolvidos com o aproveitamento do prédio do próprio Colégio Estadual, em caráter provisório, para o funcionamento das classes do Instituto. Vamos esperar pela ação dos representantes de Campina Grande da atual equipe administrativa do Estado (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, n°89, p.2) [grifos nossos].

Esse recorte deixa transparecer o alvo de formação que era as moças campinenses, bem como a possibilidade de melhoria do ensino visto à dedicação atribuída a essa profissão. Ressaltamos enquanto pertinente a ênfase atribuída para a escola que beneficiaria a juventude feminina campinense, tratando do benefício o jornal aponta o auxílio que as novas professoras manteriam em relação ao ensino primário,

concebido nesta matéria enquanto decadente. Também destacamos o anúncio repetido do Estado enquanto órgão mantenedor da instituição. Em seguida, observamos a referência atribuída aos professores que atuariam na escola, pois para esses também é atribuída uma responsabilidade de edificar a formação das alunas futuras professoras do ensino primário. O ensino secundário é apresentado nas páginas do jornal como eficiente. Desse modo a criação de mais uma instituição nesse nível de ensino requer os mesmos padrões de exigências, sendo assim necessário um corpo escolar bem equipado. Nessa matéria também apontamos a primeira manifestação referente à participação da população que, conforme o periódico, recebeu de forma entusiasmada a criação dessa instituição. Por fim, a notícia já preconiza as possíveis adversidades para a concretização da escola e elabora também a solução por meio da utilização provisória de salas do Colégio Estadual de Campina Grande/PB, mencionando também o aguardo nas decisões da administração local e estadual.

Considerando o exposto, pudemos observar que o jornal diário da Borborema apresenta as notícias acerca da criação da Escola Normal com entusiasmo e até então com certa frequência, praticamente uma notícia por semana. Já o Semanário Oficial de Campina Grande somente anuncia a notícia oficial no mês de novembro também do ano de 1958. Na matéria do semanário onde consta a criação da escola, essa aparece com a resposta do prefeito Elpídio de Almeida ao ofício do governador, nesse o dirigente municipal comunica que a prefeitura doará o terreno necessário para construção da Escola Normal, destacando que a prefeitura colaborará com esse empreendimento.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PARA CAMPINA GRANDE

Comunica o Prefeito Elpídio de Almeida que a Prefeitura doará o terreno necessário - Resposta à solicitação feita pelo Governador Pedro Gondim

No fim do mês de outubro passado o Governador Pedro Gondim, em ofício dirigido ao Prefeito Elpídio de Almeida, solicitou a cooperação da Prefeitura no sentido de ser doado ao Estado terreno na área urbana desta cidade, destinado à construção do edifício do Instituto de Educação de Campina Grande, obra a ser realizada pelo Governo da Paraíba em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura.

Respondendo a solicitação do Governador, o Edil Campinense acaba de informar que a Prefeitura colaborará também no importante empreendimento, oferecendo o terreno necessário [...] (CAMPINA GRANDE, 1958, p.1).

Essa notícia marca a possível aliança entre os governos estadual e municipal para a concretização do prédio escolar, no entanto, cabe destacar que essa é a primeira vez que o poder municipal atenta para a doação de um terreno específico e em matérias

anteriores divulgadas no diário da Borborema, anunciava que a escola seria construída na Av. Marechal Floriano Peixoto. Ademais o prefeito se posiciona na matéria enquanto favorável à criação da escola, reforçando que a prefeitura colaboraria com o empreendimento.

Além das inquietações já citadas em nosso estudo, cabe destacar que por vezes as notícias acerca da construção desse edifício escolar suscitam como Instituto de Educação ora como Escola Normal. Apenas na obra *Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)*, de Alarcon Agra do Ó (2006), observamos a intenção por parte da sociedade em possuir na cidade de Campina Grande um Instituto de Educação e uma Escola Normal para moças, porém esses questionamentos serão levantados mais à frente.

Apesar dos periódicos apontarem de maneira cordial as possíveis divergências entre o governo estadual e municipal, a escola foi criada “por iniciativa do Governo do estado na gestão do Dr. José Fernandes de Lima, pela lei Estadual nº 2.229, publicada no Diário Oficial, edição de 08 de abril de 1960 com a denominação de ‘Escola Normal Estadual’” (ESCOLA NORMAL ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 2008, p.1). E, embora funcionasse de maneira precária em “instalações por empréstimo, se resumiam a duas salas, sendo uma para sala de aula, com apenas 25 alunos e outra para a direção, secretaria e arquivo”. (ibidem, p.1). A instituição permaneceu em funcionamento em situação de comodatos até a ocupação do prédio com instalações próprias e apenas “Em 10 de maio de 1970, a Escola Normal passou a funcionar em prédio próprio construído para esse fim”. (ibidem, p.1).

Por fim, cabe destacar que observamos que a cidade possuía um modelo educacional, que por vezes é citado no jornal enquanto problemático e a reestruturação do ensino em conjunto com uma nova escola de formação de professores solucionariam o problema escolar. Ainda assim mantemos as indagações acerca do que motivou a criação da Escola Normal Estadual? Quem desejava uma nova educação modernizante? Essas são algumas das questões que serão abordadas nas seções seguintes.

Compreender como se determinou a criação de uma instituição escolar a nosso ver entrelaça as relações sociais e políticas que permeiam essa escola. Nesse sentido, procuramos investigar como se deu início a essa formação de professoras em Campina Grande com vistas a apreender a necessidade da criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, podendo esclarecer que em caráter público, uma vez que a cidade já contava com instituições particulares. Para o nosso estudo as tramas políticas

engendram um roteiro instigante e a imprensa revela enunciados até a concretização dessa promessa educacional.

A próxima seção será dedicada aos processos formativos na sociedade campinense esboçando a educação primária no município, seguida das evidências apontadas na imprensa como reveladoras das atividades políticas e sociais acerca da criação dessa instituição. Ainda com auxílio da imprensa local, apresentaremos quem foram os principais sujeitos envolvidos nos planos de construção da primeira Escola Normal Estadual em caráter público de Campina Grande/PB. Buscaremos identificar as primeiras alunas que foram beneficiadas com esse modelo de educação e a instituição criada, bem como quem compôs o corpo técnico e os mestres encarregados dessa missão considerada nas páginas do diário da Borborema enquanto regeneradora do sistema educacional e da sociedade campinense. Por fim, apresentaremos os documentos legais que concretizam a criação da Escola Normal Estadual para moças na cidade de Campina Grande/PB.

CAPÍTULO 3. ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE: “Em benefício da formação da juventude feminina”

Nesse capítulo, buscamos discutir o cenário em que a instituição ENECG se constituiu, a fim de identificar os motivos de sua criação apenas em 1960; compreender o papel social da criação ENECG no período de 1955 a 1960, e identificar os sujeitos envolvidos no processo de criação da instituição. Para tanto, analisamos as fontes documentais, a saber: a imprensa local, por meio de notas do jornal diário da Borborema (1957-1960); Semanário Oficial Municipal (1957-1960); Atas e mensagens do governo Pedro Moreno Gondim, disponíveis nos Arquivos: Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e no Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo - Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba. Nosso intuito se pautou em encontrar as pistas necessárias a compreensão e desfecho dessa história.

Na construção dessa seção, o texto é permeado pelas fontes que contém os documentos e trâmites legais que regularizam a criação da escola, bem como as matérias circuladas nos periódicos locais e estaduais. Iniciamos com a contextualização do enredo “[...] em benefício da formação da juventude feminina campinense”, uma citação do jornal Diário da Borborema apresentada ainda no capítulo anterior e a justificativa também para o título do nosso trabalho de dissertação, pois desde o começo da investigação percebemos que a ENECG como outras Escolas Normais se constitui enquanto um espaço para moças, aspecto esse acentuado desde as aspirações de criação da instituição. Conforme Schelbauer e Araújo (2007, p.5) o jornal tem se tornado uma “[...] modalidade de fonte [que] tem contribuído para ampliar a pesquisa histórico-educacional, dando-lhe contornos e vitalidade há pouco não observados” a nosso ver o jornal contribui para observação e análise desse contexto social auxilia o pesquisador na investigação e exposição do movimento real e sua totalidade, percorrendo em seu trajeto os aspectos particulares do real (NOSELLA e BUFFA, 2013).

Nesse sentido, questões importantes, a saber, farão parte desse momento, dentre elas o acentuado crescimento da cidade em relação com a educação. A partir disto, pontuaremos a criação da ENECG na imprensa local e estadual, bem como nos documentos legais em relação com outros estudos acadêmicos, procurando trazer à cena as personalidades envolvidas tanto na preocupação com a educação e formação de professores enquanto os principais articuladores na criação da instituição. Por fim, apresentaremos, por meio de documentos, essa juventude beneficiada com a educação.

Cabe ressaltar que muitas perguntas ainda perpassam sobre o cenário da ENECG, tais como: Qual o currículo escolar? Qual a preocupação educacional da instituição? Onde e em que atuaram as primeiras professoras formadas pela instituição? Salientamos que um objeto de pesquisa não esvai seu conteúdo, o estudo que se inicia com o objetivo de conhecer os determinantes que proporcionaram a criação da ENECG abre lacunas para outras questões e investigações. Assim, acreditamos que esse passo inicial dará a sua contribuição com a infindável construção do conhecimento.

Por fim, destacamos que para atender o nosso intuito de conhecer os determinantes sócio políticos e educacionais compuseram a criação da ENECG nos propomos a manter o pensamento e as análises em relação “[...] a conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a instituição escolar que cria” (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.81).

3.10 crescimento da cidade, marcas do desenvolvimento e a educação pública

[...] O descaso da Secretaria de Educação pelo primário no nosso Município só pode comparar-se ao abandono, por parte do Estado, pelo setor da saúde. No entanto, Campina Grande é o mais poderoso contribuinte de erário estadual. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°434, p.2)

Nessa seção, apresentaremos o contexto da educação pública em Campina Grande/PB (1955-1960), pontuando a ligação do ensino primário com a necessidade de criação da Escola Normal. Para isso, buscamos algumas evidências no contexto de criação da escola para o professorado paraibano. Os anos 1950 – 1960 estiveram relacionados à política nacional desenvolvimentista que emergia uma sociedade moderna economicamente e educacional. Nesse período, esteve acentuada a crença na instrução e educação a fim de solucionar os desequilíbrios regionais e favorecer a nação um crescimento significativo.

Para tanto, nossa análise está pautada no estudo teórico e na análise dos periódicos sob a ótica reproduzida na imprensa local do desfecho da criação dessa instituição, pois consideramos a imprensa enquanto “[...] fonte histórico-educacional implica em ampliar os horizontes para além da sociedade na qual se insere” (SCHELBAUER e ARAÚJO, 2007, p.5). Ainda acerca do uso do jornal diário corroboramos com o pensamento de Aleixo (2018) quando afirma que a imprensa pode se apresentar enquanto importante documento problematizador dos embates e debates educacionais, isto por intervir no cenário conforme a representação da opinião pública. Assim, começamos destacando no periódico diário da Borborema a imponentia que foi atribuída ao crescimento da cidade, o maior contribuinte do Estado e a condição do ensino primário associado ao descaso com a educação. É diante deste cenário, de crescimento econômico e descaso educacional que se constitui a criação da Escola Normal para Campina Grande

Como outras cidades brasileiras, durante esse período nacional-desenvolvimentista é estimulada o desenvolvimento acelerado, Campina Grande/PB também

[...] foi inserida no contexto nacional de modernização e urbanização das cidades brasileiras, pautado nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, princípios norteadores ainda presentes nas intervenções realizadas na cidade. No município, o processo de urbanização tem início entre as décadas de 1930 e 1950 em decorrência da comercialização e

exportação do algodão e, posteriormente do comércio do sisal (SOUZA, 2015, p.84).

O fator econômico aparece como algo de grande importância na cidade, sendo destacado na imprensa local como possibilidade e agilidade para o crescimento. Porém, o crescimento econômico traz para a cidade uma quantidade de novos moradores, vislumbrados com a possibilidade de ter uma vida mais satisfatória. Assim, Campina Grande passa por um processo de inchaço urbano, o crescimento ocorre de uma forma desordenada impondo o melhoramento de vários serviços. Nesse sentido, sobre o processo de constituição da vida urbana na cidade, Souza (2015, p.85) esclarece que

Em seu primeiro processo de reforma urbana, sob os áureos tempos do algodão, o “ouro branco”, Campina se desenvolvia dia a dia enfrentando uma série de adversidades a serem sanadas, como a insalubridade das moradias e ruas, ausência de coleta de esgoto, o abastecimento de água, a existência de ruas estreitas onde circulavam animais de carga, mostrando assim que precisavam ser adequadas para a circulação dos transportes mecanizados. Esses contratemplos eram potencializados com a vinda desordenada de pessoas para a Rainha da Borborema, pois desoladas pela seca vinham em busca de melhores oportunidades de vida.

O cenário de crescimento atribuído a cidade esteve sempre relacionado à economia, ainda no período monárquico a cidade já era definida enquanto um dos principais centros citadinos do interior paraibano (SILVA, 2014), elevando maior significado na década de 1930, quando no período algodoeiro obteve grande importância no cenário nacional e internacional. E, embora o crescimento fosse significativo era de forma desordenada, pois “[...] os projetos de expansão aplicados na cidade não priorizaram a ampliação das questões sanitárias e estruturais, com isso a ‘modernidade’ dividia espaço com as áreas insalubres, com pessoas ‘indisciplinadas’” (SOUZA, 2015, p. 91). Dessa forma, mesmo diante de inúmeras dificuldades, Campina Grande era referenciada na imprensa enquanto local propício a grandiosos feitos fossem econômicos, políticos e/ou educacionais, chegando a estar à frente de outras cidades do interior nordestino. O auge de seu crescimento assumia proporções tão grandes na década de 1950 que aumenta também a dinâmica populacional.

Campina Grande sobressaía-se, fazia questão de alardear seus destaques: era o primeiro município do estado, sim, mas também o mais populoso do interior do nordeste, e o décimo-terceiro do país. Praticamente todas as rotas de agricultores que eram expulsos dos sertões da Paraíba, Ceará, do Rio Grande do Norte e do Piauí aqui tinham um ponto de inflexão necessário (AGRA DO Ó, 2006, p.29).

A popularidade e o traço de rota comercial impunham reformas no cenário urbano, “[...] papel estratégico na ligação do litoral ao sertão, caracterizando-se por uma intensa mobilidade da população e pelo desenvolvimento da atividade comercial³⁹” (SILVA, 2014, p.101). Presente desde a sua elevação à cidade essa atração para o desenvolvimento comercial a cidade passou por reformas urbanas que viabilizavam esse entreposto comercial, chegando “Na década de 1950, [a ser] planejada a ampliação da cidade partindo do traçado central em direção às áreas de circulação local, mas essas medidas não foram capazes de conter a expansão desordenada do município, que obedecia ao fluxo mobiliário dos loteamentos” (SOUZA, 2015, p.91) [grifos nossos]. A influência modernizante também atingiu o planejamento arquitetônico da cidade, permitindo moradias também tivessem ares de modernidade inspirando essa nova fase industrial pela qual a cidade era composta (FREIRE, 2007).

Conforme Silva (2014, p.100) “[...] Existe sobre essa cidade um arsenal de produções acadêmicas, memorialistas, poéticas que têm procurado esmiuçá-la a partir dos ângulos sociais, econômicos, culturais, educacionais, dentre tantos outros” compõe essas obras a percepção de seus autores da significação social atribuída a Campina Grande, sempre como uma cidade de grandes promessas e anseios, ainda conforme a autora anteriormente citada, os caracteres definidores da cidade a constituíam enquanto símbolo de modernidade e progresso.

Diante de tamanha modernidade, a cidade ainda possuía traços tradicionais na formação estrutural da sociedade, tal qual o envolvimento da mulher no aspecto social. Apesar de já contar com três instituições particulares para formação de professores, na década de 1950 a cidade também ganha uma instituição educativa feminina, o “Instituto Pax” que funcionou

[...] sob a direção das Missionárias de Jesus Crucificado, a pedido da Diocese campinense. As elites locais puderam contar com esse espaço de formação para educar suas crianças e as Moças, o Instituto promovia ações no campo educacional com turmas do Ensino Primário e uma Formação Familiar, destinada a orientar as mulheres para *a vida no Lar* (SOUZA, 2015, p.110).

O Instituto era mantido por uma ordem religiosa e concebia a educação, especialmente primária enquanto uma concessão de serviços, já que a ênfase maior se destinava à educação da formação familiar, isto é da moça, para se preparar em especial

³⁹De acordo com Silva (2014, p.101), essa característica é “elemento fundamental não apenas para configuração do perfil do nascente povoado, como também para sua elevação à condição de vila e cidade, cuja emancipação municipal ocorreu em 11 de outubro de 1864”.

para sua vida doméstica e quem sabe o casamento. Apesar dessa instituição em específico para formação feminina, a cidade de Campina Grande/PB passou a desempenhar na década de 1950 um cenário propulsor para criação de instituições educativas, uma vez que seriam essas escolas as promotoras no realce de crescimento da cidade, que passava por crises no âmbito econômico, assim a educação auxiliaria a manutenção da visibilidade modernizante e progressista, propondo aos cidadãos a civilidade. Segundo Silva (2014), o processo de criação de instituições escolares demandava interesses políticos, reivindicação da elite local e suprimento visto a expansão do ensino. Com o intuito de refigurar a imagem da cidade foram realizados investimentos nos setores culturais e educacionais

[...] quais sejam: criação da Escola Politécnica (1952); da Escola Técnica de Comércio de Campina Grande; Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (1952); do Colégio Estadual de Campina Grande (1953); da Faculdade de Ciências Econômicas; da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande; da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, também mantida por religiosos (SILVA, 2014, p.107).

A Escola Normal Estadual de Campina Grande, é criada em 1960 oito anos após a criação do Colégio Estadual de Campina Grande, caracteriza-se como segunda instituição pública em nível secundário criada no município de Campina Grande, agora para atender a formação de professoras. Porém, a década de 1950 é inferida no contexto campinense como o período de concretização da educação, especialmente no que concerne ao ensino primário. Assim, diante da preocupação para com a escola primária se cogita a criação de uma instituição pública que fomente a educação adequada ao contexto modernizante, mas a primeira menção a criação da Escola Normal campinense só é feita no ano de 1958. Ainda segundo a autora, o Colégio Estadual, atual Colégio da Prata atendia alunos da classe mais abastada da sociedade campinense. As características do bom ensino e a presença marcante da sociedade letrada na instituição garantiram a essa escola o modelo de educação capaz de promover o crescimento dos cidadãos e por sua vez da sociedade, pois durante muito tempo o Colégio Estadual possuía sinônimo de qualidade educativa.

No que diz respeito ao crescimento da educação no âmbito primário, em semelhança ao ocorrido na criação da Escola Normal da Parahyba demonstrou que [...] a situação do ensino primário da época e a necessidade e importância da implantação de uma escola normal destinada à formação docente (ARAÚJO, 2010, p.184) aliado ao

pensamento das condições precárias do ensino primário e do corpo docente da província desvalido de uma formação específica. A referida autora, também destaca que a criação da instituição para formação de professores paraibana se desenvolveu em fator da “[...] situação de fragilidade do setor educacional: os baixos salários e a falta de habilitação profissional dos professores, que por sua vez concorriam às práticas educativas inadequadas” (p.186). E embora exista um descompasso temporal entre as duas instituições os dados encontrados no jornal diário da Borborema demonstram que o ensino primário campinense passava por inúmeras dificuldades, o que permitia diferentes taxações, como exposto no recorte

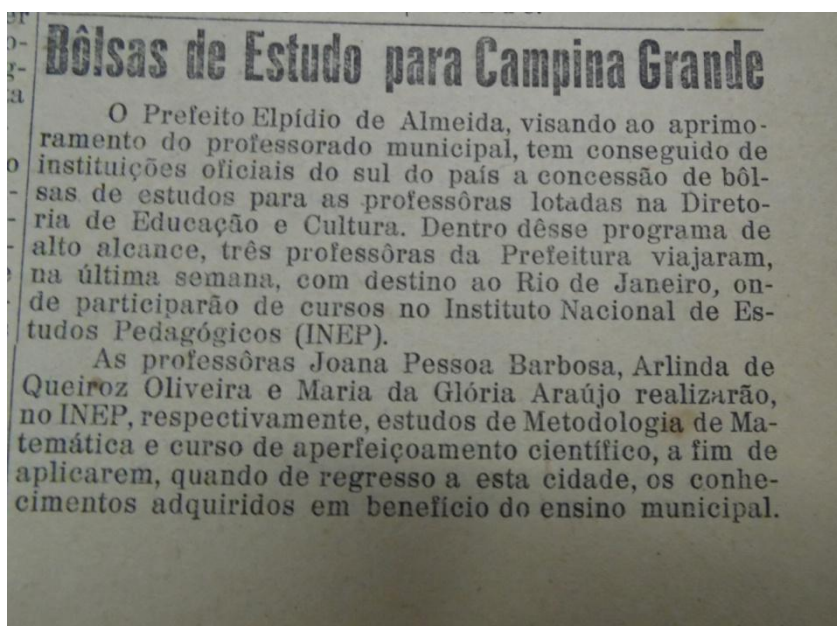
Malôgro no Ensino Primário

[...] Queixam-se os pais de famílias do despreparo das mestras, mas não devem ter sempre razão. Talvez o fator da ineficiência da escola esteja no menor interesse do professor ocasionado aquele por remuneração muito parca, falta de fiscalização, deficiência de orientação etc. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°367, p.2).

No caso paraibano, como em outras realidades nacionais e europeias, o contexto de criação das Escolas Normais estava relacionado à instrução pública “[...] especificamente do ensino primário, aos apelos à modernidade e ao projeto civilizador e de progresso da sociedade” (ARAÚJO, 2010, p.189), dessa forma a criação da Escola Normal da Parahyba do Norte seria a atitude capaz de proporcionar a formação de professores que entendessem que “[...] o ensino primário teria as condições necessárias de desenvolver satisfatoriamente o processo de escolarização, ou seja, necessitava apenas de um pessoal docente qualificado” (ARAÚJO, 2010, p.191). Em Campina Grande, nos anos 1950 era comum as notícias que informavam acerca do ensino primário, na maioria das vezes comentadas com os discursos de falta de preparo das professoras, baixa remuneração e as faltas, de fiscalização, treinamento, formação entre outras, no entanto, essa matéria evidencia a posição dos pais dos alunos com queixas, apesar dos questionamentos se manterem redundantes a formação dos profissionais, apontando mais semelhanças em relação ao ocorrido na Escola Normal paraibana, ainda no período imperial. Apesar do comentário acerca da posição dos pais dos alunos, a notícia não deixa claro quem seriam os pais, sendo assim, não nos permite deduzir quem é essa sociedade que clama por uma formação mais eficiente para o ensino primário. Ademais o jornal deixa sua mensagem e aponta algumas causas que evidenciam esse *malôgro* para o ensino primário.

Apesar dessa constatação nas deficiências do ensino, pouco se foi feito em relação a melhoria do ensino primário, uma vez que ainda no ano de 1958 se constatava a precariedade do ensino, a falta de preparo ou nomeação da professoras, ademais as poucas vagas na rede pública de ensino. Conforme circulava no jornal existia um “[...] Plano para a duplicação das matrículas no curso primário – (...) posto em prática pelo Governador do Estado, a partir de 1959 a construção de dois Grupos Escolares por mês, em colaboração com o INEP” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, nº133, p.8) por parte do governo estadual e no que concerne ao poder municipal, existia um acordo também com o INEP de proporcionar as professoras campinenses bolsas de estudo a fim de aperfeiçoarem os seus estudos e metodologias, seguido do compartilhamento dos conhecimentos adquiridos.

Foto 1 – Benefício do Ensino Primário: as Bolsas de Estudo para Campina Grande



Fonte: Semanário Oficial, 5 julho 1958, ano III, nº 133. Disponível no acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida/UEPB.

Cabe mencionar que as propostas educativas, apresentadas pelo governo estadual possuíam características ousadas, ou seja, visavam planos grandiosos, tais como: a construção de dois grupos escolares por mês, ratificando também a presença do INEP o que corrobora esse momento de crescimento e desenvolvimento nacional por meio da educação, uma vez que o órgão aparece mencionado como parceiro dos dois governos: estadual e municipal.

Pudemos constatar ainda nas páginas do diário da Borborema que durante esse período a educação era um assunto frequente. No ano de 1959 a temática da educação recorre de forma mais enfática, uma vez que também se pleiteava as eleições municipais, assim o jornal veiculava notícias/matérias de natureza diversa de forma recorrente. Em algumas semanas circulou a seguinte matéria

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

[...] Desejamos particularmente ressaltar o dever do Estado de proporcionar a esta cidade de Campina Grande meios de educação primária do povo à altura das exigências da comunidade.

É sabido hoje, sem contestação possível, que a educação primária e complementar de uma coletividade está situada entre os fatores positivos da economia local. A indústria exige não apenas a força do trabalho do braço humano, porém – talvez principalmente a eficiência do labor inteligente (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°382, p.2).

De início, ainda no título da matéria, destacamos a questão do *desenvolvimento*, marca tão presente no discurso da necessidade de crescimento para a cidade. Destacamos como forte nos discursos campinenses o pensamento do ideário iluminista, que por centrar a educação como a propulsora do desenvolvimento se fez presente nesse contexto brasileiro e na cidade de Campina Grande. Constatamos tal preocupação na necessidade de fornecer, por parte e obrigação do Estado uma educação primária a *altura* da sociedade. Ademais, a matéria aponta a educação como fomentadora da economia local, capaz de proporcionar o crescimento conjunto, por fim, destaca-se o papel da indústria que necessita de mão-de-obra e vale salientar, especializada. Nesse contexto, percebemos o jornal destacando o papel da educação enquanto ferramenta do trabalho, a necessidade de especializar a força para o novo valor social que se impõe por meio da indústria. De acordo com Agra do Ó (2006), esse momento nacional desenvolvimentista permitiu a Campina Grande/PB o crescimento industrial, uma vez que a organização municipal empreendia atividades que permitisse a cidade voltar seu auge de crescimento econômico, daí então por meio da facilitação de instalação das indústrias nessa cidade.

A formação das professoras e a forma de provimento dessas ao cargo eram questões recorrentes no jornal. Em matéria no dia 30 de janeiro de 1959, o periódico apresenta a notícia *Professoras do Ensino Primário*, onde destaca a iniciativa de um exame de habilitação proposto pelo governo estadual. Cabe mencionar que também faz parte do enredo, as questões da atuação do Estado frente aos problemas educacionais de

Campina Grande/PB. Nessa matéria, destacamos também como importante a menção as classes populares.

Tomou o Governo do Estado uma medida, certamente justa e objetiva, quando mandou que se realizassem provas de habilitação para professoras do ensino primário nomeadas sem concurso e sem o exame de seus títulos de qualificação para o exercício do magistério.

Os lugares vagos com a não aprovação de professoras sem o mínimo de preparo intelectual, mas que venham exercendo magistério no ensino público primário do Estado serão preenchidos com outras moças, as quais serão admitidas ao serviço público no importantíssimo setor da educação popular, mediante o exame de suas credenciais diplomas expedidos por curso normal, certificados de conclusão do curso médio etc. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°387, p.2).

De acordo com a citação podemos inferir que o ensino público na cidade estava restrito a cargos de confiança, assim moças atuavam na educação, porém não possuíam necessariamente a formação para esta. Mais adiante a matéria não explicita quais seriam as exigências do exame, apenas menciona que em outros estados nordestinos fora tomada a mesma medida.

Por meio das matérias pudemos identificar uma imbricação na atuação do governo estadual e municipal na cidade de Campina Grande/PB. Conforme o periódico “[...] O ensino primário é dever básico do Estado, auxiliado pelo Município”. Isso era acertado perante “[...] Constituição do Estado e pela Lei Orgânica dos Municípios: a obrigação de criar escolas e mantê-las e torná-las eficientes e instrumentos da educação popular, é primeiro do Estado. O Município complementar a ação do Estado” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°714, p.2). O jornal deixa notório a negligencia do Estado para com a educação, apontando por seguidas vezes como deveria ocorrer à atuação do governo estadual, de diversas formas, dentre eles o mais interessante de vícios econômico, pois conforme os dados do jornal, a cidade arrecadava tributos em maior ascensão que a própria capital o que deveria agregar uma atenção maior para seu crescimento.

[...] Mesmo assim, com uma renda tributária bastante considerável, não poderá o município de Campina Grande arcar sozinho com os encargos de obras e serviços públicos, indispensáveis ao seu progresso.

Seria, portanto, oportuno que fosse estudada a melhor maneira de se estabelecer uma articulação perfeita entre a União, o Estado e a Prefeitura, no sentido da execução de um plano destinado a criar as melhores condições para o desenvolvimento de nosso Município.

O que fica patente – e já é do domínio público – é que o Governo do Estado tem sido de uma avareza extraordinária em matéria de realizações e serviços em nosso Município (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°488, p.4).

Além da sugestão de adesão da União ao projeto de crescimento e desenvolvimento da cidade, o jornal evidencia a falta de compromisso do Estado, acentuando uma disputa antiga entre a cidade interiorana e a capital do Estado. Diante desta disputa, algumas matérias seguem na provocativa, a exemplo dos grupos escolares sem energia elétrica “Alguns grupos escolares estão no escuro, o prefeito teria mandado desligar a instalação elétrica alegando que o Estado se encontra em atraso” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°397, p.7). De início, as matérias se apresentam com uma tonalidade ofensiva, retratando o descaso também ao governador Pedro Gondim. Em seguida, vão abrandando, porém mantêm a contestação de pendência. Embora tenhamos esse cenário, o estudo de Mendonça e Xavier (2008), nos demonstra a aliança entre Pedro Gondim e Elpídio de Almeida, especialmente no que diz respeito à comissão do centenário da cidade. O caso é que o jornal mantém a idealização em uma figura pública enquanto o regenerador e salvador da cidade, sendo até então o Prefeito Elpídio essa figura “[...] Verdade é que o atual prefeito não tem faltado com soluções para os problemas de ensino em Campina Grande. Desde a sua primeira gestão que a Educação vem merecendo do Dr. Elpídio de Almeida, a melhor atenção e cuidado” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 397, p.8).

Outras notícias que compuseram o cenário da educação primária no município campinense, dizem respeito à falta de vagas nos grupos escolares para os filhos da classe popular/pobre. A matéria intitulada *Centenas de crianças em idade escolar deixaram de ser matriculadas este ano* apontava a debilidade do sistema de ensino.

[...] Centenas de pais de famílias, assinaladamente pobres, estão reclamando a impossibilidade em que se viram de levar os seus filhos ao estudo em face da ausência de meios financeiros - única via de acesso aos educandários particulares - de vez que os grupos e as escolas municipais e estaduais a esta altura, já estão literalmente lotados não havendo mais vagas para ninguém” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°398, p.8).

Como já mencionado, o ensino primário passava por debilidades e a matéria destaca que a quantidade de instituições no final da década de 1950 eram insuficientes para atender a população da sociedade campinense. Havia a presença de escolas particulares, mas como assinalado na citação inacessível para as camadas mais populares. Em notícias seguintes, continua o embate entre o poder municipal e estadual, o jornal procura a secretaria de educação do município que afirma não ter responsabilidade “[...] Se existem crianças sem escolas, perguntemos aos outros poderes

o que têm feito para resolver tal situação” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°399, p.8). Mais à frente, o jornal aponta um dos grupos escolares que não possui mais vagas para alunos, que são tidos como *recusados*.

Após essa apresentação do início das aulas no município, o jornal apresenta à matéria *A voz de Campina Grande*; no texto, propõe uma justificativa defensiva para o governo de Pedro Gondim, “[...] justiça se lhe faça – tem-se manifestado propenso a dar a Campina Grande mais do que ela tem recebido nas passadas administrações” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 410, p.2). O objetivo do nosso estudo não consiste em apresentar a disputa político partidária no município, porém o delineamento da educação primária e secundária na cidade se deu através de algumas intervenções políticas e agregadas as imagens construídas para as figuras políticas conceituadas enquanto personagens ativos na salvação e propulsão do desenvolvimento da cidade que aparecem inscritos nesse contexto e de forma bastante evidente no jornal. Nesse sentido, a defesa inicia da seguinte maneira:

[...] O Governador Pedro Gondim – justiça se lhe faça – tem-se manifestado propenso a dar a Campina Grande mais do que ela tem recebido nas passadas administrações. E não vem ficando apenas em palavras ou em promessas, habituais aos políticos de outra geração (...)

[...] na verdade, há ainda muito o que pedir-se a pleitear-se do Estado. No capítulo da educação, falta-nos o prometido Instituto de Educação e a Escola Normal para moças, falta-nos mais Grupos Escolares (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°410, p.2).

Temos pontuado que o diário da Borborema enfatizava intensamente o descaso do Estado com a cidade, mencionando algumas vezes que esse esquecimento ocasionou o crescimento desajustado da educação, pois outros graus de ensino cresciam na cidade, gerando maior visibilidade e possibilidades de dinamismo social, enquanto o ensino primário não preparava eficientemente as crianças e o ensino secundário não dava conta de preparar os alunos para as universidades que aumentavam no cenário campinense, uma vez que “Na década de 1960, a cidade de Campina Grande passou a ter um vasto investimento no âmbito do ensino superior, com a criação da Universidade Regional do Nordeste (FURNE)” (SILVA, 2014, p.109). Conforme a autora, esse crescimento do ensino superior demandava da conclusão do ensino secundário, especialmente do Colégio Estadual que chegou a atender cerca de dois mil estudantes.

Diante do mencionado, visualizamos um cenário educacional em Campina Grande em que a educação primária é alvo de melhorias; de um ensino secundário

necessitando de expansão; e o ensino superior solidificando-se. Nesse período, a construção da Escola Normal pública de Campina Grande, ratifica que as demandas sociais pelo ensino primário e por professores habilitados eram elementos que influenciaram sua criação, tardiamente e em descompasso com a realidade do Estado paraibano.

3.2 A criação da EN em Campina Grande nos anos 1955-1960: contestações

A situação da educação primária em Campina Grande vinha sendo apontada na década de 1950 enquanto insuficiente e precária (DIÁRIO DA BORBOREMA, SEMANÁRIO OFICIAL). Esses documentos foram consultados em nossa pesquisa e embora apresentassem discursos com tonalidades por vezes distintas, assumiam em comum a debilidade do ensino primário. Destacava-se a falta de grupos escolares para atender a demanda, questionava-se a formação e forma de provimento aos cargos das professoras, bem como a baixa remuneração. Essas notícias contribuíam para a construção do pensamento de que o crescimento da cidade estava atrelado à educação. Nesse sentido, Campina Grande que por parte dos dirigentes se constituía em uma grande cidade, progressista e moderna, necessitava de um olhar criterioso que auxiliasse a proporção do desenvolvimento necessário. Segundo Aleixo (2018), durante esse período Campina Grande vivenciou um novo marco em sua história “a preocupação com as chamadas coisas do espírito” (p.71). Exigia-se uma renovação para a cidade, pois o crescimento econômico tinha se estendido, mas as atividades referentes à intelectualidade, principalmente no discurso social e político eram escassas.

Como já mencionado no tópico anterior, a situação ocorreu de forma semelhante na criação da Escola Normal paraibana. Campina Grande na década de 1950 já possuía uma urbe com importante comércio e expresso na ação dos dirigentes se via a necessidade de ampliar a melhoria de alguns fatores indispensáveis para o desenvolvimento da cidade, como o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica. Porém:

A garantia de água e energia elétrica não eram as únicas carências do município. Precisava também promover: ampliação de escolas públicas, saneamento básico, pavimentação de ruas, expandir a construção de moradias, evitar o barulho excessivo nas vias centrais, ou mesmo a criação de entre outras medidas. Indo de encontro à concepção de que a cidade era só avanço, a imprensa apresenta a sociedade os problemas vigentes ao reclamar (SOUZA, 2015, p.92).

E no que concernem as atividades assistencialistas a cidade já era composta de asilos, externatos e escolas primárias, onde essas instituições forneciam ajuda as pessoas mais necessitadas, geralmente emigrantes que vítimas da seca e outras adversidades optam pela vinda para Campina Grande/PB a fim de mudar de vida. No entanto, a cidade não possuía um serviço público eficiente que atendesse a demanda populacional que crescia. Assim, ficava destinado também as instituições caridosas a atividade de suprimento e educação, exerceram papel de grande relevância na cidade:

[...] O Asilo de Mendicidade Deus e Caridade tinha como alvo prioritário o público idoso, e o Dispensário dos Pobres São Vicente de Paulo inaugurado no mesmo ano (1931) que, atendia paralelamente famílias e crianças necessitadas, chegando a assistir cerca de 200 famílias (1960). O externato foi inaugurado alguns anos depois em 1939, pela percepção da necessidade da oferta do ensino primário gratuito para crianças desprovidas, chegando a atender em média um número de 700 alunos matriculados em 1960. (SOUZA, 2015, p.87).

Algumas dessas entidades receberam subsídios Federais, Estaduais e Municipais, além de contribuições regulares do Comércio e das Famílias campinenses (SOUZA, 2015). Apesar da imposição da necessidade de crescimento é apenas no final da década de 1950 que é anunciada pela primeira vez a notícia da promessa acerca da criação do Instituto de Educação para Campina Grande no jornal diário da Borborema. A promessa tem início na gestão de Pedro Gondim, ainda no mês de janeiro e segue sendo anunciada pelos meses correntes nesse periódico municipal. Sendo que efetivamente no município a notícia aparece em menção no mês de novembro, por meio da divulgação da doação do terreno pela prefeitura.

Foto 2 – Instituto de Educação de Campina Grande



Fonte: Semanário Oficial, 29 de novembro de 1958, ano III, nº 150. Disponível no acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida/UEPB.

Em contraposição ao periódico acima citado, nos meses de janeiro e fevereiro de 1958 o diário da Borborema, apresenta as notícias acerca do envio a "[...] Assembleia o anteprojeto de lei autorizando sua criação – Será instalado em edifício adequado ao seu funcionamento (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, nº106, p.8)". E uma visita do governador à cidade, onde este fiscalizaria "[...] pessoalmente os serviços e repartições do Estado em Campina – Adutora do Boqueirão e Instituto de Educação no Plano de visita governamental" (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, nº117, p.1). A partir de então, as notícias no diário da Borborema contornam a face moderna de Campina Grande, nas casas e em prédios em construção. Havia uma extensa preocupação com o *embelezamento da cidade*, os planejamentos deveriam conter senso artístico, também se

comentava acerca das ruas que deveriam ser amplas, pavimentadas e arborizadas, se contava com a “[...] ausência de lixo nos terrenos baldios, as próprias casas e edifícios concebidos dentro de linhas arquitetônicas modernas, o gosto da população pela limpeza [...] Cidades pobres nunca podem ser cidades belas. Mas Campina Grande pode ser rica [...]” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, n°242, p.2).

As notícias acerca da educação, mencionavam o crescimento do ensino universitário na cidade enquanto “[...] O número de escolas primárias, mesmo que escasso, poderia ainda produzir melhores resultados. Bastaria que houvesse uma política educacional inspirada em processos mais rápidos e modernos para alfabetização das crianças”(DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, n° 236, p. 2). Semelhante ao caso paraibano em favor da criação da Escola Normal a situação do ensino primário era de “[...] atraso e da precariedade na instrução popular era mantida e preservada” (ARAÚJO, 2010, p.185) a atuação docente nas escolas primárias eram realizadas por “[...] aqueles que não tinham condições de arranjar alguma outra ocupação melhor remunerada, como também não contavam com o favorecimento de um padrinho político” (ARAÚJO, 2010, p.185) situação também evidenciada no cenário campinense, onde o número de professoras nomeadas sem concurso público é definido enquanto prejuízo para o ensino primário.

Até a constituição do projeto da Escola Normal, outras medidas foram tomadas acerca da melhoria do ensino. Para o ano de 1959, foi registrada uma quantidade intensa de atividades que objetivavam melhorar a qualidade do ensino, tais como as provas para regentes do ensino e cursos de férias para as regentes não diplomadas. No entanto, as críticas permaneciam expostas no diário da Borborema:

[...] a verdade é que Campina Grande, não muito inferior à Capital do Estado, exige a presença de maior número dos Grupos Escolares, pelo menos na proporção em que estabelecimentos desse tipo funcionam em João Pessoa.
 [...] O município, em matéria de ensino primário, exerce uma ação completiva, auxiliar, mesmo quando se trata de um município evoluído como Campina Grande (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n°425, p.2).

Considerando sempre esse cenário de desenvolvimento, Campina Grande demonstrava necessidade de crescimento e visibilidade também frente à capital pelo auge econômico, mas o seu crescimento e a arrecadação de impostos mais abundante que em outros municípios não lhe conferia uma educação plausível de tamanha grandeza. A respeito dessa retórica do descaso e compromisso, Aleixo (2018) também

encontra em sua pesquisa elementos que definem o Estado enquanto insuficiente, no entanto:

[...] é preciso salientar que a cidade, no início da década de 1950, contava com um significativo número de obras que, pelo menos aparentemente, contradizem o discurso que apontava a “ausência” do estado na cidade. A instituição de hospitais, a pavimentação de estradas e a inauguração do Colégio Estadual são alguns exemplos de ações que estavam sendo realizadas na cidade através do governo do estado da Paraíba. Todavia, se considerarmos a dimensão política que prescinde a linguagem, podemos compreender a escrita dos intelectuais como forma de intervir no campo do político (ALEIXO, 2018, p.71).

Conforme o referido autor, a propagação do termo “abandono” chama a atenção do público-leitor, garantindo maior visibilidade e debate para o assunto tratado. Assim, em continuidade o diário da Borborema, afirma que o principal causador dessa estagnação no crescimento era o Estado, como expresso nesse trecho: “[...] o Governo do Estado dedica-se a importantes melhoramentos na Capital do Estado, quando o progresso que já atingiram cidades como Campina Grande, Patos, Cajazeiras e outras exigem maior ajuda do poder público” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, nº 707, p.2). Outra característica forte desses textos condizia com a comparação entre a capital do Estado e a cidade de Campina Grande, as matérias alimentavam a disputa e destacavam que o crescimento e atenção eram desiguais, merecendo a cidade interiorana notoriedade equivalente ou superior.

Poucos dias após essa crítica, o jornal anuncia que o terreno para construção da escola havia sido escolhido, para tanto:

**Escolhido, ontem, o terreno para o Instituto de Educação
Será construído pelo Governo do Estado, em colaboração com o INEP –
Prefeitura doará o terreno – Edifício de linhas modernas**

O Secretário da Educação e Cultura, Prof. José Pedro Nicodemus, em companhia dos srs. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Eng.-Diretor de Obras Públicas Municipais, Lopes de Andrade, Acessor Técnico do Gabinete do Prefeito, e Raul Cordula, Assistente do Gabinete do Secretario da Educação, escolheu ontem, nesta cidade, o terreno para a construção do Instituto de Educação de Campina Grande, a ser edificado pelo Governo do Estado em colaboração com o INEP.

Prefeitura doará

A vinda esta cidade de Secretario de Educação e Cultura decorreu do último entendimento entre o Prefeito Elpídio de Almeida com o Governador Pedro Gondim, no qual o Edil campinense informou que o Governo do Município, atendendo à solicitação do Governo do Estado, reservara três áreas do terreno para, dentre elas, ser escolhida e doada pela Prefeitura a mais conveniente à construção do referido Instituto de Educação.

A escolha feita pelo sr. José Pedro Nicodemus recaiu em terreno localizado no loteamento “Jardim Tavares”, a pouca distancia do novo Colégio das Lourdinhas, situando-se na nova Avenida Manoel Tavares, que faz esquina

com a Avenida Marechal Floriano, em seu prolongamento, após o Canal Piabas (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, nº721, p.8) [grifos do original].

A escolha do terreno para construção do edifício escolar marca um aspecto importante, pois garante em sua construção a efetivação do projeto. Fica afirmado mais uma vez a colaboração com o INEP e essencialmente o convênio entre município e Estado, conforme a matéria, a prefeitura acolheu e atendeu à solicitação do governo estadual. No que tange a localização, compreende uma área nova, próximo de um colégio particular, o que nos permite deduzir que o acesso a essa escola se daria as jovens de uma classe social mais abastada. Em continuidade, a notícia destaca as especificidades do prédio, como citado o edifício é incrementado por uma estrutura de linhas modernas. Este seria composto com “[...] dependências para Jardim de Infância, Escola de Aplicação e Escola de Professores. A sua localização equidistantes do centro da cidade e dos principais bairros da zona leste, atende perfeitamente aos interesses da maior parte da população escolar campinense” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, nº721, p.8). A esse propósito, salientamos as concepções empreendidas no processo de urbanização da cidade, conforme Souza (2015, p.95), essas propostas tidas como modernizantes:

[...] não foram aplicadas de maneira homogênea, nem de longe chegaram a contemplar a todos os cidadãos, muitos moradores foram afastados do centro e deslocados para novos bairros na zona leste, noroeste, sudoeste, que surgiam não apenas pelo preenchimento planejado de áreas vagas, mas também pelo desenvolvimento espontâneo como foi parte dos bairros do Jardim Quarenta e Cruzeiro, localizados na zona sul, e os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo na zona leste de Campina Grande.

Essa ausência de planejamento para os demais bairros nos permite deduzir que a escolha do terreno objetivava em optar por um local de visibilidade, com os padrões de modernidade requeridos para o prédio e para os sujeitos a serem atendidos pela escola.

Após a notícia de escolha do terreno, alguns meses depois, é possível visualizar nas páginas do diário da Borborema o comparecimento do deputado Raymundo Asfora que passa a impor questionamentos acerca dos planos para Campina Grande e também sobre a atuação do governo. Conforme o periódico, “[...] não seria somente oposição” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, nº774, p.2), mas uma série de reivindicações das promessas não realizadas, pois como constava em matéria anterior a construção do edifício foi realizada no início da administração de Pedro Gondim, e esse espaço escolar

constituía em um local apto a formação de professoras para o magistério primário do Estado (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959), assim:

[...] A ideia, como era natural foi recebida com grande satisfação pelos campinenses, não só porque seria mais um estabelecimento de ensino a acrescentar-se aos já existentes na cidade, mas, ainda pelo fato de ser o sr. Pedro Gondim nas duas últimas décadas, o único governante a lembrar-se de Campina Grande.

Assumia o ex-deputado de Serraria a direção do Estado revestido dos melhores propósitos de realizar uma administração que correspondesse à expectativa de todos os paraibano, principalmente desta cidade que sendo o maior centro comercial do interior do Nordeste, contribui para o erário estadual com cerca de 43% da arrecadação tributária.

O fenômeno da seca que se abateu inesperado e violento sobre toda a região, desmantelando os planos e concorrendo para desarticular a economia pública, muito cedo veio quebrar aquela euforia do sr. Pedro Gondim, obrigando-o a desviar suas vistas dos projetos de realizações anteriormente elaborados, para concentrá-las no problema de assistência às populações flageladas do interior, de muito mais urgência.

Passada, porém, a fase mais difícil do fenômeno climático, e com o Estado já definitivamente reintegrado na sua vida normal, era de esperar-se que a promessa do Governador fosse cumprida, com o início das obras do Instituto de Educação, para o que a Prefeitura contribuiu coma doação do terreno.

Entretanto, motivos supervinientes parece que estão impedindo, no momento, o sr. Pedro Gondim de dar cumprimento à sua promessa. Pelo visto deixará ele o Governo do Estado sem realizar **essa obra que tão espontaneamente prometeu a Campina Grande**, e que a cidade esperava que fosse realizada (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 457, p.2) [grifos nossos].

Embora a notícia relate o projeto enquanto algo animador para a cidade, alvo de satisfação para os campinenses, uma vez que ganhava-se prestígio frente as ações do governo e notoriedade ao esquecimento que a cidade foi relegado nas últimas administrações, vemos que própria citação esclarece o atraso. O jornal deixa evidente que outros problemas listados na ordem de urgência acabaram por serem tomados enquanto prioritários. Apesar deste reconhecimento, fica claro também o desejo ainda da realização da promessa, uma vez que garantido a solução principalmente do problema da seca se cogita a retomada aos propósitos educacionais planejados. Cabe destacar que esse trecho da matéria trata o governador Pedro Gondim enquanto idealizador da promessa em garantir à cidade de Campina Grande uma instituição para formação de professores, como observado no relato “[...] essa obra que tão espontaneamente prometeu”.

Em continuidade ao levantamento do governo estadual, o Deputado Raymundo Asfora continua sendo mencionado nas páginas do periódico:

Sobre o Instituto de Educação, por cuja construção vem se batendo na Assembleia com fervoroso entusiasmo acrescentou o Deputado Raymundo Asfora.

- Trata-se de um compromisso de honra do Governador Pedro Gondim, assegurado logo no início de sua gestão. O Prefeito Elpídio de Almeida já doou o terreno para a realização da obra, e, apesar do mestre Anísio Teixeira, Diretor do INEP, ter pedido colaboração do Estado> para início dos trabalhos, o Secretário de Educação, que tem recursos financeiros (Campina Grande já mandou, nos últimos vinte meses, para mais de trezentos mil contos para o Estado) ainda não levou a efeito, sequer, o lançamento da pedra fundamental, numa demonstração do seu desamor ao povo campinense.

[...]

- <Mas, vamos continuar lutando> (...) até conseguirmos o Instituto de Educação (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 785, p.12).

O deputado apreende uma visibilidade, compondo em seus pronunciamentos a defesa pelo povo de Campina Grande. Em suas palavras notamos críticas ao posicionamento do Secretário de Educação, visto não empreender uma ação disposta pelo gestor estadual em colaboração com o poder municipal e federal. Esse trecho reafirma proposições levantadas anteriormente, tais como a doação do terreno, o convênio com o INEP e o compromisso do governador com a criação da instituição, denominado aqui, nesse trecho enquanto um “compromisso de honra”, tais palavras nos reafirmam a posição de considerar o governador enquanto principal articulador da criação dessa escola.

Ainda nesta edição do jornal, em matéria intitulada *A Nota da Secretaria de Educação* é exposta “[...] a criação do Instituto de Educação, diz a nota, com abundancia de pormenores, do interesse demonstrado pelo Secretário de Educação em OBTER dinheiro do Governo Federal, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para a construção do aludido Instituto” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 785, p.12)(destaques do original).

No entanto, diante dessas inúmeras notícias acerca da atuação do governo estadual o Prefeito Elpídio de Almeida apresenta manifestação afirmando “[...] Nenhum Governador foi mais amigo de Campina Grande do que Pedro Gondim” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 795, p.1). Conforme já apresentado outras ações se tornaram necessidade, deixando a realização da escola para formação de professores em segundo plano. Nesse momento oscilatório é proposto também pela Câmara de Vereadores a aprovação de conceder ao governador estadual o título de cidadão campinense. Embora a Escola Normal não tenha se tornado ainda um projeto concreto, outras instituições chegaram à cidade: uma destinada a crianças “[...] Trata-se do Colégio Nossa Senhora das Graças, a ser construído no Bairro da Liberdade, com finalidades também de

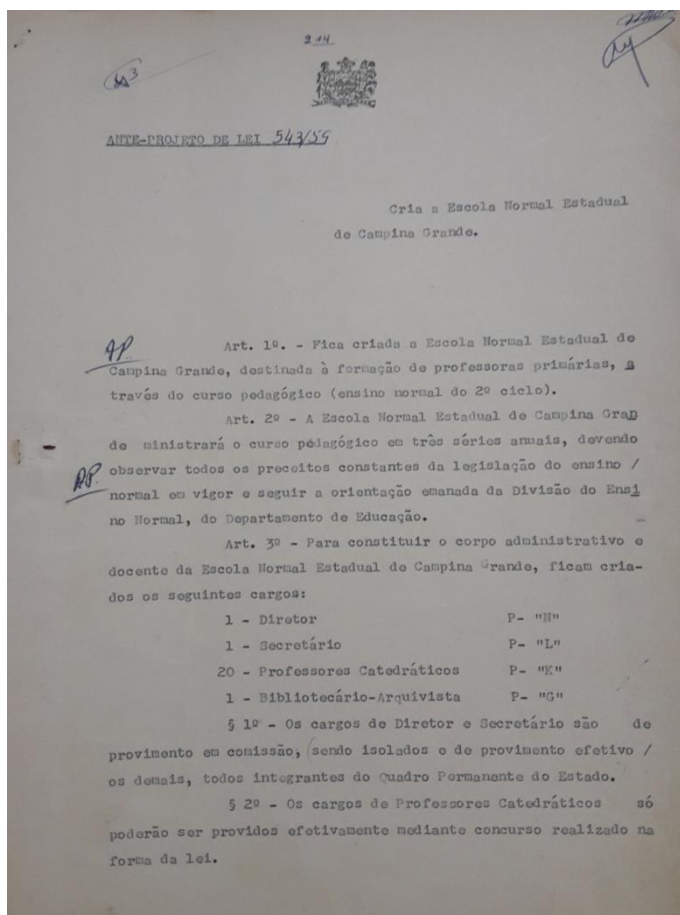
orfanato e abrigo para a infância abandonada” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 795, p.8); e outra de ordem religiosa, destinada à educação masculina “[...] Padres Salesianos instalarão educandário para juventude masculina em Campina Grande” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 806, p.8).

Após essas notícias que apontam melhoria para a educação no município é mencionada a criação da Escola Normal para Campina Grande/PB. No dia 27 de outubro de 1959 a matéria intitulada *Proposta à Assembleia Criação da Escola Normal de C. Grande* inicia um novo momento de promessas para a cidade. O texto do diário da Borborema afirma:

Em mensagem enviada ontem pelo gov. Pedro Gondim – Texto do anteprojeto – Cumpre o chefe do governo um compromisso recentemente assumido nesta cidade

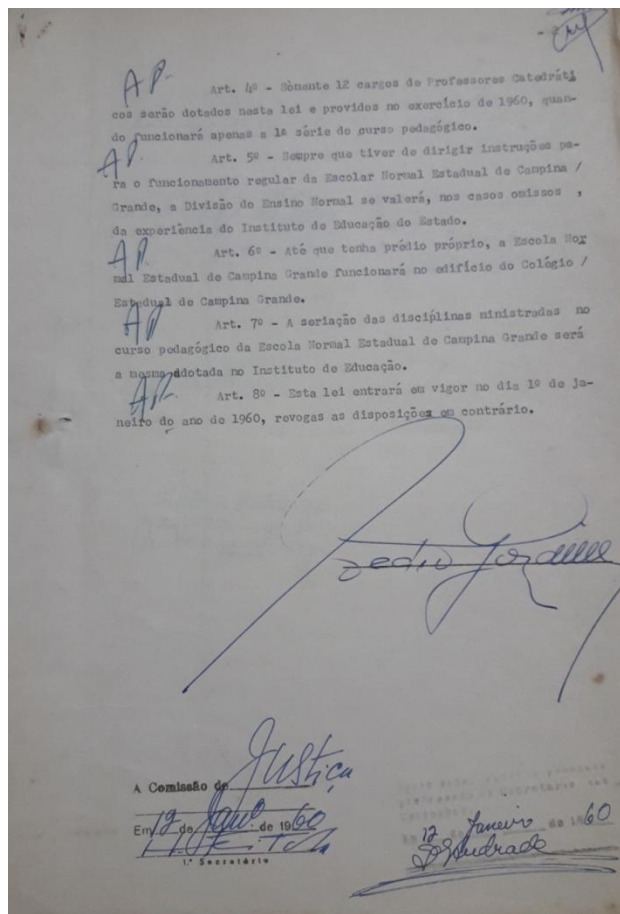
O governador Pedro Gondim enviou ontem a Assembleia Legislativa do Estado uma longa mensagem propondo a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, velha aspiração de nossa terra (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 806, p. 8) [grifos do original].

Foto 3 – Anteprojeto que cria a Escola Normal para Campina Grande



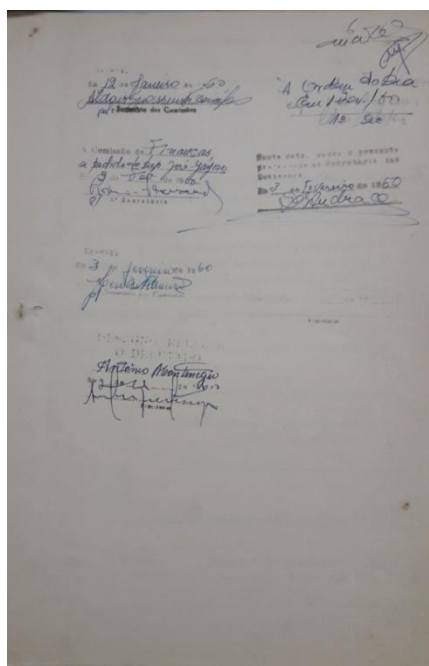
Fonte: Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo - Mensagem enviada à Assembleia Legislativa

Foto 4 – Aprovação do anteprojeto



Fonte: Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo - Mensagem enviada à Assembleia Legislativa

Foto 5 – Assinaturas aprovação anteprojeto



Fonte: Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo - Mensagem enviada à Assembleia Legislativa

De fato, a mensagem foi encaminhada à Assembleia, em outubro de 1959, tramitando até janeiro de 1960 e criada e promulgada sob o Decreto Lei nº 2.229 de 31 de março de 1960. Conforme Lima (1960, p.21), em mensagem enviada à Assembleia Legislativa:

O Governo do Estado, considerando a urgência de se ampliar o ensino normal de que tanto necessita para o preenchimento das escolas por normalistas diplomadas, criou, pela Lei nº 2.229, de 31 de Março deste ano, a Escola Normal de Campina Grande que é o segundo estabelecimento oficial do Estado, destinado a ministrar o Curso Pedagógico. As suas atividades escolares terão início no mês de Junho, funcionando, até que tenha prédio próprio, em dependências do Colégio Estadual de Campina Grande que, para isto, está recebendo as adaptações necessárias (LIMA, 1960, p.21).

Assim, com a criação da Escola Normal de Campina Grande o Estado passou a contar com cinco estabelecimentos oficiais de ensino de grau médio, a saber, “[...] Colégio Estadual de João Pessoa, Colégio Estadual de Campina Grande, Ginásio Estadual de Sapé, Escola de Formação de Professores do Instituto de Educação e Escola Normal de Campina Grande” (LIMA, 1960, p.17).

Após a criação da Escola Normal de Campina Grande, a cidade de Campina Grande/PB recebeu em 08 de Abril de 1960 a Escola Normal, atrelada à Secretária Estadual de Ensino. De início, funcionou com duas salas de aula no Colégio Estadual, uma para as aulas e a outra diretoria e secretaria. A primeira turma funcionou com 25 alunas. Esse número cresce para 70 normalistas no ano de 1962, distribuídas nas três séries do ensino normal. Já no ano de 1965, a escola contava com 275 alunas.

Não surgindo de uma atitude inusitada a criação da escola derivou de uma conjuntura mais ampla, uma vez que quando foi prometida a construção do edifício escolar esse era denominado Instituto de Educação de Campina Grande e a Escola Normal para moças, nos fazendo levantar a hipótese de que se tratava da criação de duas instituições, porém, o que temos, conforme os documentos oficiais é a ENECG.

De acordo com o Decreto-Lei nº 8.530 de 2 de Janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, lei maior que regia as instituições de Ensino Normal, havia diferenças na concepção e definição de Instituto de Educação e Escola Normal. No Capítulo III da referida Lei, onde se define os *Tipos de Estabelecimentos de Ensino Normal* discorre o seguinte:

Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

De início, as matérias do jornal informavam a construção de um Instituto de Educação e a Escola Normal para moças. No entanto, como já mencionado foi criada apenas a Escola Normal. A instituição teve seu funcionamento em duas salas por empréstimo no Colégio Estadual, mas antes de sua criação, as notícias acerca da construção dessa instituição surgem no ano de 1958, pois de acordo com a matéria do DB já havia o projeto para o Instituto, conforme apresentamos a seguir.

Instituto de Educação para Campina Grande

Concluindo o anteprojeto a ser encaminhado à Assembleia – Deverá funcionar no próximo ano, esse estabelecimento de ensino.

Pelo Diretor de Educação, escritor Lopes de Andrade, foi concluído já e entregue ao titular da Pasta de Educação o anteprojeto que autoriza o Governo do Estado a criar o Instituto de Educação de Campina Grande.

O educandário em apreço, segundo dispõe o anteprojeto constará de um Ginásio Feminino, uma Escola de Aplicação e uma Escola de Professores, ficar pronta no próximo ano, quando entrará em funcionamento.

O edifício para a sede do Instituto de Educação será construído possivelmente num dos loteamentos do Jardim Tavares ou do Jardim Arruda no prolongamento da Av. Marechal Floriano segundo informações colhidas pela nossa reportagem.

Para tratar do assunto no Rio de Janeiro, junto a Direção do INEP viajará amanhã ao Rio de Janeiro, o Sr. Eleber Marques, Diretor do Instituto de Educação da Capital.

Esta notícia alcançou grande repercussão, principalmente nos meios campinenses visto que se trata de uma providência de grande interesse para o progresso cultural de Campina Grande (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, nº92, p.8).

De acordo com a matéria, além da provável localização do edifício, destacamos as propostas presentes nesse anteprojeto: Ginásio feminino, a escola de aplicação e a escola de professores. Conforme a Lei Orgânica do ensino Normal de 1946 os institutos de educação se caracterizam enquanto estabelecimentos de Ensino Normal, mas além de manter os cursos próprios do ensino normal deveria ser composto também por cursos de especialização para o magistério e habilitação para os administradores das escolas primárias. A esse respeito, Saviani (2005) esclarece:

[...] o ensino normal foi dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo, com a duração de quatro anos, correspondia ao ciclo ginásial do curso secundário, destinava-se a formar regentes do ensino primário e funcionária em Escolas Normais Regionais; o segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário, destinava-se a formar os professores do ensino primário e funcionária em Escolas Normais e nos Institutos de Educação. Estes, além dos cursos citados, abrangiam Jardim de Infância e Escola Primária anexos e ministrariam também cursos de especialização de professores primários para as áreas de educação especial, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas, música e canto e cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares.

Se os cursos normais de primeiro ciclo, pela sua similitude com os ginásios, tinham um currículo marcado pela predominância das disciplinas de cultura geral, no estilo das velhas escolas normais, tão criticadas, os cursos de segundo ciclo contemplavam todos os fundamentos da educação introduzidos pelas reformas da década de 1930.

No caso da Escola Normal de Campina Grande, conforme mensagem enviada pelo governador do Estado ao Presidente da Assembleia Legislativa registra-se o seguinte:

Confrontando a organização administrativa o currículo do seu curso pedagógico, constata-se que o anteprojeto da Escola Normal Estadual de Campina Grande apresenta estrutura idêntica à do Instituto de Educação, denominação que, entretanto, em todas a⁴⁰ unidades da Federação, é reservada á escola normal padrão, que não se restringe ao curso normal, por isso que lhe cumpre promover cursos permanentes ou periódicos de aperfeiçoamento e especialização do professorado de grau médio e elementar e prover outras necessidades extracurriculares atinentes ao aprimoramento do ensino normal e primário, servindo de modelo às instituições que se lhe equiparam. É o que se depreende da lei n⁴¹ 850, de 6 de dezembro de 1952 (PARAÍBA, 1959, p.1)

De acordo com a citação, a estrutura planejada para a Escola Normal baseava-se na concepção do Instituto de Educação, uma vez que a instituição seria construída e obedeceria as mesmas diretrizes pedagógicas do instituto de João Pessoa. No que diz respeito ao Instituto de Educação de João Pessoa, instituição referência para a criação da Escola Normal de Campina Grande “[...] O Instituto de Educação, que é constituído pela Escola de Formação de Professores e Escola Modelo, foi construído com verbas recebidas do INEP. A sua matrícula em 1959 foi de 98 alunos, (...) Em 1959 a Escola diplomou 33 professores” (LIMA, 1960, p.20). Ademais, tomamos como referência também a Lei n° 850 de 6 de dezembro de 1952 – Da Organização do Ensino Normal do Estado da Paraíba que define acerca do funcionamento do ensino normal.

⁴⁰ Trata-se, provavelmente, de um erro tipográfico, em que a palavra “as” foi grafada como “a”.

⁴¹ Trata-se, provavelmente, de um erro tipográfico, em que o símbolo “o” foi grafado como “)”.

CAPÍTULO III

DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NORMAL

Art. 3º - O ensino normal no Estado da Paraíba será ministrado:

- a) – no Instituto de Educação;
 - b) – nas escolas normais oficiais, ou particulares, destinadas a dar o curso de formação de professores primários, (segundo ciclo do ensino normal);
- (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946, p. 1).

Como podemos notar, a cidade de Campina Grande empreendia diante de sua grandeza reconhecida, uma escola nos moldes do instituto. As reclamações impostas para o ensino primário podem possivelmente também justificar esse modelo para a escola, ademais as outras instituições para formação de professores da cidade, como já mencionado, pertenciam à rede particular de ensino e eram equiparadas ao instituto de educação da Paraíba, pois em conformidade com a Lei nº 850 de 6 de dezembro de 1952 “[...] O ensino normal será ministrado pelos poderes públicos, e é livre a iniciativa particular, desde que obedeça às prescrições constantes das leis e regulamentos vigentes” (PARAÍBA, 1952).

Embora o Diário da Borborema tenha afirmado que o anteprojeto havia sido encaminhado ainda no ano de 1958, constatamos em nossas consultas aos arquivos públicos as mensagens de envio do anteprojeto apenas no ano seguinte. Com efeito, o texto do anteprojeto foi encaminhado em 26 de outubro de 1959 junto com uma mensagem pelo governador Pedro Gondim ao Dr. José Fernandes de Lima, Presidente da Assembleia Legislativa, o Anteprojeto de Lei nº 543, de 26 de outubro de 1959, que dispõe sobre as intenções de se constituir o estabelecimento.

De início, o texto dispõe dos caracteres quanto à necessidade de criação da instituição, afirmando que a criação seria o desejo da sociedade, no entanto em momento algum se expõe quem eram os membros dessa coletividade, dessa forma nos permite deduzir que a solicitação pela criação da ENECG foi uma reivindicação da sociedade letrada campinense, bem como a apreciação da educação e formação de professores enquanto uma ferramenta do governo de Pedro Gondim, sem discriminações para o ensino particular ou público. Conforme o texto, o interesse primeiro é formar professoras diplomadas, como descreve o documento:

Além de vir ao encontro de justa aspiração do povo da progressista cidade serrana, esta proposição reflete as diretrizes da política educacional do meu Governo, empenhado na expansão do ensino normal com o intuito de no Estado aumentar o número de professoras diplomadas. Nesse sentido é que se vem estimulando os estabelecimentos do ensino particular disseminados pelo

interior do Estado a que instalem, restaurem ou revigorem os seus cursos normais, o que não se tem traduzido em mera sugestão/ ou apelo, mas também por assistência técnica ao professorado, como se fez com o curso de aperfeiçoamento para professores das escolas normais particulares, realizado no mês de julho (PARAÍBA, 1959, p.1).

Ainda conforme a citação pontuamos as formações realizadas também como prática recorrente no município de Campina Grande, uma vez que na seção anterior apontamos no Semanário Municipal a iniciativa da prefeitura em conceder bolsas de estudos para aperfeiçoamento das professoras primárias. De acordo com Mendonça e Xavier (2008), a educação possuía centralidade nesse momento político do Estado brasileiro, dessa forma é comum que os estados assumissem também uma postura frente à necessidade de promover educação para a população. No entanto, conforme a mensagem havia uma necessidade, denominada de *aspiração do povo da progressista cidade serrana* fazendo alusão ao desejo populacional da criação da escola, porém compreendemos essa parte da população como as camadas mais abastadas, uma vez que as reivindicações eram apresentadas principalmente pelo jornal diário da Borborema. Corroborando com o exposto, Aleixo (2018) considera que o pensamento intelectual que circunda os cidadãos, era composto por letrados preocupados com o crescimento educacional de forma a garantir também o crescimento econômico. Inclusive nesse período emerge a criação das instituições de ensino superior, com vistas a solucionar os problemas do atraso regional nordestino.

Em seguida, a mensagem contempla o funcionamento da instituição. Como mencionado anteriormente, a escola funcionou em salas por empréstimo, até a conclusão do seu prédio próprio. O trecho da mensagem evidencia também a colaboração do INEP com a Secretaria de Educação e Cultura estadual a fim de estabelecer na cidade a Escola Normal. Esse convênio também evidencia a relação de desenvolvimento pontuado no contexto brasileiro e disseminado para as demais localidades, nos seguintes termos:

[...] A exemplo do que já ocorreu nesta Capital ao Instituto de Educação, que, por anos ocupou várias salas do Colégio Estadual de João Pessoa, a Escola Normal ora em projeto funcionará no Colégio Estadual daquela cidade até que se venha a construir o seu edifício próprio, providência já solicitada, em regime de convênio ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), desde fevereiro do ano em curso, quando, pessoalmente, atual titular da Secretaria de Educação e Cultura entregou o memorial em que fora consubstanciado o pedido (PARAÍBA, 1959, p.1).

O funcionamento das Escolas Normais em locais por empréstimo é uma realidade longínqua, pois os exemplos surtem desde o Império quando foram criadas. Como exemplo da mensagem que evidencia o caso ocorrido e já mencionado nesse estudo na capital paraibana. Em concordância com os dados encontrados na Assembleia Legislativa, esses documentos datam do ano de 1959, embora em Campina Grande a notícia já circundasse desde 1958, inclusive, mencionando o texto encaminhado à Assembleia

Instituto de Educação para Campina Grande

Concluída a mensagem que será encaminhada à Assembleia – Será organizada nos moldes do Instituto de Educação de J. Pessoa (...) O deputado Antônio Cabral, titular da Secretaria de Educação e Cultura, em rápida palestra (...) declarou que está concluindo a mensagem à Assembleia Legislativa para apresentação ao governador Pedro Gondim, visando a criar um Instituto de Educação na cidade de Campina Grande, nos mesmo moldes do que funciona nesta capital (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1958, nº99, p.8).

Coletamos também um trecho de uma sessão da Assembleia, que nos aproxima de um pensamento acerca desse desencontro de notícias. Embora a escola tenha sido prometida ainda no ano de 1958 e recebido terreno para sua construção, o texto da sessão nos permite inferir que existiam dificuldades na tramitação do projeto da Escola Normal para Campina Grande por parte dos parlamentares da Assembleia Legislativa:

[...] Pela ordem pede a palavra Sr. Vital do Rêgo requerendo que se aprecie com urgência a mensagem governamental que cria a Escola Normal de Campina Grande.

(...)

Em discussão o Projeto de Lei nº543/59, que cria a Escola Normal de Campina Grande.

O dep. José Gayoso indaga da Mesa se o Projeto recebeu parecer da Comissão de Finanças.

A Mesa informa que não.

O Sr. José Gayoso requer que o Projeto seja encaminhado à referida Comissão. Atendido.

Pede a palavra pela ordem o dep. Vital do Rêgo que apela ao líder da bancada pessedista no sentido de que retire o seu pedido para que a matéria tenha uma tramitação mais rápida.

Voltando a tratar do assunto, o dep. José Gayoso afirma que o seu Requerimento tem fundamento no Regimento.

O dep. Vital do Rêgo volta a insistir no assunto.

Pede a palavra o dep. José Gayoso para proferir declaração de voto.

No mesmo sentido fala o dep. Vital do Rêgo.

Pela ordem o dep. Avila Lins pede a palavra e sugere que os trabalhos sejam encaminhados segundo a ordem dos Requerimentos em Mesa e relacionado com a matéria na Ordem do Dia.

Pede a palavra o dep. Vital do Rêgo e solicita que sejam respeitadas e concedidas.

A Presidência informa que volta a examinar a matéria segundo a Ordem do Dia, pois a sua atitude tomada em atendimento a solicitação dos srs. Deputados, não tem mais cabimento uma vez que já não corresponde a unanimidade dos parlamentares em plenário (PARAÍBA, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/PB, 1960).

O trecho trata da ata da 26ª sessão ordinária, ocorrida no dia 09 de fevereiro de 1960. Apesar de serem dois anos após a promessa da construção da escola, notamos a insistência do dep. Vital do Rêgo em solicitar que se compreenda enquanto urgente a mensagem encaminhada pelo governador, que tratava da criação da instituição, e agora dependia da aprovação pela Assembleia do projeto enviado pelo governador.

Essa seção repercutiu na imprensa como uma ação do governador não atendida pela Assembleia, de modo que passou a conceber esse trâmite enquanto o problema da Escola Normal

**Mensagem governamental criando Escola Normal de Campina Grande
Líder do governo requereu sua inclusão na pauta dos trabalhos -
Apreciação sobre o problema educacional em Campina Grande -**

[...]

Apreciando o problema Educacional em Campina Grande, o sr. Vital do Rêgo declarou que a existência de uma Escola Normal na cidade serrana trará notável contributo ao desenvolvimento da instrução desde que se transformará em um veículo através da qual centena de jovens poderão educar-se para, mais tarde, irem educar as gerações que se sucederam. Focalizou, nesse particular, a oportunidade e alcance da medida do governador Pedro Gondim, procurando deixar a Campina mais de um estabelecimento de ensino que esteja à altura do seu desenvolvimento, em todos os sentidos, da grande metrópole econômica da região nordestina:

Adiantou mais o deputado Vital do Rêgo, a respeito do mesmo problema que diligenciará, permanentemente no Parlamento (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 8 n°881) destaques do original.

Assim, o anteprojeto referente à criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, tramitou durante alguns meses, sendo alvo constante de pedidos e reclamações na imprensa local, até sua aprovação, após a renúncia do cargo de governador de Pedro Gondim, no ano de 1960.

No que concerne a mensagem do anteprojeto, esse trata da definição do espaço físico do futuro prédio escolar, Silva (2014, p.109) afirma:

Na história da arquitetura escolar brasileira, até os anos de 1950, para se edificar importantes prédios escolares em centros urbanos, comumente se elaborava o projeto previamente, por um lado, para desenvolver um planejamento financeiro e, por outro lado, para atender minimamente aos preceitos norteadores de edificações da época.

Depois de criada, a instituição passou a funcionar até 1970 em prédios por empréstimo. O moderno edifício foi planejado por Tertuliano Dionísio arquiteto campinense formado em Recife, considerado um grande contribuinte dos ares de modernidade nas construções campinenses (FREIRE, 2007). Ainda nos anos 1970 o prédio era chamado ora como de “Instituto de Educação de Campina Grande ora como Escola Normal” (FREIRE, 2007, p.27), revelando mais uma vez o descompasso de informações quanto à sua identidade de instituição escolar de formação de professores.

3.2.1 A Escola Normal revelada na imprensa local - 1960

De início, destacamos que a notícia acerca da criação da Escola Normal de Campina Grande surgiu no cenário campinense em matéria apresentada como primeira mão no jornal diário da Borborema, ainda no ano de 1958, após uma série de matérias que apresentavam relatos desesperadores acerca da situação educacional das escolas primárias.

A notícia é apontada enquanto ação do governo de Pedro Gondim, porém a matéria também destaca de forma enfática a personalidade que empreende a melhoria para o ensino com a construção dessa escola, por vezes apresentando uma parceria entre os governos municipal e estadual e, em outros momentos, se demonstra sinais de disputas. As notícias que destacam a criação da instituição também são caracterizadas pela figura política de um bom homem, por ter sido um dos representantes estaduais, após anos de descaso a se preocupar com a cidade, pois como apontado por algumas vezes, o diário da Borborema criticava o esquecimento das gestões estaduais para com a cidade, o que impedia o seu crescimento.

Esse cenário de crescimento e evolução destacado a cidade apresenta ainda por meio do jornal diferenças, uma vez que o ensino primário aparece enquanto raquítico, o ensino secundário expõe fragmentos de crescimento, e o ensino superior se torna realidade nesta cidade.

[...] Não se pode desestimular tal impulso para criação de Faculdades, Principalmente quando são entidades privadas que cuidam do assunto. Mas é sempre é oportuno lembra-se que a dois grandes problemas de ensino que merecem toda a atenção dos campinenses: o ensino primário e o ensino secundário (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, n° 714, p.2).

Nesse sentido, compreendendo que a construção da Escola Normal de Campina Grande atende a interesses do contexto nacional mais amplo, destacamos como relevante o descompasso temporal, já que a cidade se preparava para atividades mais ousadas no campo educacional e social e a educação das crianças ainda era insuficiente, o número de professoras era mínimo, e a presença das atitudes clientelistas para provimento a atividade docente, como muito mencionado no diário da Borborema era algo muito presente, facilitava-se o acesso a carreira docente, associando a profissão a algo muito simples.

É difícil avaliar - se a ruína que pode causar na formação elementar da população uma escola primária servida por professoras sem a preparação básica, cultural, didática e pedagógica, indispensável para o exercício do delicado mister.

Em geral, o único resultado de escolas primárias sem mestras competentes é desanimar as crianças para realizarem o verdadeiro aprendizado das primeiras noções de leitura, escrita e operações aritméticas. Dois, três e mais anos são, não raro, empregados inutilmente pelas crianças, para o início de sua alfabetização, sob as mãos de professoras que da função nada entendem, sem lograrem o mínimo êxito em seus esforços. Depois desses anos de estudos mal feitos e mal orientados, as crianças, já no dissabor da adolescência, deixam definitivamente os estudos, sem atingirem o mínimo de cultura geral indispensável ao seu futuro, e ao progresso do país.

O grande erro foi entregar ao Estado a difícil função de educar e alfabetizar a pessoas inteiramente leigas em matéria de pedagogia. Não só são leigas em ciência educacional: são também, em muitos casos, pessoas inteiramente desprovidas dos conhecimentos elementares que um bom curso primário poderia proporcionar.

[...] Infelizmente, as nomeações para professoras costumam ser inspiradas pelo afilhadismo político e daí não haver a necessária seleção do pessoal docente, como se fez hoje, de resto, nós Estados onde os problemas de educação do povo são levadas a sério (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1959, nº728, p.2).

Conforme os dados levantados para esse estudo, notadamente o jornal diário da Borborema, constatamos implicitamente que existiam dois planos de construção dos edifícios escolares, um para o Instituto de Educação e outro para a Escola Normal de Campina Grande, pois em inúmeras matérias nos anos de 1958 e 1959 tratar-se ora do Instituto de Educação e em outros momentos da Escola Normal, sendo apenas em outubro de 1959 que se objetiva a criação da EN, está já apresentada conforme os moldes de um Instituto.

Após a aprovação da criação da Escola Normal para Campina Grande, esta começou a ser mencionada no jornal diário da Borborema enquanto Curso Pedagógico. No início de 1960, em mensagem destinada ao povo campinense o governador Pedro Gondim informou que “[...] O perfeito entrosamento entre o Governo do Estado e o

INEP permitiu a continuidade, em termos mais amplos, da preparação de nosso professorado para o exercício de alta missão, em bases eficientes e modernas” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n° 861, p.4). Essa mensagem saudava os cidadãos de um bom ano que se iniciava e relembrava suas promessas para a cidade, dentre essas as ações para formação de professores. Após essa menção, o jornal divulgou na edição seguinte uma notícia e um que denominava a escola enquanto curso pedagógico, também exigindo o funcionamento da instituição para esse ano:

CURSO PEDAGÓGICO

Já é tempo de o Governo do Estado iniciar as providências para o funcionamento do Curso Pedagógico de Campina Grande.

Conforme estão lembrados os leitores, divulgamos na ocasião oportuna a promessa do Governador Pedro Gondim, segundo a qual, este ano, teríamos anexo ao Colégio Estadual um curso de formação de professoras.

Os tempos vão correndo e não se sabe que providências vem tomando a Secretaria de Educação do Estado para tornar realidade a promessa do Governador.

Queremos crer que desta vez serão evitados certos erros, sobretudo no que diz respeito à escolha e nomeação dos docentes do Curso Pedagógico. A seleção de professores precisa ser realizada tendo em vista menos os interesses dos políticos que pretendem os cargos para seus afilhados, do que os superiores destinos do Curso e as aspirações da mocidade estudiosa, que deseja bons mestres e aulas eficientes.

Não adianta multiplicar as oportunidades de a juventude se educar, senão tomarem as autoridades todas as medidas que acautelem os interesses dos estudantes contra os professores e diretores nomeados por simples indicação política.

[...]

O Curso Pedagógico de Campina Grande precisa **funcionar este ano**. Mas que não leve o Governo pouco a sério o assunto, porque os campinenses não gostam de promessas e já não se contentam com realizações pela metade (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n° 868, p. 2) destaques do original.

As notícias iniciam enfatizando a memória da promessa do governador, do qual se faz pertinente recordar e agir. Assim, além do questionamento acerca do atraso no funcionamento da instituição, a matéria apresenta a preocupação para com a contratação dos professores, ratificando que a presença dos apadrinhamentos políticos pouco contribuem para a educação campinense. Ademais, é comentado acerca da promessa e da inconclusão das obras, como ações concebidas enquanto desagradáveis pelo povo campinense. No que diz respeito ao atraso das obras, esse não é um exemplo apenas da ENECG, nas notícias, observamos outras promessas: construção de mais grupos escolares, parque infantil, dentre outras e essas foram algumas obras que permaneceram no campo das ideias. Em específico a história das Escolas Normais, consideramos a falta de zelo desde a sua criação, onde funcionou em salas por empréstimos,

correspondente a outras realidades também: a paraibana e outras em níveis nacionais. Embora as Escolas Normais estivessem associadas ao preparo específico do exercício docente e a institucionalização da instrução pública no mundo moderno (TANURI, 2000), que atingia as ideias de superação social e o caminho para o progresso, é possível notar em outros estudos a evidência da lentidão na conclusão de seus prédios. No nosso caso, destacamos a morosidade da criação e o descompasso em relação à EN paraibana, porém pontuamos esse período extenso entre a criação e o funcionamento em prédio próprio da ENECG.

Diante da insatisfação apresentada no periódico, outra notícia que destaca a confusa expectativa acerca da criação da Escola Normal é apresentada mediante a solicitação de que “[...] Campina Grande quer sua Escola Normal ou Curso Pedagógico ou Instituto de Educação. Quer e precisa desse tipo de ensino que prepara professores para o magistério primário e aprimorará a educação de nossa juventude feminina” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 2, n° 876).

O jornal em busca de informar o que acontecia acerca da criação da ENECG divulgava diferentes opiniões, chegando a declarar após entrevista com William Tejo a confirmação de funcionamento da escola no Colégio Estadual ainda no ano de 1960 (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960). Porém, a notícia de maior embaraço repercutiu após a Assembleia, onde não foi votado o projeto, mesmo quando solicitado pelo deputado Vital do Rêgo.

Escola Normal para Campina

[...]

Infelizmente, esqueceram-se os membros das comissões técnicas da Assembleia de dar parecer sobre a matéria, o que retardou as providências para funcionamento daquele curso que se pode considerar o início da futura Escola Normal ou Instituto de Educação de Campina Grande.

[...]

Sabe-se mais que um curso preparatório para admissão à Escola Normal está sendo instalado no Colégio Estadual, por providências fecundas de seu diretor Prof. William Tejo. Não se deve decepcionar as famílias que enviam suas filhas ao curso preparatório, bem como as próprias candidatas aos estudos normais e pedagógicos, se não for aprovada a Lei que cria o Curso Normal de Campina Grande, o qual, sem aquela providência, não poderá ter início este ano.

[...]

A boa vontade do Governador em relação aos problemas de nossa cidade precisa ser correspondida por deputados estaduais que aqui sempre foram bem recebidos e inclusive daqui recolheram votos para se elegerem (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 2 n°882) destaques do original.

Uma das justificativas enunciadas foi o esquecimento da votação, pois a mensagem não foi anexada como urgente. A discussão passa a girar em torno da aprovação que ainda não foi concedida, o apelo enfático posiciona a decepção das famílias que já enviaram suas filhas para o curso preparatório. O jornal diário da Borborema, na ênfase de repercutir o conhecimento acerca da demora dos tramites passa a publicar matérias anunciadas em outros periódicos.

Escola Normal de Campina Grande
Editorial publicado pelo matutino "O Norte" - Imperativo da
aparelhagem do ensino no Estado

[...]

A instalação de uma Escola Normal em Campina Grande Cidade que é o centro de convergência da hinterlândia nordestina, se impõe como um imperativo da aparelhagem do ensino Estado. Cogitando da solução desse problema foi que o Governo tomou a iniciativa de enviar uma mensagem ao legislativo capeando o projeto de lei que concretiza esse propósito (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n°889, p. 8) [grifos do original].

As características atribuídas a Campina Grande, garantem a necessidade dessa escola, por vezes de forma mais enfática do que o ato de proporcionar um ensino primário de maior qualidade. Percebemos que a atividade comercial destacava o cenário de crescimento campinense, o que se acentuava nesse momento desenvolvimentista e alimentava de forma mais segura à modernidade. De acordo com Aleixo (2018), é nesse momento que a presença estudantil universitária impõe ao cenário da cidade o crescimento mediante a educação, uma vez que “[...] o descompasso entre as atividades comerciais e intelectuais foi constantemente mobilizado pela intelectualidade campinense ao longo da primeira metade do século XX” (ALEIXO, 2018, p. 89).

Em continuidade ao dilema da aprovação do projeto, o diário da Borborema entrevistou o deputado Aloysio Pereira que justificou ser mais do que o esquecimento da aprovação, o dilema se apresenta como uma divergência política partidária que embaçava a solicitação do governador do Estado. Conforme o deputado, o projeto seria aprovado até o dia 30 de março.

Oportuno compromisso do parlamentar sertanejo com o povo desta cidade - Não houve procrastinação - Esclarecimentos

[...]

- "Inicialmente, estranhei a versão que encontrei nesta cidade de que os meus companheiros de bancada estariam contra a criação da Escola Normal de Campina Grande. O fato é verdadeiramente absurdo. Primeiro, porque eu e meus colegas de bancada, a exemplo do que já temos feito, jamais ficaríamos contra qualquer pretensão justa do povo desta coluna, particularmente naquela aspiração que tantos benefícios trará à nova geração desta progressista cidade; segundo, porque sempre me considerei como um dos

integrantes da 'bancada campinense', no que diz respeito às reivindicações da terra, e nessa qualidade jamais estaria de acordo com os meus nobres pares pessedistas em negar a Campina mais um benefício. O que se passou, na realidade, foi o seguinte: o projeto não se encontrando entre os primeiros a serem votados, teria que o ser em regime de urgência de preferência: a hipótese de urgência só foi aceita pela Mesa da Assembleia, para o projeto que deu aumento ao funcionalismo público do Estado (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n°917, p. 8) destaques do original.

O questionamento sempre levantado acerca da atuação das docentes com ênfase na atuação política, isto é no apadrinhamento foi uma das grandes ações que determinou a precariedade na agilidade da criação da ENECG, não bastando o descompasso temporal em relação ao Estado. A aprovação da lei que cria e regulamenta o curso normal na cidade de Campina Grande acabou se tornando uma atividade de promessa política eleitoral. Foi somente com a renúncia do governador Pedro Gondim, que conseguiu ser aprovada a mensagem no dia 23 de março.

Assembleia aprovou projeto criando a Escola Normal

Foi aprovado ontem em primeira discussão pela Assembleia do Estado, o projeto de lei encaminhado aquela casa pelo ex- governador Pedro Gondim criando a Escola Normal Estadual de Campina Grande.

Como se recorda, referindo a proposição foi boicotada em dia da semana passada pela bancada ortodoxa do PSD, que se retirou do plenário na ocasião em que a matéria ia ser votada (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n° 925, p. 1) [grifos do original].

Após a aprovação as mensagens divulgadas na imprensa local condiziam com a concretização do prédio também prometido a fim de que a escola funcionasse em local próprio e preparado para o curso de formação de docentes.

Cinquenta milhões de cruzeiros para Instituto de Educação de C. Grande

**Vinte milhões assegurados afirmou Durmeval Trigueiro
Em João Pessoa o diretor do Departamento de Ensino Complementar -
Coordenador do Congresso Nacional de Educação**

[...]

O professor Durmeval Trigueiro, está empenhado na coordenação do Congresso Nacional de Educação...

Falando à reportagem (...) o jovem e talentoso intelectual paraibano reportou-se à promessa ao Ministro Clóvis Salgado do professor Anísio Teixeira de fazer a doação de cinquenta milhões de cruzeiros para a construção do Edifício do Instituto de Educação de Campina Grande.

Adiantou mais que dessa importância, vinte milhões dependem do Departamento que dirige, podendo, assim, assegurar que essa quantia definitivamente reservada para os fins a que foi destinada (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n° 945, p. 8) destaques do original.

Mesmo após a criação da escola, mediante aprovação da Lei, ainda persistiu a imbricação entre a definição do curso para formação de professores, ora chamado de Instituto Pedagógico, Escola Normal e Curso Pedagógico. E embora muito se tenha cogitado no meio da imprensa em favor da criação da EN, podemos dizer que realizado o feito, as notícias se esmaeceram, pois pouco ou quase nada circulava a respeito do ensino normal. Informações como a realização do exame vestibular não consta nos documentos consultados, relação dos primeiros professores da instituição, e até atividades de cunho cultural e/ou cívico não foram identificadas nos jornais.

A preocupação com o ensino no caráter geral, isto é nacional, passou a ser mais presente e as reclamações voltaram-se para a construção e aprovação dos grupos escolares prometidos também pelo governo do Estado. Tal situação evidencia que a preocupação com a formação dos professores era reduzida e as maiores preocupações condiziam com a atuação política e o desempenho das suas propostas mediante a realização das promessas.

3.3 O processo de constituição do corpo escolar: os propulsores e idealizadores da ENECG, a equipe técnica e os docentes

Os principais sujeitos envolvidos nas políticas para formação de professores em Campina Grande no período estudado foram: o prefeito Elpídio de Almeida e o Governador Pedro Gondim, enquanto representantes políticos. O governador Pedro Gondim assume com mais ênfase o papel, por prometer a construção de escolas próprias para o preparo docente, além de intervir com projetos para melhoria do ensino primário, como afirmou em mensagem encaminhada à Assembleia, o governador ratifica sua posição para as propostas educativas, defendendo a expansão e melhoria do ensino normal em escolas particulares ou públicas.

No que diz respeito ao prefeito Elpídio de Almeida, figura importante em Campina Grande, este aparece enquanto coadjuvante, mas participante, auxilia a doação do terreno para a escola e por vezes defende a ausência de cumprimento da promessa governamental. No cenário da imprensa, outros nomes surgem, como: Vital do Rêgo e Raymundo Asfora, o deputado Aloysio Pereira, José Fernandes de Lima, que atuaram na Assembleia Legislativa e integravam o grupo que pleiteavam a solicitação para realização da criação e construção da escola. Foram essas figuras políticas que

compuseram a discussão acerca da criação da Escola Normal de Campina Grande. Tais personalidades possuíam em comum apenas o cargo político, sem dimensão educacional, o que nos permite inferir que a criação da ENECG se transformou em uma manobra política no Estado da Paraíba.

No que concerne aos educadores envolvidos na criação da EN podemos destacar inicialmente William Tejo, por ser mencionado na imprensa como receptivo a criação da instituição e promovendo um curso preparatório para o ingresso nesse nível de ensino, ademais o Durmeval Trigueiro, que após a aprovação do projeto reiterou junto ao INEP a quantia destinada à construção do edifício escolar. Segundo Aleixo (2018), essa massa intelectual campinense é composta por estudantes advindos da formação superior no Recife, que ao retornarem para Campina Grande sentem o desconforto de observar a cidade economicamente desenvolvida, mas com atraso intelectual. Assim, sustentados pelo ideário iluminista transmitem para a sociedade a leitura de que o desenvolvimento e o progresso será mantido na cidade por meio da educação.⁴² No entanto, consideramos enquanto participante ativo nesse debate a imprensa, e de forma mais contundente o jornal diário da Borborema, pois informou inúmeras notícias, constatando a qualidade do ensino e requerendo em nome da população a criação da instituição, conforme Fernandes (2011), o diário da Borborema se colocou na cidade como forte articulador de ideias dirigente e construtor da opinião pública em Campina Grande/PB uma vez que o jornal desde a sua criação em 1957 seguiu fazendo o registro de “[...] tudo o que era considerado moderno para a época, ajudando a construir um imaginário de cidade moderna” (p.1) passando assim a impressão de que o anseio de possuir uma cidade moderna era um desejo coletivo, para a autora a forte ligação do proprietário do jornal com os empresários que atuaram na cidade nos anos 1950-1970, garantiu o condicionamento dos discursos veiculados diariamente nas páginas do impresso.

Constituído esse cenário, a criação da Escola Normal para educação feminina campinense foi decretada e, para tanto, necessitava compor o quadro de funcionários para esta atividade, em conformidade com o disposto no Decreto – Lei 2.229.

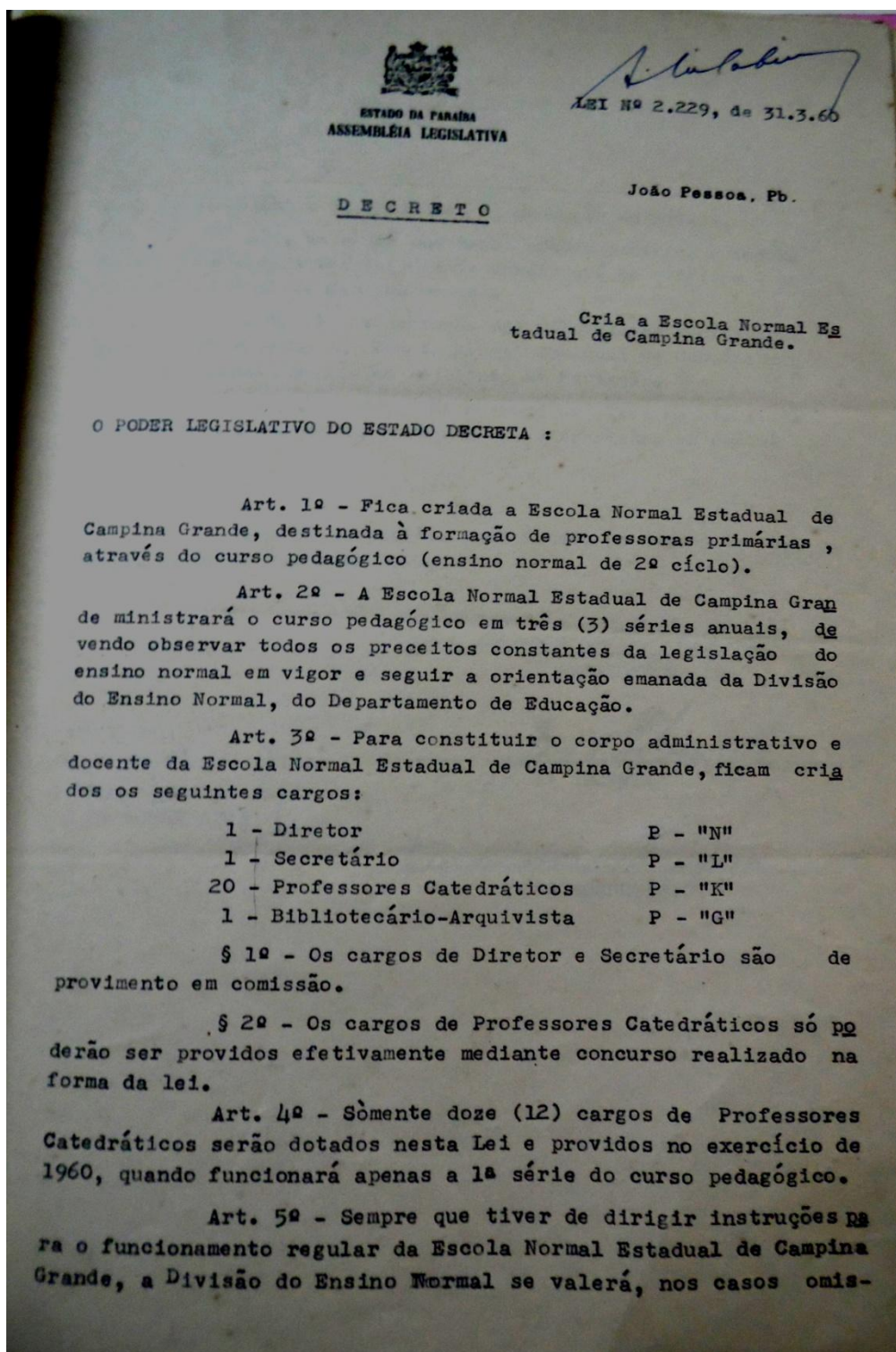
⁴² Na pesquisa de Aleixo (2018), intitulada: A construção do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior: intelectuais, política e educação na URNe (1952-1969), o autor enfatiza “[...] as discussões que se delinearam em Campina Grande entre as décadas de 1950 e 1960 e que em consonância com a regionalização do espaço brasileiro reivindicavam a premência de se instituir uma universidade voltada para o ‘estudo’ dos ‘problemas’ da região nordeste” (p.13).

Foto 6 – Decreto – Lei 2.229, de 31 de Março de 1960



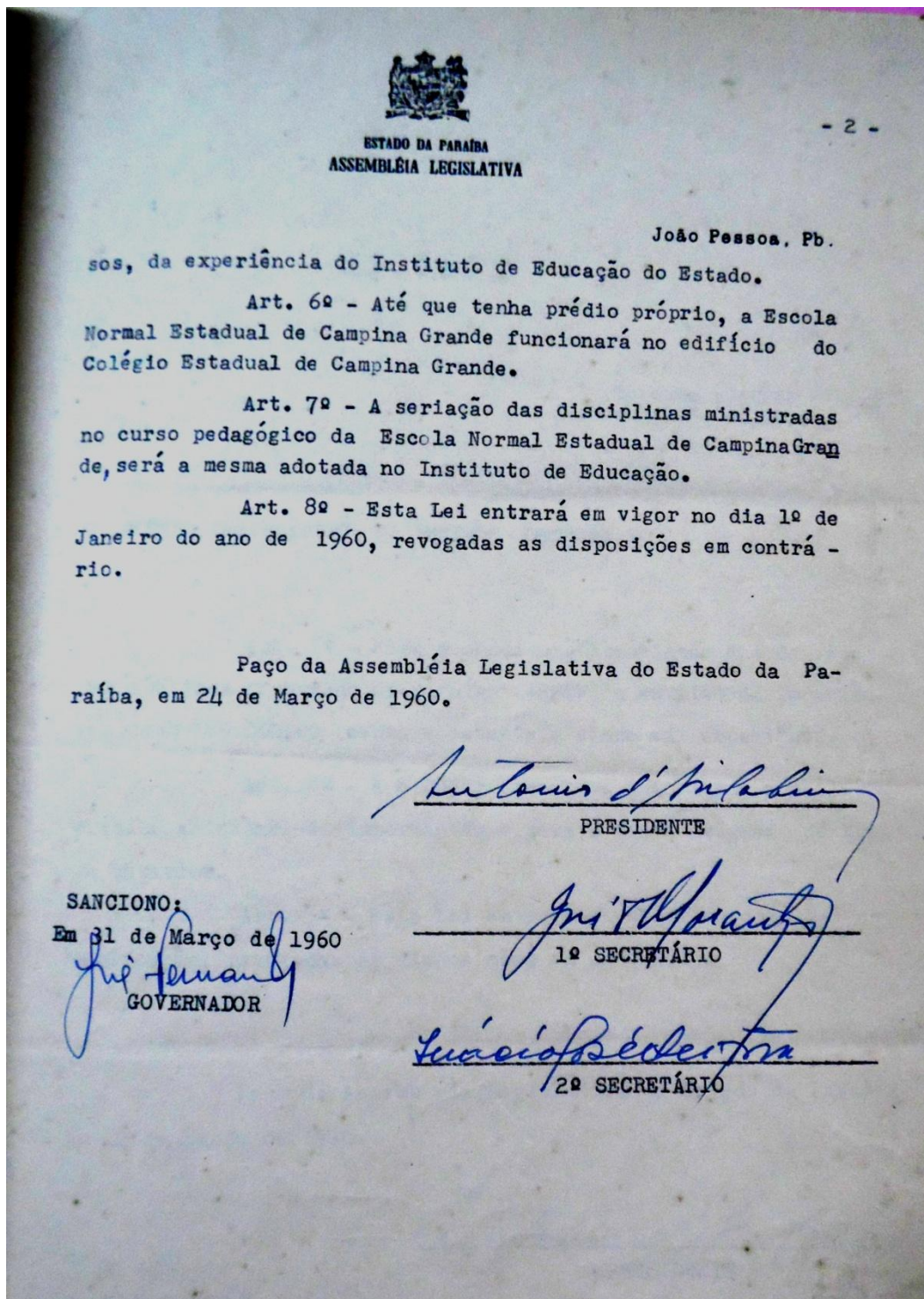
Fonte: Diário Oficial da União (1960) – Acervo Waldemar Bispo Duarte

Foto 7 – Decreto: Cria a Escola Normal Estadual de Campina Grande



Fonte: Arquivo Waldemar Bispo Duarte

Foto 8 – Decreto: Cria a Escola Normal Estadual de Campina Grande (cont.)



Fonte: Arquivo Waldemar Bispo Duarte

Após o decreto de criação da escola em 31 de março, foram efetivadas algumas nomeações para compor o quadro de funcionários, uma vez que no documento, em seu Art 1º o governador do Estado da Paraíba, confirma a criação da ENECG e nos artigos seguintes dispõe sobre o funcionamento da instituição e os cargos admitidos. Assim, no Art.2º e 3º são definidos: “A Escola Normal Estadual de Campina Grande ministrará o curso pedagógico em três séries anuais, devendo observar todos os preceitos constantes da legislação do ensino/normal em vigor a seguir a orientação emanada da Divisão do Ensino Normal, do Departamento de Educação” e respectivamente “Para constituir o cargo administrativo e docente da Escola Normal Estadual de Campina Grande ficam criados os seguintes cargos” (ESTADO DA PARAÍBA, 1960, p.1)

1 – Diretor	P – “N”
1 – Secretário	P – “L”
20 – Professores catedráticos	P – “K”
1 – Bibliotecário-Arquivista	P – “G”

(ESTADO DA PARAÍBA, 1960, p.1)

Em seguida, encontramos nos parágrafos 1º e 2º desse Artigo 3º, as informações sobre a forma de provimento dos cargos de Diretor, Secretário e Professores Catedráticos. Assim foi especificado: “§1º Os cargos de Diretor e Secretário são de provimento em comissão.§2º Os cargos de Professores Catedráticos só poderão ser providos efetivamente mediante concurso público realizado na forma da lei” (ESTADO DA PARAÍBA, 1960, p.1).

Porém, não identificamos essa categoria de professor na Lei Orgânica do Ensino Normal – Decreto - Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946). No Título IV que dispõe “Da administração e organização do Ensino Normal” e no capítulo V sobre os professores, intitulado “DOS PROFESSORES DE ENSINO NORMAL”. Temos no Art. 49:

[...] A constituição do corpo docente em cada estabelecimento de ensino normal, far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores do ensino normal receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.
2. O provimento, em caráter efetivo, dos professores dependerá da prestação de concurso.
3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino normal exigirá-se inscrição, em competente registro do Ministério da Educação e Saúde.
4. Aos professores do ensino normal será assegurada remuneração condigna (BRASIL, 1946, p. 5-6).

No documento que rege o Ensino Normal na Paraíba, no capítulo que trata dos professores para o ensino normal, a Lei nº 850/1952 que “Organiza o Ensino Normal na Paraíba-PB”, também não vimos menção à categoria do **professor catedrático**, conforme recorte da referida Lei, Título IV “da Organização Escolar” no Capítulo II intitulado “DOS PROFESSORES DO ENSINO NORMAL” (ESTADO DA PARAÍBA, 1952, p.3):

[...] Art. 96 – O provimento, em caráter efetivo, dos professores de estabelecimentos oficiais de ensino normal, far-se-á por concurso de títulos e provas.

Parágrafo único – Exigir-se-á, no ato da inscrição dos candidatos a concurso, apresentação de diploma de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, oficial ou reconhecida, ou em sua falta, prova de conclusão do curso de humanidades, ou diploma de instituo idôneo, onde se ministre o ensino da disciplina em concurso.

O documento segue definindo as diretrizes a serem seguidas na contratação de professores para as escolas particulares e a forma de pagamento. No entanto, diante do exposto, e conforme percebemos também na pesquisa: *A Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana - Campina Grande/PB: criação e consolidação (1960-1970)* (2018), é possível perceber um descompasso entre os conteúdos nos documentos analisados e o texto que sancionou a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, pois ao constituir o cargo para docente da ENECG ficou criado 12 cargos de **professores catedráticos** que deveriam ser providos efetivamente mediante concurso público (ESTADO DA PARAÍBA, 1960); Já nos documentos legais: Lei Orgânica do EN – Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946 e a Lei nº 850/1952 – Organiza o Ensino Normal na Paraíba, não vimos menção aos termos “regente de ensino primário” para os alunos que concluírem o primeiro ciclo de ensino normal; e “professor primário” para aqueles que concluírem o curso normal de segundo ciclo.

No Artigo 4º há a seguinte determinação: “Somente doze (12) cargos de Professores serão dotados nesta lei e providos no exercício de 1960, quando funcionará apenas a 1ª série do curso pedagógico” (ESTADO DA PARAÍBA, 1960, p.1), enquanto no artigo anterior que cria as funções denomina-se 20 professores catedráticos, ratificamos ainda o §2º que destaca o provimento por meio de concurso.

Nesse sentido, inferimos que a categoria de **professor catedrático**, criado para lecionar na 1ª série do curso pedagógico, no ano de criação da ENECG, se assemelha com a forma de provimento de nomeação adotado, no Colégio “Gigantão da Prata” de

Campina Grande , no período de 1948 a 1962, conforme retratado no trabalho de tese de Silva (2014), ao afirmar que: “No Gigantão da Prata duas especificidades de professores foram apresentadas no período estudado, quais sejam: os catedráticos e os contratados” (p.137). A autora esclarece em relação ao termo professor catedrático, que está em conformidade com a Constituição Federal de 1946 e com o Decreto - Lei nº.4.244 - de 9 de abril de 1942, pois exigiam para o provimento das cátedras no ensino secundário oficial o concurso de títulos e provas, assegurando assim ao admitido a vitaliciedade. Nestes termos, “ [...] o professor catedrático era avaliado devidamente apto a assumir, de forma efetiva, o cargo de professor mediante sua formação e desempenho intelectual” (SILVA, 2014, p.137), esse termo também designava para a sociedade o exemplo de uma figura distinta, sábia e respeitada socialmente.

Sendo assim, no que concerne aos cargos de Diretor e Secretário para atuarem na ENECG, foram as primeiras nomeações:

[...] Nomeado, de acordo com o art. 12. inciso III da Lei 952 de 5 de novembro de 1953 combinado com o art. 3º., da Lei 2.229 de 31 de março de 1960. José Pordeus Ramalho, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário da Escola Normal de Campina Grande padrão “L”, do Quadro Permanente do Estado, coma lotação de seu ocupante fixada na referida Escola.

Nomeando, de acordo com o art. 12, inciso III, da Lei 952 de 5 de novembro de 1953 combinado com o art. 3º., da Lei 2.229 de 31 de março de 1960, Antonio Carlos Escorel de Almeida, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor padrão “N”, de Quadro Permanente do Estado, coma lotação de seu ocupante fixada na Escola Normal de Campina Grande (ESTADO DA PARAÍBA, ANO III, 1960).

Identificamos essas nomeações no Diário Oficial do Estado da Paraíba, no dia 14 de abril de 1960, Nº 271, nos Atos do Poder Executivo, conforme expediente assinado no dia 31 de março de 1960. Outra nomeação foi para o cargo de Bibliotecário Arquivista:

[...] Nomeando, de acordo com o art. 12, inciso III, da Lei 952 de 5 de novembro de 1953 combinado com o art. 3º., da Lei 2.229 de 31 de março de 1960, Joseny Francisco de Souza, para exercer o cargo de Bibliotecário Arquivista, padrão “G”, do Quadro Permanente do Estado, coma lotação de seu ocupante fixada na Escola Normal de Campina Grande.

Nomeando, de acordo com o art. 12, inciso III, da Lei 952 de 5 de novembro de 1953 combinado com o art. 3º., da Lei 2.229 de 31 de março de 1960, José Maria Filho, para exercer o cargo de Secretário, padrão “L”, do Quadro Permanente do Estado, coma lotação de seu ocupante fixada na Escola Normal de Campina Grande.

Tomando sem efeito o ato datado de 8 de abril, publicado no Diário Oficial, de 14.4.60 que nomeou José Pordeus Ramalho, para exercer, em comissão o

cargo de Secretário, padrão “L”, do Quadro Permanente do Estado, com a lotação de seu ocupante fixada na Escola Normal de Campina Grande (ESTADO DA PARAÍBA, ANO III, 1960).

Nesse expediente do dia 24 de abril de 1960, exposto em 3 de maio do corrente ano, foi acrescentado outro secretário no lugar de José Pordeus Ramalho. O texto da nomeação não especifica a razão, apenas apresenta. Conforme o Diário Oficial da União essas são as primeiras nomeações e compõe o quadro quase completo da ENECG, ademais, ainda na busca da forma de provimento dos professores, anteriormente destacada como concurso, encontramos no diário do dia 11 de outubro a seguinte nota:

[...] Designando Maria Aparecida de Figueiredo Gaudêncio ocupante do cargo da Classe “C” da carreira de Professor, do Quadro Permanente do Estado lotado no Departamento de Educação, para ter exercícios na Escola Normal Estadual, da cidade de Campina Grande (ESTADO DA PARAÍBA DIÁRIO OFICIAL, 1960, ANO III).

Nos documentos legais do Estado essa é a única menção que encontramos para o quadro de composição docente da instituição. Ademais cabe destacar o período de sua titulação, enquanto os outros cargos foram nomeados próximos do Decreto - Lei a menção ao profissional docente só ocorre em outubro. Conforme o diário da Borborema chegou à cidade a discussão de que a contratação de professores não aconteceriam por concurso, nem por nomeações.

Lembrete ao Governador

Consta em certos círculos de Campina Grande que o Governo do Estado não nomeará professores, este ano, para o Curso Pedagógico que funcionará segundo promessa solene aqui feita pelo sr. Pedro Gondim, anexo ao Colégio Estadual.

Não serão criados cargos de professores, para melhor dizer.

O que haverá segundo informações chegadas ao nosso conhecimento, é uma fixação de <pró-labore> para professores, do corpo docente do Colégio Estadual, ministrarem aulas do Curso Pedagógico.

(...)

A nosso ver errará o Governo se as coisas se fizerem como se propaga. Ou o Governador nomeia para lecionar no Curso Pedagógico professores com formação para a docência nesse curso ou será preferível que não crie mais essa panaceia para a educação de nossas moças (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 2, n° 876) [grifos do original].

A matéria anuncia que os professores do Colégio Estadual atuavam em regime de pró-labore, o que justifica a ausência de informações no Diário Oficial da União acerca da nomeação ou concurso para os professores necessários ao funcionamento da ENECG. O jornal é bem enfático também na recusa desse procedimento, não por

considerar que os professores do Colégio Estadual não sejam bons mestres, mas por entender que esses não possuem os conhecimentos pedagógicos suficientes ao ensino preparatório para o trabalho nas escolas primárias, não possuíam a formação específica para atuar como professores no magistério. A insatisfação é tamanha que é mencionado o desagrado através do pedido de não se criar a instituição.

Em entrevista concedida ao diário da Borborema, o diretor do Colégio Estadual, esclarece a atuação do corpo docente:

[...]

CORPO DOCENTE

A respeito dos professores que constituíram o corpo docente do novo estabelecimento de ensino, esclareceu o professor William Tejo que o governador só poderá nomeá-los depois de votada a mensagem pela assembleia.

Adiantou que irá passar uma série de telegramas aos líderes de todos os partidos, com assento no Palácio das Secretarias apelando para que essa votação se processe com urgência, a fim de que a mocidade de Campina não seja prejudicada (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n° 880, p. 8) [grifos do original].

Em contraposição à citação anterior, o diretor do estadual, declara que acontecerá o funcionamento da escola nas dependências do colégio, mas as ações referentes à contratação dos docentes encontram-se paradas, devido a não aprovação ainda na Assembleia do projeto da Escola Normal. Outro fator que nos permite deduzir o número reduzido de apenas uma docente consiste na reclamação outorgada pelos estudantes na Gazeta Campinense, também apresentada na outra seção, onde se questiona a criação da escola, com funcionamento debilitado e diferente do prometido sendo chamado ainda de curso preparatório ao invés de Escola Normal.

3.3.1 Quem era a juventude beneficiada?

Neste tópico, objetivamos apresentar por meio das fichas de matrículas das alunas da ENECG, coletadas no acervo do Arquivo da ENECG, disponíveis no Arquivo João Agripino, pertencente à Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, como se deu o primeiro aonde funcionamento da instituição. Nas fichas de matrícula constatamos o número de 27 alunas, todas do sexo feminino, nesta primeira turma. Esse dado reafirma a posição de criar uma escola para as moças campinenses “[...] A entrada das mulheres nas escolas normais e a feminização do magistério primário foram um

fenômeno que aconteceu rapidamente e, em pouco tempo, foram maioria nesse nível de ensino” (ALMEIDA, 2004, p.82).

Foto 9 – Ficha de Matrícula (Frente e Verso)

The image displays two views of a blank enrollment form from the Escola Normal Estadual de Carapina Grande, Paraíba. The top view shows the front side, which includes a header with the school's name and logo, a section for 'CARACTERÍSTICOS' with fields for Name, Date of birth, Local, Estado, Name of father, and Name of mother. Below this is a section for '1.ª SÉRIE' with a table for 'ARGUMENTOS' and 'EXAME FINAL'. The bottom view shows the back side, which includes a section for '2.ª SÉRIE' with a similar table, and a large section for 'OBSERVAÇÕES' with lines for text and fields for 'DATA', 'Assinatura do Diretor', and 'Assinatura do Fiscal'.

Fonte: Arquivo João Agripino/Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia⁴³

As fichas de matrícula das alunas são organizadas no arquivo João Agripino conforme o ano de conclusão do curso normal. Consideramos o fato de ainda existirem essas fichas como de grande contribuição para a história da educação no município, uma vez que como já destacamos na seção anterior os arquivos publico e/ou escolares costumam ser o local do despejo. No nosso caso, encontramos um arquivo organizado, com poucos dados, mas com as fichas de matrícula até os dias atuais guardadas em pacotes, além disso, tivemos a ajuda de uma funcionária que sempre se mostrou interessada no bom andamento da pesquisa. Na frente de cada pacote existe uma lista com a relação das alunas por ano. Nesse arquivo encontramos outros documentos, como: livro de ata, fichas de professores, currículo entre outros, porém não

⁴³ Essa ficha de matricula em branco, pertence ao Arquivo João Agripino, corresponde a um período posterior ao da pesquisa. Usamos esse exemplo aqui, mas constatamos que algumas disciplinas se distinguem das lecionadas em 1960, além da ausência do exame vestibular.

correspondiam ao recorte histórico escolhido para esse momento. Por isso, nos atemos essencialmente às fichas de matrícula.

Anexado às fichas de matrículas, encontramos outros documentos que asseguravam a matrícula na instituição. Assim, a partir da análise das fichas pudemos observar: o público alvo da formação; a forma de ingresso à escola; os anos de escolaridade; as notas das alunas (da forma de ingresso e das disciplinas cursadas); cidade de origem; filiação; ano de nascimento; comprovação/assinatura do diretor e/ou fiscal; disciplinas cursadas; escola onde cursou e concluiu o curso ginásial; foto 3x4 e um espaço para observações.

Conforme exposto na ficha, destacamos desde o princípio o caráter da feminização do magistério, já que está disposto na apresentação do documento: **Curso de Formação de Professoras**; esse discurso se tornou algo comum nas Escolas Normais, pois tanto estas como as escolas primárias passaram com o longo dos tempos a serem consideradas enquanto uma extensão do lar, isto:

[...] contribuiu para legitimar socialmente os papéis da mulher mãe-professora, fortalecendo a ideia de que a educação das crianças deveria ser uma incumbência exclusivamente feminina. Dessa forma, as mulheres saíram do confinamento do lar, mas em sua atuação nos espaços públicos e cotidiano escolar, reproduziam os seus papéis familiares (SOUZA, 2015, p.53).

Ademais, ainda na promessa da escola esta foi denominada enquanto espaço para educação feminina, assim o número de matrículas de mulheres confirma o cumprimento da promessa, bem como a ficha de matrícula preparada para esse público.

No que concerne ao acesso do ensino normal, este ocorria por meio da seleção de um exame vestibular. Conforme encontrado em nossos dados, para essa primeira turma do curso, existiu um curso preparatório para o exame vestibular na instituição.

CURSO VESTIBULAR

O curso vestibular para a Escola Normal - adiantou o professor William Tejo - acaba de ser criado de acordo com os entendimentos com o Secretário da Educação e terá início a partir de 1º de fevereiro, no horário da manhã com a duração de trinta dias e constará das seguintes matérias: português, matemática, inglês, história e geografia do Brasil.

As alunas poderão procurar a secretaria do Colégio para os devidos esclarecimentos (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, n° 880, p. 8) [grifos do original].

Essa informação, contida no periódico diário da Borborema, foi divulgada após a promessa e envio da mensagem do governador Pedro Gondim à Assembleia Legislativa.

Após ser informado que o curso normal funcionaria no Colégio Estadual o diretor William Tejo em resposta acerca da contratação dos professores, informou sobre esse curso preparatório para ingresso na Escola Normal. Conforme a matéria, o curso teria início no mês de fevereiro e teria duração de trinta (30) dias.

Foto 10 – Exame Vestibular

EXAME VESTIBULAR					
Realizado na Escola Normal Estadual					
(Nome do Estabelecimento)					
em 8 de Junho de 1960					
(Nome)					
RESULTADOS					
Port. (esc.)	7,5	(oral)	7,0	(média)	7,25
(Mat (esc)	7,5	(oral)	7,0	(média)	7,25
Geog. Bras.	9,0	Hist. do Brasil	6,0	Ciências	8,0
Francês-	8,0	MÉDIA GERAL	sete v g cinco (7,5)		

Fonte: Recorte da ficha de matrícula (1960) – Arquivo João Agripino/Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

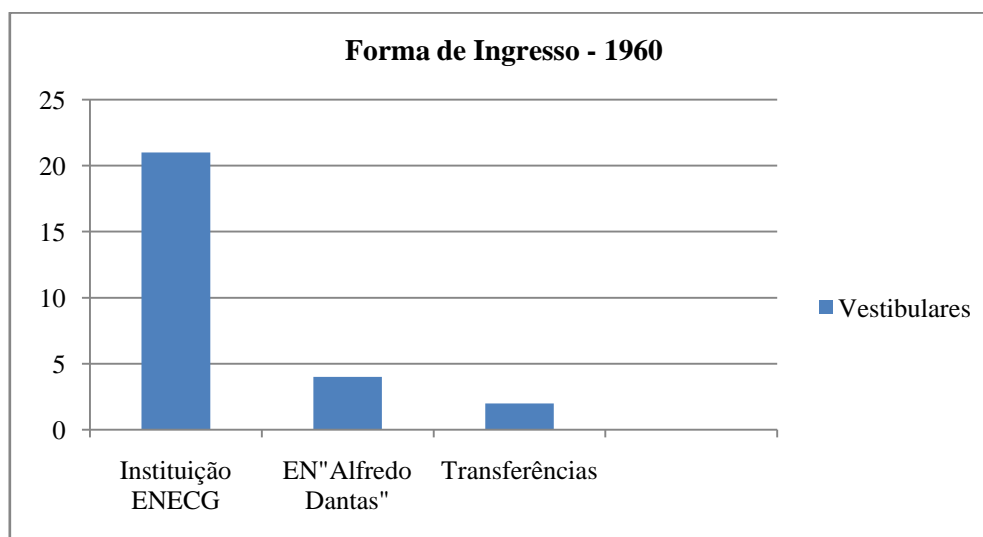
Como requisito no Decreto - Lei 8.530, era necessário obter habilitação nos exames de admissão. No caso da admissão a ENECG, percebemos que era realizado na instituição e exigia conhecimentos de prova escrita e oral, das disciplinas: português e matemática, as demais disciplinas: geografia; história do Brasil; ciências e francês e/ou inglês eram escritas. Por fim, para ter aprovação, era necessário possuir média igual ou maior que sete vírgula zero (7,0). Foi também através da análise das fichas que percebemos que quatro alunas fizeram exame vestibular na Escola Normal “Alfredo Dantas”, em datas distintas do exame realizado na Escola Normal, as datas foram: 3 de março de 1960 e 24 de fevereiro de 1960, na ficha dessas alunas não constava a informação de transferência já outras duas alunas foram transferidas, uma do Colégio Imaculada Conceição (reprovada) e outra do Amazonas⁴⁴. E concluindo as demais alunas (21) realizaram o exame vestibular no dia 8 de junho de 1960⁴⁵ na ENECG, três (3) meses após a divulgação do curso preparatório. Cabe destacar que as fichas de matrícula também não possuem informações acerca da presença das alunas nesse curso

⁴⁴ A ficha da aluna encontra-se incompleta, não constava a razão de sua transferência e o colégio de origem.

⁴⁵ Cabe destacar, que conforme a ficha de matrícula das alunas o ano letivo teve início no mês de março, em concordância com o Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946 e a Lei 8.50, de 6 de dezembro de 1952.

preparatório, de modo que não temos elementos comprobatórios para informar se essas alunas da primeira turma frequentaram a atividade proposta por William Tejo. Por fim, temos a seguinte conclusão de forma sintetizada acerca do ingresso no primeiro ano da escola

Gráfico 1 – Forma de Ingresso das alunas normalistas (1960)



No que diz respeito a outro dado disponível nas fichas, o ano de nascimento das alunas, constatamos a idade das alunas, o ingresso de moças tinha início a partir dos 16 anos de idade até os 24 anos.

QUADRO 4 – Faixa etária: alunas da primeira turma EN

Faixa etária	Ano
	1960
40-43	
30-39	
25-29	
20-24	15
16-19	12
15	
TOTAL	27

Fonte: Dados sistematizados através da consulta das fichas de matrícula

De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946), em seu artigo 21, estabelece que, para a inscrição nos exames de

admissão aos cursos de segundo ciclo do ensino normal⁴⁶, “será exigida do candidato [...] idade mínima de quinze anos” (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946, p. 1), e acrescentando, em parágrafo único: “Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos” (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946, p. 1), a ENECG em seu primeiro ano de funcionamento atendeu respectivamente as diretrizes legais da união e do Estado, uma vez que em conformidade com a Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952, que organiza o ensino normal no Estado da Paraíba, quando trata da inscrição dos alunos nos exames de admissão aos cursos de ensino normal, define para exigência da idade a “idade mínima de quinze (15) anos” (ESTADO DA PARAÍBA, 1952, p. 1), sem limitar uma idade máxima para tal inscrição.

Foto 11 – Características das alunas

Um formulário de matrícula com o título "CARACTERÍSTICOS" no topo centralizado. Abaixo do título, há seis linhas de texto com pontos suspensivos para preenchimento:

- Nome
- Data do nascimento
- Local Estado
- Nome do pai
- Nome da mãe

Fonte: Recorte da ficha de matrícula – Arquivo João Agripino/Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

Outros dados que nos chamaram atenção, ainda na ficha de matrícula, tratam das informações acerca do ensino ginásial, bem como o ano de conclusão do curso e a naturalidade das alunas. Com essas informações conseguimos visualizar os dados expostos a seguir.

⁴⁶A Lei Orgânica do Ensino Normal define dois ciclos para o ensino normal: o de regentes de ensino primário, com duração de quatro anos, articulado com o ensino primário, e o de formação de professores primários, com três anos, articulado com o curso ginásial.

QUADRO 5 - Naturalidade, colégio e ano de conclusão do curso ginásial

NATURALIDADE	CONCLUSÃO DO CURSO GINÁSIAL	ANO
Campina Grande/PB	Colégio Estadual	1959
Teixeira/PB	Colégio Estadual	1959
Campina Grande/PB	Colégio Estadual	1959
Campina Grande/PB	Colégio da Imaculada Conceição	1959
Bom Jardim/PE	Colégio Estadual	1959
Jardim do Seridó/RN	Colégio Estadual	1959
Piancó/PB	Colégio Estadual	1959
Cabaceiras/PB	Escola Técnica Comercial Municipal de Campina Grande	1959
Queimadas/PB	Colégio Estadual	1959
Campina Grande/PB	Colégio Estadual	1959
Caraúbas/PB	Colégio Estadual	1959
Soledade/PB	Colégio Estadual	1959
São João do Cariri/PB	Colégio Estadual	1959
Campina Grande/PB	Escola Técnica de Comércio “Alfrêdo Dantas”	1959
Alagoa Nova/PB	Colégio Estadual	1959
Campina Grande/PB	Colégio Estadual	1959
Campina Grande/PB	Colégio Diocesano PIOXI	1959
Campina Grande/PB	Colégio Estadual	1959
Serraria/PB	Ginásio “Alfrêdo Dantas”	1959
Campina Grande/PB	Ginásio da Imaculada Conceição	1958
Campina Grande/PB	Ginásio da Imaculada Conceição	Não consta
Campina Grande/PB	Instituto de Educação do Amazonas	1958
Umbuseiro/PB	Colégio Imaculada Conceição	1958
Itabaiana/PB	Colégio Estadual	1959
São João do Cariri/PB	Escola Comercial “Professor Minervino Cavalcanti”	1959
Campina Grande/PB	Colégio Diocesano PIOXI	1959
Corneió/PB	Colégio Diocesano PIOXI	1957

Esse quadro que apresenta a naturalidade, colégio e ano de conclusão do curso ginásial nos revela a presença maciça das alunas de origem da cidade de Campina Grande, totalizando doze (12) alunas; as demais se estendem a outras cidades paraibanas e apenas duas de outros estados (Pernambuco e Rio Grande do Norte). Outro dado é o ano de conclusão do curso ginásial que é majoritariamente 1959, ou seja, logo após a conclusão do ginásio, essas alunas buscaram a continuidade da vida escolar e/ou a procura de uma profissão por meio do curso normal, apenas três (3) alunas concluíram o curso no ano anterior 1958 e uma (1) em 1957. Ademais, evidenciamos a origem do curso dessas alunas, assim distribuídas: quinze alunas (15) estudaram no Colégio Estadual (atual Escola da Prata), outras quatro (4) vieram da Escola/Ginásio Imaculada Conceição (Damas), três (3) do Colégio Diocesano PIO XI e duas (2) do Ginásio “Alfrêdo Dantas” (CAD). Destacamos estas instituições por serem as escolas de maior visibilidade do ensino em Campina Grande.

O Ginásio “Alfrêdo Dantas” – o Instituto Pedagógico, escola referência dos padrões modernos da cidade e pertencente a rede particular, o Colégio diocesano PIO XI e o Ginásio da Imaculada Conceição, também escolas particulares, regidas por religiosos, com destaque que esta última possuía um curso de formação de professores conforme mencionado na seção anterior. E a escola de maior público o Colégio Estadual, embora público atendia grande parte da população abastada campinense (SILVA, 2014). Nesse sentido, supomos, por meio deste dado que essa juventude feminina beneficiada corrobora com outros estudos dos quais apresentam a presença da classe mais abastada da sociedade campinense e de cidades circunvizinhas nos cursos normais

Acerca da periodicidade dos anos letivos, a escola possuía o sistema de seriação. A cada série, as alunas cumpriam disciplinas diferentes. No art. 8 do Lei Orgânica do Ensino Normal definia acerca da formação de professores primários a duração de três séries anuais, contendo, pelo menos, as seguintes disciplinas:

Primeira série : 1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação, e jogos. Segunda série: 1) Biologia educacional. 2) Psicologia educacional. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos. Terceira série: 1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto, 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946, p. 1).

No artigo seguinte, complementa-se que será permitido o funcionamento do curso, também em dois anos intensivos, aceitando no mínimo as seguintes disciplinas

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Biologia educacional (noções de anatomia e fisiologia humanas e higiene). 4) Psicologia educacional (noções de psicologia da criança e fundamentos psicológicos da educação). 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Educação física, recreação e jogos. Segunda série: 1) Psicologia educacional. 2) Fundamentos sociais da educação. 3) Puericultura e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Prática de ensino. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Educação física, recreação e jogos (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946, p. 1).

O curso normal de Campina Grande tinha definido nas fichas de matrícula como as disciplinas da primeira série de ensino: Português; Matemática; Física; Química;

Anatomia e Fisiologia; Música e Canto Orfeônico; Educação Física; Desenho; Artes Aplicadas, e em acréscimo a Lei Orgânica do Ensino Normal: Biologia Geral; Geografia da América; Geografia e História da Paraíba. No ano seguinte, tinha-se: Biologia educacional; Higiene e Educação Sanitária; Metodologia; Música e Canto Orfeônico; Desenho; Artes aplicadas; Educação Física, em acréscimo: Português e Literatura Portuguesa; Filosofia da educação; Psicologia Geral (na Lei – educacional) e História da América. Por fim, no último ano cursavam: Psicologia educacional; História da educação; Sociologia Educacional; Higiene e Puericultura; metodologia; Prática de ensino; Música e canto orfeônico; Desenho; Artes Aplicadas e Educação Física, em cumprimento á Lei Orgânica falta Filosofia da Educação. Conforme analisamos na ficha das alunas deste ano inicial de 1960 cursaram todas as disciplinas prescritas na ficha.

A Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952 dispõe no Art. 17, acerca da duração de três (3) anos de ensino a acontecerem no “[...]Instituto de Educação e nas escolas normais oficiais ou particulares, compreendendo as disciplinas abaixo discriminadas”

PRIMEIRA SÉRIE

1) Português e literatura portuguesa	- 3 aulas
2) Matemática	- 3 aulas
3) Física	- 2 aulas
4) Química	- 2 aulas
5) geografia e história da Paraíba	- 2 aulas
6) Biologia Geral	- 2 aulas
7) Anatomia e Fisiologia Humanas	- 3 aulas
8) Desenho	- 2 aulas
9) Artes Aplicadas	- 1 aula
10) Música e Canto Orfeônico	- 1 aula
11) Educação Física, Recreação e Jogos	- 2 aulas
12) Geografia da América	- 1 aula
TOTAL	- 24 aulas

SEGUNDA SÉRIE

1) Português e Literatura Portuguesa	- 3 aulas
2) Biologia Educacional	- 3 aulas
3) Psicologia Geral	- 3 aulas
4) Filosofia da Educação	- 3 aulas
5) Higiene e Educação Sanitária	- 3 aulas
6) Metodologia do Ensino Primário	- 3 aulas
7) Desenho	- 2 aulas
8) Artes Aplicadas	- 1 aula
9) Música e Canto Orfeônico	- 1 aula
10) Educação Física, Recreação e Jogos	- 2 aulas
11) História da América	- 1 aula
TOTAL	- 25 aulas

TERCEIRA SÉRIE

1) Psicologia Educacional	- 2 aulas
2) Sociologia Educacional	- 3 aulas
3) História da Educação	- 2 aulas

4) Higiene e Puericultura	- 2 aulas
5) Metodologia do Ensino Primário	- 5 aulas
6) Prática de Ensino	- 6 aulas
7) Desenho	- 1 aula
8) Artes Aplicadas	- 1 aula
9) Música e Canto Orfeônico	- 1 aula
10) Educação Física, Recreação e Jogos	- 2 aulas
TOTAL	- 25 aulas

(ESTADO DA PARAÍBA, 1952, p.1)

A Lei paraibana dispõe também sobre a quantidade de aulas e como se pode observar as disciplinas aparecem mais semelhantes com a proposição das aulas da ENECG para o primeiro ano de funcionamento⁴⁷.

Ainda na ficha de matrícula, identificamos que as aulas tinham início no mês de março e seguiam até outubro. Conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), a estrutura organizacional devia considerar dois períodos letivos e dois períodos de férias, organizados em: “[...] a) períodos letivos, de 15 de março a 15 de junho, e de 1 de julho a 15 de dezembro; b) períodos de férias de 16 de dezembro a 14 de março e de 16 a 30 de junho”(BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946, p. 1). No que concerne a Lei paraibana, percebemos a semelhança no Art.31 define o ano escolar em dois períodos letivos e dois períodos de férias, porém a organização dos anos letivos diferem

a) - períodos letivos de 1º de Março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro;

2) - períodos de férias de 16 de dezembro a 15 de fevereiro e todo o mês de julho.

Parágrafo único - A primeira quinzena de dezembro ficará reservada os exames orais de primeira época e a segunda metade de Fevereiro aos exames de segunda época e do vestibular (ESTADO DA PARAÍBA, 1952, p. 2).

Como a ficha de matrícula das alunas da ENECG apresenta apenas os meses da realização das atividades, não pontuamos com precisão as datas de início das aulas ou das férias. Ratificando a informação desconstruída, uma vez que a ficha atesta o início do ano letivo no mês de março e o exame vestibular para admissão da primeira turma ocorreu em junho, ao menos da maioria das alunas.

Dando prosseguimento à análise das fontes consultadas, encontramos a solicitação dos documentos exigidos para o ato da matrícula, que a escola solicitava:

ESCOLA NORMAL ESTADUAL C. GRANDE

⁴⁷ Algumas fichas de matrícula de outros anos escolares diferem em algumas disciplinas, a saber o modelo aqui apresentado neste estudo.

Secretaria (DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA MATRÍCULA)

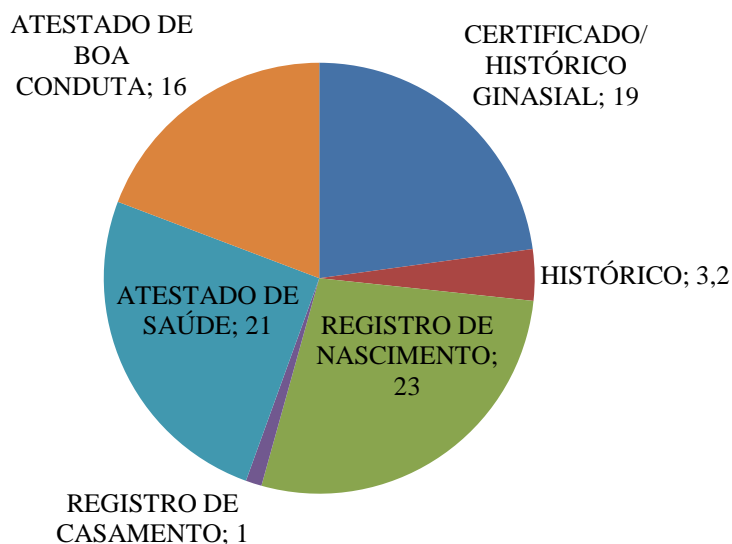
- 1- Certificado de conclusão do ginásio, básico ou equivalente.
Histórico Escolar completos em duas vias c/ firma reconhecida.
- 2- Registro de nascimento com firma reconhecida
- 3- Título de eleitor quando maior de 18 anos.
- 4- Atestado de saúde e vacina completos.
- 5- Atestado de conduta dado pelo colégio.
- 6- 4 retratos $\frac{3}{4}$ com os nomes escritos no verso.
(PARAÍBA, 1960).

Esses documentos aparecem em concordância com os documentos exigidos no Decreto – Lei 8.530, em seu artigo 20 para qualquer ciclo do ensino normal

- a) qualidade de brasileira;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra indique o exercício da função docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão.
(BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946, p. 1)

Dessa forma, com os documentos que compõe a pasta de fichas de matrículas pudemos analisar se essas exigências eram cumpridas não somente nas diretrizes da escola, mas também na efetivação da matrícula. No entanto, cabe destacar os dados que não são apresentados acerca dos documentos exigidos para matrícula não podem ser considerados enquanto faltosos, uma vez que o processo de arquivamento dos documentos da escola passou por diferentes dificuldades, alguns foram perdidos, armazenados em espaços não adequados, fora a interferência do tempo e atividades que ocorreram na escola, ocasionando o desgaste dos documentos. Nesse sentido, não temos como afirmar que as alunas faltaram com os documentos ou se esses foram perdidos ao longo do tempo, pois embora com arquivo organizado, a escola passou por reformas e mudanças o que pode ter ocasionado a perda de documentos.

Gráfico 2 – Os documentos exigidos para matrícula



Conforme observamos, alguns documentos eram essenciais no ato da matrícula, tais como: o atestado de boa conduta, geralmente cedido pela escola anterior e/ou pela delegacia local e o atestado de saúde, composto do cartão de imunização contra varíola e os exames de sanidade mental e capacidades físicas. Tais comprovações determinavam se as alunas possuíam habilidades para serem boas mestres, responsáveis pela conduta e familiarização das crianças no ensino primário. Também era exigido o histórico escolar, bem como certificado de conclusão do curso ginásial, registro de nascimento e/ou de casamento. Em nossa pesquisa encontramos apenas uma aluna que já era casada quando ingressou no curso e as demais, possivelmente, eram solteiras.

Outro documento encontrado nas fichas de matrícula diz respeito ao *requerimento de matrícula* esse documento era exigido após a matrícula e a cada conclusão da série as alunas deviam apresentar, a fim de confirmar sua matrícula para aquele ano letivo.

Foto 12 – Requerimento de Matrícula

ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE C. GRANDE
CAMPINA GRANDE — PARAÍBA

INSCRIÇÃO N.º _____

REQUERIMENTO DE MATRÍCULA

Exmo. Sr. Diretor da Escola Normal de Campina Grande

O aluno _____
filho de _____
natural da cidade de Campina Grande Estado de Paraíba
nascido a 30 de Setembro de 1937
tendo sido aprovado nos exames do 1º ano do Curso Pedagógico, vem requerer
a V. Excia. se digne de admiti-lo como aluno do 1º Ano do referido Curso.

Campina Grande, 28 de Junho de 196 0

Como requer
Campina Grande, _____ de _____ de 196 _____

[Signature]
DIRETOR

VISTO
Campina Grande, _____ de _____ de 196 _____

INSPECTOR FEDERAL

Fonte: Recorte da ficha de matrícula (1960) – Arquivo João Agripino/Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Esse documento encaminhado ao diretor⁴⁸ da escola, constava o interesse da aluna na série proposta, bem como a aprovação, nesse caso no exame vestibular, mas nos outros dos anos letivos, além da confirmação dos dados pessoais já apresentados na ficha. Nesse caso, as alunas e o diretor assinavam o documento, garantindo a legalidade do requerido e a autonomia feminina, uma vez que por meio da sua assinatura esta se demonstrava enquanto responsável por seus atos.

Foto 13 – Normalistas da Turma Pioneira no Colégio Estadual



Fonte: 1962 – Arquivo João Agripino/Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

⁴⁸ Como consta na seção anterior, o primeiro diretor da ENECG foi o Dr. Antônio Carlos Escorel. Conforme nossas consultas no Arquivo João Agripino, este ocupou o cargo até 1961, isto é, nos dois primeiros anos de funcionamento da escola, sendo substituído pelo Professor Fernando Silveira.

Foto 14 – Diretor Fernando Silveira⁴⁹ e alunas concluintes



Fonte: 1963 – Arquivo João Agripino/Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

Ao finalizar a discussão neste item, retomamos a posição da qual iniciamos esse capítulo, de que ainda existe muito a se estudar acerca da história da formação de professores em Campina Grande. Ratificamos também a discussão das atividades realizadas na cidade, como manobras políticas e interesses que atendiam as classes dominantes, tais como evidenciam também Agra do Ó (2006), Silva (2014), Souza (2015) e Aleixo (2018) entre outros. Ademais, as fontes documentais: mensagens, Decretos e essencialmente os jornais impressos se constituíram enquanto fontes privilegiadas de acesso as vozes que viveram a realidade dos fatos. Destacamos que o fato do jornal está próximo ao evento ocorrido nos traz as ideias por vezes ao calor do momento, permitindo o conhecimento dos debates, disputas e embates do cenário estudado.

⁴⁹ Fernando Silveira foi o segundo diretor da ENECG, nos anos de 1962 - 1966.

Considerações finais

[...] não é uma construção arbitrária, menos ainda uma mentira, pois tem as fontes como base, tampouco é uma reprodução mecânica de algo que está fora dele. É uma obra de uma cultura enraizada, de um lado, em fontes e valores do passado e, de outro, em valores do presente, em defesa de um projeto social (NOSELLA e BUFFA, 2013, p.74).

Chegado esse momento, após todo o processo de imersão e dedicação ao objeto de estudo investigado, a Escola Normal Estadual de Campina Grande (ENECG), cujo objetivo foi conhecer os determinantes sócio políticos que compuseram a criação dessa instituição, me deparei com os grandes desafios que circundaram toda essa construção, tal como a história não pode ser compreendida enquanto fatos isolados e lineares a construção do objetivo de pesquisa em texto dissertativo e a atividade inicial enquanto pesquisador passa por altos e baixos. No entanto, posso pontuar como uma fase agradável repleta de muitos momentos dos quais estarão sempre na minha trajetória enquanto professora e pesquisadora. Essa satisfação, ou ao menos o cumprimento dela, teve origem ainda na graduação, quando tive os primeiros contatos com a atividade de pesquisa no Grupo PET Pedagogia/UFCG. A curiosidade foi um dos grandes motivadores dessa construção e principalmente o apoio e generosidade de uma professora e tutora do PET Pedagogia que me ajudou a seguir em frente.

O percurso até esse momento foi longo, pois ao tratar de uma escola sem qualquer dimensão de sua criação estudada nos motivava a cada passo que conhecia a desejar estender e ampliar esse objetivo. Infelizmente, para esse momento de pesquisa, algo impossível. Porém, o reconhecimento de abrir um leque de questões nos alegrou e motivou ao perceber que o conhecimento é uma construção sem fim.

Foi durante esse período de estruturação que também teve início a consulta e a coleta dos dados. Apesar da história da educação anunciar por meio das pesquisas que os arquivos são os cenários desagradáveis da pesquisa, confesso ter me sentido voltando ao tempo e tendo a oportunidade de conhecer a cidade dos meus avós, que na verdade não se difere muito da minha, pois Campina Grande continua auspiciosa e mesmo diante do acesso a tecnologia e novas ferramentas de vivenciar as experiências, ainda temos muito arraigado no pensamento o senso político e moral das atitudes e porque não dizer, machistas e coronelistas. Nesse sentido, os fatos aqui apresentados não nos foram entregues de forma simples, exigiram muito cuidado, estudo e atenção. Pontos como a centralidade do que estudar, os aspectos sociais e seus desdobramentos a serem

conhecidos favoreceram a construção do texto apresentado, bem como um conhecimento breve acerca desse momento político e educacional no contexto da cidade de Campina Grande/PB. Ademais, o contato com os periódicos diários destacam uma visibilidade de uma série de ações sociais, no nosso caso em relação a educação, devido ao tempo e o cumprimento dos prazos não nos estendemos aos olhares de momentos que norteavam a cidade, como festas, passeios, entre outras atividades da sociedade campinense no período de 1955 – 1960, no entanto, o primeiro olhar motiva a curiosidade de retomar a fonte e quem sabe trazer mais questões para outros estudos.

Destacamos aqui o Arquivo da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida, pois foi nesse espaço que tivemos o primeiro fio dessa trama aqui desenvolvida e foi também nesse arquivo que conhecemos outros periódicos, a saber: A Gazeta Campinense e o Semanário Oficial do Município. Esses dois periódicos revelaram momentos que nos propiciaram o debate com as notícias circuladas no diário da Borborema, bem como com a teoria mais ampla. A organização, sistematização, acolhimento e cuidado da Biblioteca é algo elogiável, fruto de muito trabalho do qual pudemos acompanhar no processo de pesquisa.

Ratificamos também a constituição de um arquivo no local de estudo, o Arquivo João Agripino, hoje pertencente à “Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia” cenário também de muitas descobertas. Nosso acesso fundamentalmente as fichas de matrícula das alunas, por vezes encobria bilhetinhos, mensagens entre outras questões motivadoras da curiosidade, como por exemplo, as escolas de onde advinham as alunas, muitas desconhecidas e pertencentes à cidade de Campina Grande. Também destacamos as mensagens oficiais disponíveis no Arquivo Waldemar Bispo Duarte e no Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo - Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba, que além de disporem de outros documentos, auxiliaram a pesquisa mediante as pastas dos governos no período estudado. Ademais ratificamos como relevante a quantidade de arquivos consultados, no entanto destacamos também a dificuldade apresentada e experimentada nas pesquisas em história da educação: a precariedade das fontes, as condições físicas dos arquivos, a insuficiência de iluminação ou ventilação, a ausência de mobiliário e instrumentário para manuseio dos documentos.

Esse conjunto de informações unidas com o estudo teórico e a produção acadêmica evidenciam a cidade de Campina Grande/PB enquanto espaço de grandes realizações e próspera ao crescimento. Acreditamos que esse fosse o cenário onde muitos campinenses gostariam de estar e um dos episódios que comovem não é a

linearidade, mas o fato de muitas atitudes permanecerem as mesmas num ato cíclico que se repete.

Ao tratarmos da história de criação da ENECG lidamos com várias histórias: coletivas, singulares, passadas e atuais. Nos envolvemos com a história e nessa tessitura dialética compomos parte desta “[...] a história não é a manifestação do espírito e, sim, a realização do ser humano concreto e imanente” (NOSELLA E BUFFA, 2013, p.79). O nosso intuito de observar nas entrelinhas os desdobramentos sociais ocorridos que manifestaram o interesse de criação da Escola Normal, bem como sua constituição é o que procuramos responder nesse exercício realizado.

Nesse sentido, apresentamos tal estrutura organizada didaticamente conforme os objetivos de pesquisa, do mais amplo para o específico, compreendendo que a história não se compõe isoladamente, restrita a atividade humana. A essa metodologia acrescentamos a compreensão de que o conhecimento científico é estruturado e permeado por conexões.

No primeiro capítulo, apresentamos a origem da motivação para a pesquisa. Destacamos a importância dos programas de incentivo a pesquisa ainda na graduação que permitiu por meio do olhar mais experiente a condução para a produção de novos conhecimentos e socialização de iniciantes na pesquisa, conforme assinalamos anteriormente. Fruto de uma atividade que me possibilitou desbravar o que pretendia estudar, o primeiro contato com a pós-graduação foi delimitando os caminhos a serem percorridos. Conhecemos arquivos, coletamos e digitalizamos muitos dados que vieram a subsidiar a discussão de todos os resultados aqui apresentados.

Em conjunto com esse momento, aconteceu a apropriação do referencial teórico, do qual foi permeado pela contemplação das categorias temáticas: Criação da Instituição; Feminização e Formação de Professores, das quais nos respaldamos nos pensamentos de Saviani (2007); Tanuri (2000); Nosella e Buffa (2013); Vicentini e Lugli (2009); Almeida (1998/2004); Chamon (2005) entre outros. A leitura abrangente e dedicada de diferentes metodologias e por fim a sistematização com auxílio de um estado do conhecimento. Realizar o percurso de pesquisar em meio a outros pesquisadores como se dedicar a pesquisa, quais estratégias utilizar constitui um grande conhecimento perspicaz para o desenvolvimento da escrita e compreensão dos dados. Nesse sentido, a primeira parte do nosso texto compreendeu todas essas etapas.

Na seção intitulada *A educação como futuro da nação: a formação de professores no Brasil e na Paraíba* apresentou o percurso da educação no contexto

nacional, verbalizado conforme o ideário iluminista como salvação da sociedade motivadora da possível igualdade entre os sujeitos. Esse pensamento se estende, dissemina e assume significado na formação dos professores, uma profissão relegada ao descaso e de atuação dos menos favorecidos. A mudança do cenário social garantido pelo ideário traz para a educação primária e feminina um novo sentido e significado, é necessário prover para as mulheres uma formação, é a oportunidade das moças “abandonarem o lar”, também é preciso cuidar das crianças pequenas. E o cenário se impõe: a mulher concebida enquanto dócil e afetuosa as tarefas da casa, passa a ser considerada enquanto sujeito capaz de promover as crianças menores a extensão de seu lar e junto disso envolver o cuidar e educar. Nesse momento, as escolas para formação de professores, pensadas e planejadas para atuação dos homens professores começam a ser frequentadas por moças e assim as Escolas Normais passam a ser predominantemente feminino. Quando aparecem os homens ou são em cargos burocráticos ou porque não lhe restou outra profissão. O pensamento da educação enquanto propulsor de novidades alimentou a imaginação feminina, permitindo um novo destino diferente do casar ou ser freira, ainda assim, por muito tempo a presença das mulheres quer seja na escola ou atuação profissional dependia da autorização dos maridos e/ou pais.

Percebemos que a cada reestruturação na educação a formação de professores sofria alterações. Ao iniciar as leituras em nosso recorte temporal, visualizamos alguns avanços, O Decreto – Lei 8.530 de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 direciona e organiza o ensino para o magistério nas áreas urbanas e rurais, autores como Vicentini e Lugli (2009) evidenciam o marco dessa Lei com a estruturação e definição dos parâmetros para a formação docente. No entanto, a escola como fruto da sociedade inicia o processo de formação para a indústria, a era do desenvolvimentismo mantém a educação enquanto civilizadora e capaz de gerar a igualdade para o desenvolvimento da nação, porém tem inícios de forma mais clara a divisão das classes sociais brasileiras: os instruídos para o serviço nas indústrias e os educados para gerir a nação. Nessa conjuntura a formação de professores tem papel crucial, para cumprir a atividade de educar a nação necessita de mais professores.

Com esse cenário de crescimento econômico e desenvolvimento apresentamos o contexto campinense, local que corresponde aos ares nacionais-desenvolvimentistas e que passa a ser observada pela elite intelectual enquanto um espaço tendencioso ao crescimento, mas com lacunas educacionais. A presença da educação pela iniciativa

particular e/ou religiosa era bastante acentuada na cidade, principalmente no que concerne à formação de professores, tanto que a primeira Escola Normal pública de Campina Grande surge após um descompasso temporal em relação à capital do Estado paraibano. Essas evidências fomentaram as nossas buscas por informações que corroboraram com a análise dos jornais, com maior notoriedade para o diário da Borborema e documentos legais. Percebemos que essa fonte, que registrou de forma diária as atividades da cidade auxiliariam no compartilhamento das informações, garantindo uma discussão entre os demais dados consultados e digitalizados.

O último capítulo foi organizado com o mesmo pensamento que norteou a construção do texto, gerar de forma contínua o esclarecimento das questões suscitadas no início da pesquisa. Dessa forma, o texto intitulado *Escola Normal Estadual de Campina Grande: “Em benefício da formação da juventude feminina”* começa desde a sua definição com a presença dos dados encontrados nos documentos impressos, uma vez que a Escola Normal de Campina Grande foi concebida como um espaço para as moças/mulheres que seriam beneficiadas com uma boa educação e perpassariam essa benfeitoria as crianças alunas das escolas primárias campinenses.

As matérias encontradas nesse período estudado (1955-1960) mostravam uma cidade desenvolvida economicamente, mas com algumas debilidades educacionais. São denunciadas a falta de preparo de professoras primárias, a quantidade de grupos escolares como insuficiente a demanda populacional, os baixos salários das docentes, a forma de provimento ao cargo de professora e a ausência de formações continuadas. O periódico municipal trazia informações acerca do crescimento do ensino, da concessão de bolsas de estudo para formação de professoras, no entanto essas práticas não são suficientes para os escritores do Diário da Borborema, que motivava os leitores a indagarem a posição do Estado e seu representante, o governador Pedro Moreno Gondim, para com a educação no município.

A partir dessa discussão, destacamos as figuras sociais envolvidas na criação da Escola Normal de Campina Grande, a mais evidente o governador Pedro Gondim, personalidade que prometeu a criação da escola para a cidade, com o binômio Instituto de Educação e/ou Escola Normal. As entrelinhas das notícias nos permitiram inferir que a promessa consistia na criação de duas escolas, no entanto o processo foi interrompido e conflituoso. Conforme as nossas análises, concluímos que a criação da instituição se desenvolveu em meio às manobras políticas. As inúmeras notícias, com os

questionamentos e solicitação da criação da escola, corroboradas como registro da situação educacional do município agravavam a atuação do governador.

Consideramos que o atraso entre a promessa e a efetivação da criação da escola, mas que um caso típico das instituições educativas do Brasil, corroborou um enfrentamento político partidário que foi alimentado por dois anos, até a criação da EN e por mais dez anos até a conclusão do prédio para essa escola.

Questões relativas ao posicionamento dos intelectuais e políticos campinenses circundaram a opinião pública e foram registradas nos jornais. O grande propulsor do crescimento de Campina Grande; a economia não rendia mais o necessário ao reconhecimento da cidade interiorana como centro produtivo, as diferenças regionais se acentuavam e as comparações entre o desenvolvimento da capital e do município do interior.

Procuramos em documentos oficiais o decreto de criação da escola, o início de seu funcionamento e a equipe profissional que compôs esse momento da educação. Alguns dados foram encontrados e outros permaneceram inacessíveis até o momento, permitindo apenas inferências no tocante aos professores, pois as fontes elucidaram questionamentos sobre o funcionamento da EN em dependências do Colégio Estadual de Campina Grande a imbricação também dos professores para comporem o quadro docente. Os funcionários como: diretor, bibliotecário arquivista e secretários, cargos de confiança foram nomeados logo após a criação da instituição. Cabe ressaltar a marcante presença masculina nessas profissões burocráticas. Por fim, nos propusemos a conhecer as primeiras alunas, a tão anunciada juventude “beneficiada” pela EN, um conjunto de 27 alunas, conclamadas para a tarefa de compor no cenário campinense a “regeneração da educação primária”.

Os dados analisados não nos permitiram conhecer de forma mais detalhada a atuação dessas normalistas, porém alguns indícios coletados nas fichas de matrículas nos fazem inferir que as alunas eram das classes sociais mais abastadas, uma vez que a escola do curso ginásial correspondia às escolas bem conceituadas no contexto campinense: o Ginásio da Imaculada Conceição, mantido pela ordem religiosa Associação das Religiosas da Instrução Cristã e o Ginásio Alfredo Dantas, a mais antiga escola do município, fundado com o nome de Instituto Pedagógico (ANDRADE, 2014), escolas que funcionavam cursos normais, anteriormente mesmo à criação da ENCG. Essa é uma questão que merece uma investigação mais específica, com a busca necessária por fontes complementares até o momento examinadas nessa pesquisa.

No tocante, a escola criada em 1960 se distanciava muito do prometido ainda em 1958, um local adequado, com linhas modernas e possibilidade de desenvolvimento da prática educativa. Desde a solicitação do terreno para a construção da escola encontramos debilidades, já que foram definidos ao longo do tramite dois terrenos, um na Av. Marechal Floriano Peixoto e outro nas proximidades da Av. Manoel Tavares, no entanto o prédio foi construído na Av. Pref. Severino Bezerra Cabral - Catolé e só teve funcionamento a partir de 1970, durante esse período a Escola Normal funcionou no Colégio Estadual de Campina Grande, como previa a mensagem do governador e depois no Colégio Anita Cabral. Ademais, a escola funcionaria com os mesmos moldes do Instituto de Educação, promovendo cursos de especialização e formação para o professorado, além disso, serviria de modelo para as instituições que se lhe equiparam.

De modo geral, considerando a relevância da temática investigada abrimos novamente as possibilidades para novas questões que podem surgir e outras a serem aprofundadas acerca da Escola Normal de Campina Grande, estudos que abordem novas perspectivas, outras temporalidades, uma vez que se trata de uma instituição que ainda funciona e emerge uma atividade crucial para a sociedade: a formação de professores.

REFERÊNCIAS

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)**. Campina Grande: EDUFPG, 2006. 151p. (Coleção Outras Histórias, n.5).

ALEIXO, Ramon de Alcântara. **A construção do “Novo Nordeste” no concerto do Ensino Superior: intelectuais, política e educação na URNe (1952 – 1969)**. 2018. 335f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. - São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Mulheres na educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX**. In.: SAVIANI, Dermeval. [et. al.] O legado educacional do século XX no Brasil. – Campinas – SP; Autores Associados, 2004.

ANDRADE, Vivian Galdino de. CURY, Cláudia Engler. “Construir a cidade e erguer a escola”: O Caso do Instituto Pedagógico em Campina Grande (1919-1942). **Revista Lugares de Educação**. v.3, n.7, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/17306/pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2014.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)**. 2014. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ARAUJO, José Carlos Souza. [et. al.] À guisa de um Inventário sobre as Escolas Normais no Brasil: O movimento histórico-educacional nas unidades provinciais/federativas (1835-1960). In.: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à Republica**. Campinas: Alínea, 2008. p. 11-27.

ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: Imprensa, imaginário e representações (1958-65)**. 2009. 139f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2009.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 320f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) - Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação (PPGE) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2010.

CASTANHA, André Paulo. Retornar às fontes: Desafios aos estudos histórico-educativos. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**./ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

CASTANHO, Sérgio E. M. **Atualidade do método dialético**. Revista da Faculdade de Educação. PUCAMP – Campinas/SP. v.1, n.1, p.13 – 21. Agosto 1996.

CASTRO, Michele Guedes Bredel de. **Numa retrospectiva da Formação de Professores: Histórias e questionamentos. VI Seminário da Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente**. - 06 e 07 de novembro de 2006 – UERJ - Rio de Janeiro-RJ. Disponível em:
<http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/uma_retrospec_form_prof.pdf> Acessado em: 06/02/2017.

COSTA, Leonardo Barbosa da. **Estruturação da cidade de Campina Grande: As estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário**. 2013. 194f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2013.

CHAMON, Magda. As mulheres entre as esferas públicas e privada. In.: **Trajectoria da feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica/FHC-FUMEC, 2005.

ESCOLA NORMAL ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA. **Projeto Pedagógico**. 2008.

ESTADO DA PARAÍBA. **Atos do Poder Executivo**. Diário Oficial, Ano III, Nº 226, 14 de abril de 1960

_____. **Lei Nº 2.229, 31 de março de 1960**. Sanciona a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande. Diário Oficial, Ano III, Nº 226, 8 de abril de 1960.

_____. **Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952**, que dá organização ao Ensino Normal do Estado da Paraíba. Diário Oficial do Estado da Paraíba. João Pessoa, 24 de dezembro de 1952. p. 1-4.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. 2011. 145f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2011.

FILHO, Aristeo Leite. [et. al.]. Quando os documentos falam... ouve-se até o silêncio: entre relatórios, decretos e manuscritos, a gestão de Anísio Teixeira no Inep/CBPE (1952-1964). In.: **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960** / Ana Waleska Mendonça, Libânia Nacif Xavier, organizadoras. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 260 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 1).

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Arquitetura Moderna Residencial de Campina Grande: registros e especulações (1960 – 1969)**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Arquitetura e Urbanismo ao Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2013. Disponível:
<http://www.hidro.ufcg.edu.br/patrimoniocg/biblioteca_site_probex/FREIRE,%20Adria

na.%20Arquitetura%20Residencial%20Moderna%20de%20Campina%20Grande%20(1960-1969).%202007.pdf>. Acesso em: 11/01/2018.

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande – PB, Anos 1958 a 1960.

JORNAL A UNIÃO. Vinte milhões de cruzeiros para construção da Escola Normal de Campina Grande. Campina Grande, 1959.

GATTI, A. Bernadete. **A formação do Professor de 1º Grau.** Educação e Seleção, Fundação Carlos Chagas, SP, n° 20, 1989. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/170.pdf>>.

GAZETA CAMPINENSE. Campina Grande/PB, 1959/1960.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 3. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KULESZA, WojciechAndrej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.79, n 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

_____. Formação Histórica da Escola Normal da Paraíba. In.: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil: do império à republica.** Campinas: Alínea, 2008. p. 263-278.

LIMA, Leonora Cavalcante de. Práticas e saberes disciplinares em Campina Grande – Paraíba (1900-1930). **XXVII Simpósio Nacional de História.** Natal, RN. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364675786>. Acesso em: 02 de setembro de 2014.

LIMA, José Fernandes de. **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Departamento de publicidade/Estado da Paraíba; junho de 1960.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da Pedagogia.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ARAÚJO, Marta Maria de. A produção em história da educação das Regiões Nordeste e Norte: O Estado do Conhecimento (1982-2003). In.: **Pesquisa em história da educação no Brasil.** GONDRA, José Gonçalves (org.) – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARTINS, Angela Maria Souza. **Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto brasileiro no século XIX.** Revista HISTEDBR on-line – UNICAMP/ São Paulo. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621>> Acesso em: 06/02/2017.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Ditadura, agricultura e educação: A ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985).** 2016. 492f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2016.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: editora Alínea, 2013. 2ª edição.

OLIVEIRA, N. C. ; Oliveira, Luiz Antonio de. ; Santos J. M. V. . **O Materialismo Histórico e suas categorias de análise**: Algumas Considerações. In: VII Seminário de Pedagogia - SEPED, 2013, Cornélio Procópio. Anais VII SEPED, 2013. v. 01. p. 183-200. Disponível em: <
http://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/o_materialismo_historico_e_suas_categorias_de_analise.pdf> Acessado em: 06/02/2017.

ORSO, Paulino José. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**./ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao Estudo do método de Marx**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Semanário Oficial**. Campina Grande, 1958.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et.al. (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SANFELICE, José Luís. JACOMELI, Maria Regina Martins. PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. (orgs.) **História de instituições escolares: teoria e prática**. Bragança Paulista-SP: Margem da Palavra, 2016. – 304 p.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. In.: Revista Educação. Centro de Educação. – edição: 2005 – vol. 30 – nº2. Disponível em:< <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a1.htm>>. Acessado em: 16/02/2017.

SAVIANI. Dermeval, [et. al.]. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. Prefácio. In.: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil**: do império à republica. Campinas: Alínea, 2008. 7-9.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v.14 n.40 p. 143-155, jan./abr. 2009.

_____. **A pedagogia no Brasil: História e Teoria.** Campinas, SP: Autores Associados, 2ª ed. 2012.

_____. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.**/ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

SCHELBAUER, Analete Regina. ARAÚJO, José Carlos Souza. **História da educação pela imprensa.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SILVA, Vívica de Melo. **Por uma formação da juventude campinense:** o Colégio Gigantão da Prata (1948-1962). 2014. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SOARES, Maria Valdenice Resende. **Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social. 2016. 195f.** Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) – Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2016.

SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB e o nacional-desenvolvimentismo: A intelligentsia brasileira nos anos 50. In.: **Revista contemporâneos de artes e humanidades**, nº4, maio-out. 2009. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/iseb.pdf>>. Acessado em: 20/05/2017.

SOUZA, Joana D'Arc Bezerra de. **As mulheres campinenses do Instituto PAX: Projetos de Feli(z)cidade (1950-1960).** 2015. 228f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande (UFPG), Campina Grande, 2015.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores.** Revista Brasileira de Educação, n.º 14, mai/jun/jul/ago de 2000 (Número Especial – 500 anos de educação escolar), 2000, p. 61-88. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>> Acesso em: 12/08/2016.

VIDAL, Diana G. SOUZA, Mª Cecília (org) **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999 (FAC. EDUC. USP.).

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições Escolares: Memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.**/ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

VICENTINI, Paula Perlin. LUGLI, Rosario Genti. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v. 4).

XAVIER, Libânia Nacif. Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950-1960. In.: MENDONÇA, Ana Waleska [et.al.] **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960.** Brasília-DF. – Inep, 2008. Disponível em: <
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/492393>>. Acessado em: 12/10/2016.

WACHOWICZ, LÍlian Anna. **A dialética na pesquisa em educação.** Diálogo Educacional. v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001.

ANEXOS**ARQUIVO JOÃO AGRIPINO – ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE**

ARQUIVO DEPUTADO JOSÉ BRAZ DO RÊGO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PASTAS CONSULTADAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAIBA ARQUIVO DEPUTADO JOSÉ BRÁZ DO RÊGO	
GRUPO: PLENÁRIO (P)	
SÉRIE: PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	
SUBSÉRIE: PROJETOS DE LEI	
ANO:	TOTAL DE DOCS.
1959	296 A 365
Nº CAIXA:	Nº LEG.
38	4^a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAIBA ARQUIVO DEPUTADO JOSÉ BRÁZ DO RÊGO	
GRUPO: PLENÁRIO (P)	
SÉRIE: PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	
SUBSÉRIE: PROJETOS DE LEI	
ANO:	TOTAL DE DOCS.
1959	444 A 549
Nº CAIXA:	Nº LEG.
40	4^a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAIBA ARQUIVO DEPUTADO JOSÉ BRÁZ DO RÊGO	
GRUPO: PLENÁRIO (P)	
SÉRIE: PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	
SUBSÉRIE: PROJETOS DE LEI	
ANO:	TOTAL DE DOCS.
1960	061 A 135
Nº CAIXA:	Nº LEG.
42	4^a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAIBA ARQUIVO DEPUTADO JOSÉ BRÁZ DO RÊGO	
GRUPO: PLENÁRIO (P)	
SÉRIE: PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	
SUBSÉRIE: PROJETOS DE LEI	
ANO:	TOTAL DE DOCS.
1960	136 A 164
Nº CAIXA:	Nº LEG.
43	4^a

ANTEPROJETO DE LEI 543/55

2.14



43
 ANTE-PROJETO DE LEI 543/55

Cria a Escola Normal Estadual
 de Campina Grande.

AP. Art. 1º. - Fica criada a Escola Normal Estadual de Campina Grande, destinada à formação de professoras primárias, a través do curso pedagógico (ensino normal do 2º ciclo).

AP. Art. 2º - A Escola Normal Estadual de Campina Grande ministrará o curso pedagógico em três séries anuais, devendo observar todos os preceitos constantes da legislação do ensino / normal em vigor e seguir a orientação emanada da Divisão do Ensino Normal, do Departamento de Educação.

Art. 3º - Para constituir o corpo administrativo e docente da Escola Normal Estadual de Campina Grande, ficam criados os seguintes cargos:

1 - Diretor	P- "N"
1 - Secretário	P- "L"
20 - Professores Catedráticos	P- "K"
1 - Bibliotecário-Arquivista	P- "G"

§ 1º - Os cargos de Diretor e Secretário são de provimento em comissão, (sendo isolados e de provimento efetivo / os demais, todos integrantes do Quadro Permanente do Estado.

§ 2º - Os cargos de Professores Catedráticos só poderão ser providos efetivamente mediante concurso realizado na forma da lei.

AP

Art. 4º - Somente 12 cargos de Professores Catedráticos serão dotados nesta lei e providos no exercício de 1960, quando funcionará apenas a 1ª série do curso pedagógico.

AP

Art. 5º - Sempre que tiver de dirigir instruções para o funcionamento regular da Escolar Normal Estadual de Campina Grande, a Divisão do Ensino Normal se valerá, nos casos omissos, da experiência do Instituto de Educação do Estado.

AP

Art. 6º - Até que tenha prédio próprio, a Escola Normal Estadual de Campina Grande funcionará no edifício do Colégio Estadual de Campina Grande.

AP

Art. 7º - A seriação das disciplinas ministradas no curso pedagógico da Escola Normal Estadual de Campina Grande será a mesma adotada no Instituto de Educação.

AP

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro do ano de 1960, revogando as disposições em contrário.

[Handwritten signature]

A Comissão de Justiça
Em 17 de Jan de 1960
H. F. T. O. A.
1.º Secretário

17 Janeiro de 1960
[Handwritten signature]

En 12 de Janeiro de 1960
[Signature]
1.º Secretário dos Contábeis

mate
A Ordem do dia
de 12 de Jan. / 60
No. 300

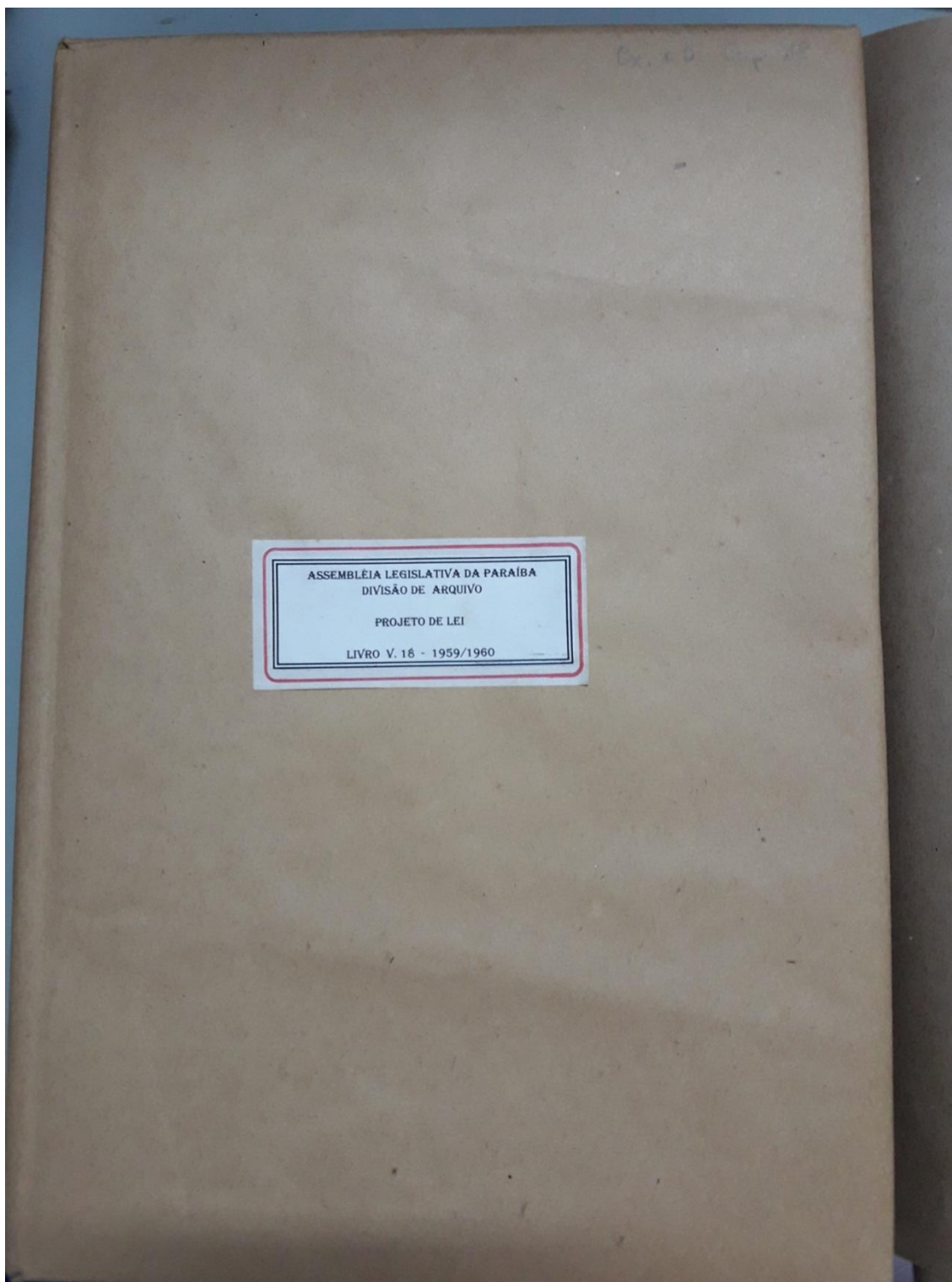
A Comissão de Finanças
a pedido de Dep. José Gylmar
Em 3 de Fev. de 1960
[Signature]
1.º Secretário

Esta data, sobre o presente
praticado as Secretarias das
Unidades.
Em 3 de Fevereiro de 1960
[Signature]

Em 3 de fevereiro de 1960
[Signature]
Secretário dos Contábeis

DEPARTAMENTO RELACIONADO
DE DEPARTAMENTO
Aptimio Moons tenegui
Em 3 de Fev. de 1960
[Signature]

LIVRO V.18 -1959/1960



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAIBA
DIVISÃO DE ARQUIVO

PROJETO DE LEI

LIVRO V. 16 - 1959/1960

Grande.

Art 1º - A seriação das disciplinas ministradas no curso pedagógico da Escola Normal Estadual de G. Grande será a mesma adotada no Instituto de Educação.

Art 8º Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1960, revogadas as disposições em contrário.

Pedro Gondim

— x —

Ante - Projeto de Lei n° 544/59

Fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado para o exercício de 1960 e da outras providências.

Art 1º - A Polícia Militar do Estado terá, para o exercício de 1960, o efetivo de 99 oficiais e 1.826 praças, distribuídas de acordo com o mapa n° 1 anexo.

Parágrafo único - O efetivo do corpo de Bombeiros, também para o mesmo ano, será de 11 oficiais e 109 praças, de acordo com o mapa n° 2 anexo.

Art 2º - Fica mantido o valor das corr.

gógico (ensino normal do 2º ciclo)

Art 2º - A Escola Normal de G. Grande ministrará o curso pedagógico em três séries anuais, devendo observar todos os preceitos constantes da legislação do ensino normal em vigor e seguir a orientação emanada da Divisão de Ensino Normal, do Departamento de Educação.

Art 3º - Para constituir o corpo administrativo e docente da Escola Normal Estadual de G. Grande, ficam criados os seguintes cargos:

- 1 Diretor
- 1 Secretário
- 20 Professores Catedráticos
- 1 Bibliotecário Arquivista

Parágrafo 1º - Os cargos de Diretor e Secretário são de provimento em comissão, sendo isolados e de provimento efetivo os demais todos integrantes do Quadro Permanente do Estado.

Parágrafo 2º - Os cargos de Professores Catedráticos só poderão ser providos efetivamente mediante concurso realizado na forma da Lei.

Art 4º - Somente 12 cargos de Professores Catedráticos serão dotados nesta Lei e providos no exercício de 1960 quando funcionará apenas a 1ª série do curso pedagógico

Art 5º - Sempre que tiver de dirigir instruções para o funcionamento regular da Escola Normal Estadual de G. Grande, a Divisão do Ensino Normal se valerá, nos casos omissos da experiência do Instituto de Educação do Estado

Art 6º - Até que, tenha prédio próprio, a Escola Normal Estadual de G. Grande funcionará no edifício do Colégio Estadual de G.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS PARECER
Nº 5/61 AO ANTEPROJETO DE LEI Nº 543/59

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER Nº 5/61 AO ANTE-PROJETO DE LEI Nº 543/59

Foi presente a Comissão de Finanças ao Ante-Projeto 543/59, de iniciativa do Chefe do Executivo, que visa a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, destinada a formação de professoras primárias.

Como salienta a mensagem governamental, vem ao encontro da justa aspiração do progressista povo da cidade serrana. A proposição reflete muito bem as diretrizes da política educacional do atual governador, empenhado na expansão do ensino normal por intuito de aumentar o número de professoras tituladas.

Trata-se de uma mensagem perfeitamente oportuna, motivo porque a Comissão de Finanças opina pela sua aprovação.

É este o meu parecer.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 1960.

Antônio Gonçalves
PRESIDENTE e RELATOR

Alcides Pereira

Alcides Pereira

A Ordem do Dia da próxima sessão _____
Em 7 de 3 de 1960

LIR/.

Com regime de urgência, a req. do dep. Napoleão Nogueira e outros
Em 22 de 3 de 1960

Antônio
L. Secretário

SUBCONSIGNAÇÃO/FUNCIÓNÁRIOS

95

TÍTULO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CAPÍTULO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

INCISO ESCOLAR NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE

VERBA PESSOAL FIXO

CONSIGNAÇÃO _____ SUBCONSIGNAÇÃO FUNCIONÁRIOS

TEXTO

Inclua-se onde couber:

- 1 Diretor P-"N"..... 50.400,00
- 1 Secretário P-"L"..... 44.400,00
- 12 Professores Catedráticos P-"K"..... 504.000,00
- 1 Bibliotecário-Arquivista P-"G"..... 32.400,00

@

Jula de Jensen 23/10/59
fora de Jensen

JUSTIFICATIVA:

RELEITADO
 Em 25 de Nov de 1959
 H. Feston
 SECRETÁRIO

ret. det.

Em ante-projeto enviado a esta Assembléia pelo Exmo. Sr. Governador do Estado é proposta a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande.

A presente emenda se justifica na hipótese de aprovação do ante-projeto referido, para que não deixe de figurar no orçamento a matéria, sem o que seria inexistente.

Sala das Sessões.

fora de Jensen

A emenda em apêndice contém o disposto no inciso I, art. 786 do Regimento da C. ra -

com destaque a reg. do autor em 20/11/59


4-11-984

re. Jensen

12/300

PARECER N°34/60

Pag. 2



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADO DA PARAIBA
JOÃO PESSOA, Pb.

PARECER N. 34/60

<i>Ante</i> - Projeto de Lei n.º 63/1960	Distribuição
AUTORIZA O GOVÉRNO DO ESTADO A ABRIR PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA O CRÉDITO ESPECIAL DE R\$ 1.300.000,00, PARA OCORRER AS DESPESAS COM A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAMPINA GRANDE.	
<i>A Comissão de Finanças</i> <i>Em 16-5-60.</i>	

VETO AO PROJETO DE LEI N° 63/1960

V. P.


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADO DA PARAIBA

JOÃO PESSOA, Pb.
Processo n. _____

V É T O A O

Projeto de Lei n.º 63/1960

AUTORIZA O GOVÉRNO DO ESTADO A ABRIR PEIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA O CRÉDITO ESPECIAL DE R\$..... 1.500.000,00 PARA OCORRER AS DESPESAS COM A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE CAMPINA GRANDE.

Distribuição

ARQUIVADO

*À Comissão Justiça
em 2-10-60
B. P.*

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

8-97

TÍTULO 22 - Secretaria de Educação e Cultura

CAPÍTULO 22.5 - Departamento de Educação

INCISO 22.5.4 - Escola Normal Estadual de Campina Grande

VERBA 0 - Pessoal Fixo

CONSIGNAÇÃO 8330 - SUBCONSIGNAÇÃO 0.01 - Funcionários

[Handwritten Signature]

T E X T O:

Em vez de:

1 Diretor P-N 102.000,

Diga-se:

1 Diretor P-T 180.000,

Sala das Sessões, 23 de Novº de 1960

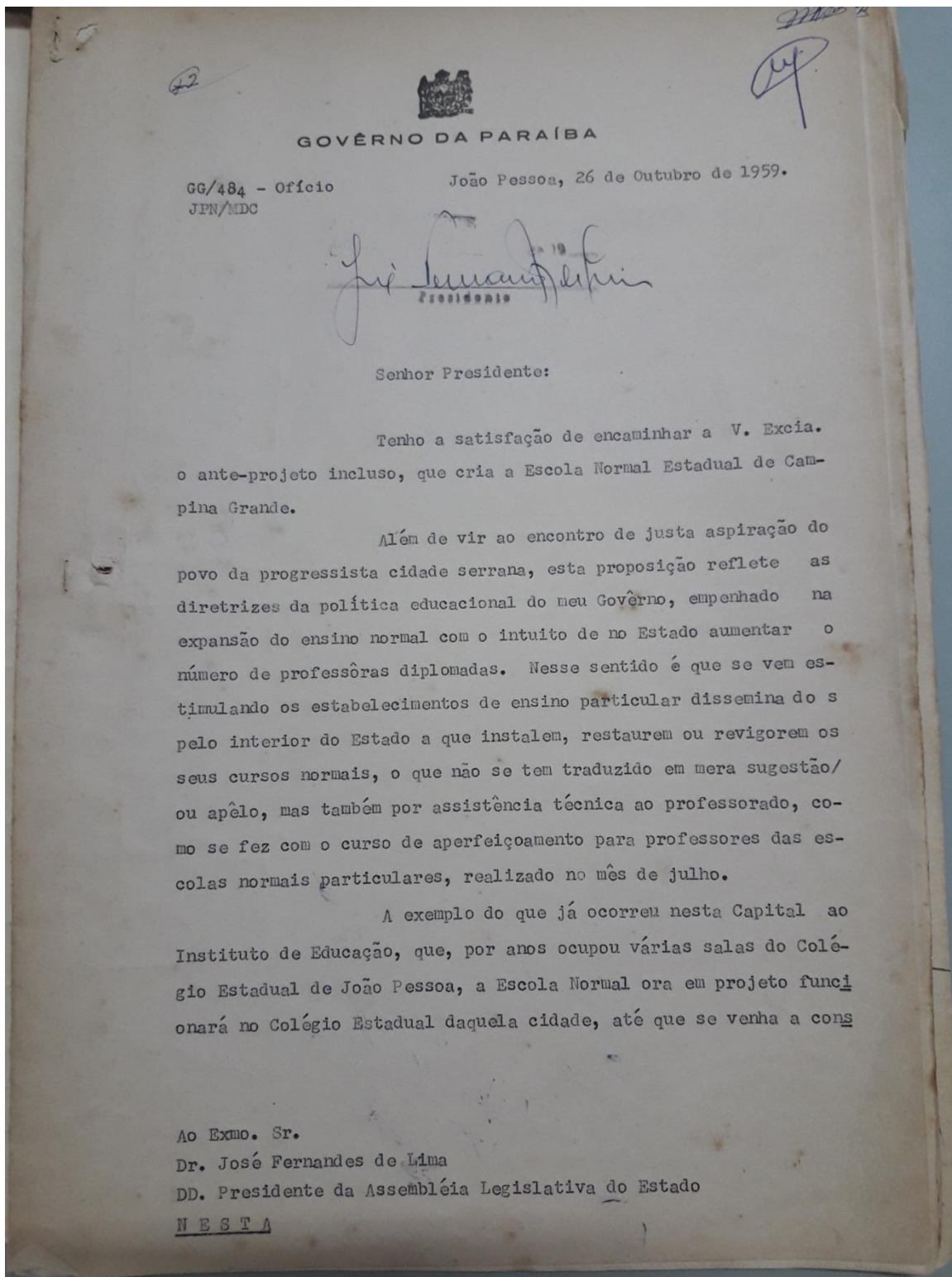
JUSTIFICAÇÃO:

A presente emenda é justificavel de acôrdo com a Lei nº 2.271, de 16.7.1960, que reestrutura o cargo acima referido e que semem te foi publicada no Diário Oficial de 20 de julho do corrente ano, quan do a Propesta Orçamentária já estava prenta.

[Handwritten Signature]

[Red Stamp]

MENSAGEM DE ENVIO ANTEPROJETO QUE CRIA A ESCOLA NORMAL



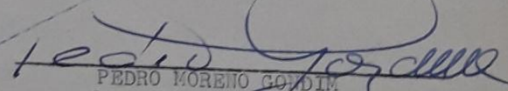
3
17/10/54
- 2 -

truir o seu edifício próprio, providência já solicitada, em regime de convênio ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) , desde fevereiro do ano em curso, quando, pessoalmente, o atual titular da Secretaria de Educação e Cultura entregou o memorial em que fôra consubstanciado o pedido.

Confrontando a organização administrativa e o currículo do seu curso pedagógico, constata-se que o ante-projeto da Escola Normal Estadual de Campina Grande apresenta estrutura idêntica à do Instituto de Educação, denominação que, entretanto , em tôdas a unidades da Federação, é reservada à escola normal padrão, que não se restringe ao curso normal, por isso que lhe cumpre promover cursos permanentes ou periódicos de aperfeiçoamento e especialização do professorado de grau médio e elementar e promover outras necessidades extracurriculares atinentes ao aprimoramento do ensino normal e primário, servindo de modelo às instituições que se lhe equiparam. É o que se depreende da lei n) 850, de 6 de dezembro de 1952.


Cogitando de instalar a Escola Normal Estadual de Campina Grande no início do próximo ano e procurando introduzir a sua despesa na proposta orçamentária ora em estudo nessa / ilustre Assembléa Legislativa, venho solicitar de V. Excia. a providência de imprimir maior celeridade ao estudo e votação do ante-projeto em causa.

Valho-me do ensejo para renovar a V. Excia. os mais elevados protestos de estima e apreço.


PEDRO MORENO GONDIM
Governador do Estado

AUTORIZAÇÃO ANTEPROJETO – PODER EXECUTIVO

J. F. Lima


GOVÉRNO DA PARAÍBA

GG/335-Ofício
VLB/IE

João Pessoa, 5 de Maio de 1960

AO EXPEDIENTE
Em 7 de Maio de 1960
Antônio d'Ávila Lins
Presidente

Senhor Presidente:

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o ante-proje-
to de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Secretaria
de Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000,00 (um mi-
lhão e trezentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a ins-
talação e manutenção da Escola Normal de Campina Grande.

2. A proposição visa a corrigir a lacuna da Lei nº2.229,
de 31 de Março de 1960, que criou esse Estabelecimento de ensino ,
sem, contudo, provê-lo de meios financeiros exigidos para o seu nor-
mal funcionamento.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Ex-
celência os meus protestos de elevada estima e mui distinta conside-
ração.

José Fernandes de Lima
(José Fernandes de Lima)
GOVERNADOR

Exmo. Sr.
Deputado Antônio d'Ávila Lins
D.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N E S T A

A Ordem do Dia da próxima
sessão
Em 8 - 7 - 1960

Aprovado o projeto
em discussão única.
Em 8 de setembro de 1960
Wanda Cabral
1.ª Secretária

Aprovado o projeto em
única discussão
Em 17 de setembro de 1961
Wanda Cabral
1.ª Secretária

A Comissão de
A SANÇÃO
Em de de 19
Em de de 19
1.ª Secretária

A SANÇÃO
Em 9 de setembro de 1961
Wanda Cabral
1.ª Secretária

que Avam foi -
galves - para providenciar.
Em 19 de 9 de 1961
Wanda Cabral
Diretor de R.E.A.

Providenciado - ofício 594
Em 19 de setembro de 1961
Amorim Macêdo

PROFESSORES FUNDADORES DA ESCOLA NORMAL

PROJETO DE LEI Nº 169/60

94

Efetiva os professores fundadores da
Escola Normal Estadual de Campina
Grande . -

ART. 1º) - São considerados efetivos os professores da Escola Normal Estadual de Campina Grande, neste Estado, desde que tenham sido fundadores de suas respectivas cátedras.

ART. 2º) - Revogadas as disposições em contrario, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de Outubro de 1960

Deputado João Freire

Justificativa em plenário e no projeto de lei nº 221/55 -
que requeremos a juntada. -

A Comissão de Justiça

Em 27 de Out de 1960

[Assinatura]
1.º Secretário

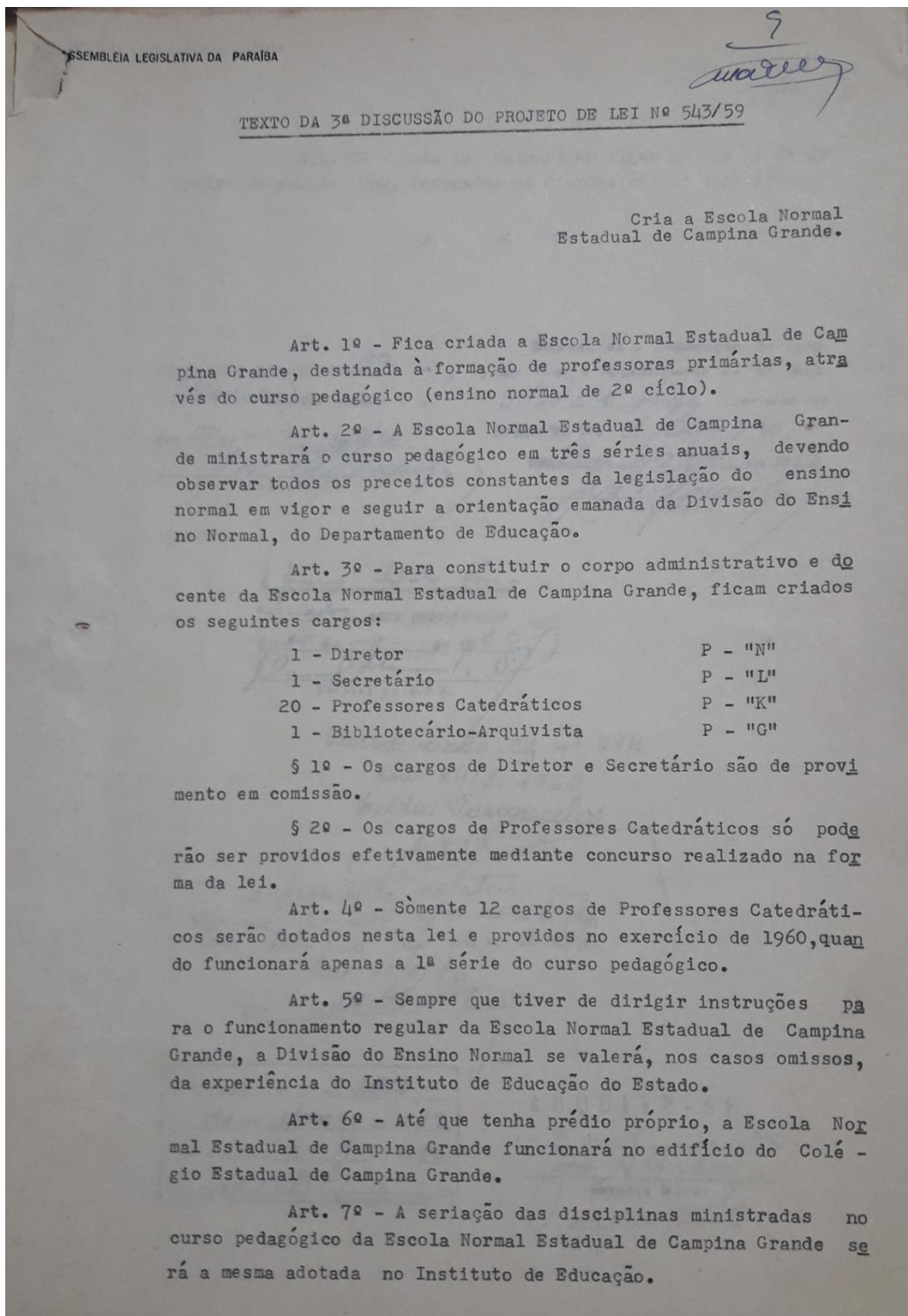
Divisão de Exp. e Administração

Nesta data, passo o presente processado ao Secretário das Comissões

Em 27 de Out de 1960

[Assinatura]
Enc. Serv. Comunicações

TEXTO DA 3ª DISCUSSÃO – ASSEMBLEIA



10
[Handwritten signature]

- 2 -

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de Janeiro do ano de 1960, revogadas as disposições em contrário.

x x x

Aprovado o projeto em 3º
(terceira) discussão.
Em 24 de 3 de 1960
[Signature]
1.º Secretário

Dispensada a publicação de texto
de final e requerimento do Sr. Dep.
Vital do Rêgo *[Handwritten]*
Ordem de Dia A. B. Gonçalves
Em 24 de Março de 1960
[Signature]
1.º Secretário

A func. Zilda Vas-
concelos para providenciar
Em 3 de 3 de 1960
[Signature]
Diretor da D. F. A.

Providenciado - Of. nº 214
Em 24/3/1960
Zilda Vasconcelos

O expediente relativo ao
ofício nº 214, foi recebido
em Palácio no dia 29/3/60.
Em 12/4/60
[Signature]

Sancionada Lei nº 2299 -
em 31 de Março de 1960
publicada em 21 de 4 de 1960
[Signature]

ARQUIVE-SE
em 9 de 4 de 1960
[Signature]
Diretor Geral
[Signature]

FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL – ARQUIVO WALDEMAR BISPO
DUARTE

CAIXA 59



NOMEAÇÃO DIÁRIO OFICIAL/PROFESSORA

4 .

JOÃO PESSOA — TERÇA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1960

— Concedo os 6 meses de licença especial, nos termos do parecer da Secretaria do Interior e Segurança Pública.

O Secretário do Interior e Segurança Pública assinou a seguinte portaria:

Expediente do dia 8/10/60

Nomeando o 3º sargento da Polícia Militar do Estado, Sabino Alves da Silva Lima, para exercer o cargo de Comissário de Polícia do município de Condição.

DELEGACIA ESPECIAL DE TRANSITO

O Delegado Especial de Trânsito, assinou a seguinte portaria:

Expediente do dia 7/10/60

Proibindo terminantemente o estacionamento de caminhões, na Rua Duque de Caxias (trecho compreendido do Cine Rex até Falcão) e na Av. Barão do Triunfo (da Capitania dos Portos até A Exposição), permitindo-se, apenas, o serviço de carga e descarga, nos horários de 6 às 8 e de 13 às 14.

RECEBEDORIA DE JOÃO PESSOA

O Diretor da Recebedoria de João Pessoa, despatchou as seguintes petições:

Expediente do dia 8/10/60

Luiz de Almeida Cunha — Certifique-se. A S.P.A.
Kelly Paulo Ferreira — Igual despacho.
Manoel Tomaz Garcia — Igual despacho.
Joaquim de Oliveira e Silva — Igual despacho.
Edmundo Cabral de Melo — Deferido à vista da informação. A S.P.A.
Sebastião Abílio da Silva — Deferido. A S.P.A.
Ind. Reunidas "Vera Cruz Ltda." — Nos termos da informação, defiro o pedido. A S.P.A.

TRIBUNAL DA FAZENDA

Sessão do dia 7 de outubro de 1960.

Presidente — Dr. Antônio Tavares de Carvalho.
Secretário das Finanças — Arnóbio Lins Falcão — Chefe de Gabinete.

Compareceram os seguintes Membros: Sr. Romualdo Rolim, Diretor do Tesouro; Sr. Bertino do Carmo Lima, Contador Geral; Sr. João dos Santos Coelho Filho, respondendo pelo Procurador Fiscal.

O expediente consistiu do seguinte:

Prestações de contas: — O Tribunal julgou certas as seguintes: Maria Salette Medeiros, na quantia de Cr\$ 16.000,00; nº 19627, de Alvaro Rodrigues de Souza Filho, na quantia de Cr\$ 3.000,00; nº 13734, de Vitorino Jorge de Souza, na quantia de Cr\$ 3.750,00; nº 20861, de Julio Ferreira da Silva, na quantia de Cr\$ 500,00; nº 14820, de Ademar Gonçalves da Costa, na quantia de Cr\$ 3.000,00; nº 14310, de Geraldo Cezário da Silva, na quantia de Cr\$ 1.000,00; nº 18244, de Luiz Gonzaga de Souza, na quantia de Cr\$ 2.000,00; nº 20857, de Osmiro de Andrade Santiago, na quantia de Cr\$ 16.750,00; nº 19770, de Damião Mendes dos Santos, na quantia de Cr\$ 5.000,00; nº 19772, de Professor Pericleo Gouveia, na quantia de Cr\$ 10.000,00; nº 16911, de Lucimar Ferreira Soares de Pinto, na quantia de Cr\$ 1.000,00; nº 18498, de Lucimar Ferreira Soares de Pinho, na quantia de Cr\$ 1.000,00; nº 2765, de José Gomes da Silva, na quantia de Cr\$ 1.000,00; nº 16589, de João Ferreira da Silva, na quantia de Cr\$ 3.288,00; nº 19332, de José Nunes Padilha, na quantia de Cr\$ 1.500,00.

Prestação de contas: — O Tribunal converteu em diligência nº 19646, de Adalgisa Cabral Duarte, na quantia de Cr\$ 500,00.

Fiança: — O Tribunal aceitou a fiança de Manuel Ribamar de Vasconcelos, representada pela Apólice de Seguros de Fidelidade Funcional sob nº 22721, da quantia de Cr\$ 20.000,00, emitida pela IPASE, para garantia de sua responsabilidade na função de Tesoureiro da Coletoria Estadual de Monteiro.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O Secretário de Educação e Cultura assinou as seguintes portarias:

Expediente do dia 7/10/60

Designando Nelí Carneiro de Araujo, Regente de Classe, referência I, da Tabela Numérica de Men-

galista, lotada no Departamento de Educação, para ter exercício no Grupo Escolar "Antônio Pessoa", desta Capital.

Designando Maria Lourdes de Medeiros, ocupante do cargo da classe C, da carreira de Professor, do Quadro Permanente do Estado, lotado no Departamento de Educação, para ter exercício na Escola Modelo do Estado.

(*) Reproduzido por correção.

EXPEDIENTE DO DIA 10/10/60

Designando Lindalva de Sousa Ramos, ocupante do cargo da Classe "C", da carreira de Professor, do Quadro Permanente do Estado, lotado no Departamento de Educação, para ter exercício no Grupo Escolar "Clementino Procópio", da cidade de Campina Grande.

Designando Maria Aparecida de Figueiredo Gaudêncio, ocupante do cargo da Classe "C", da carreira de Professor, do Quadro Permanente do Estado, lotado no Departamento de Educação, para ter exercício na Escola Normal Estadual, da cidade de Campina Grande.

TEONE MOINHOS DO BRASIL S/A COMERCIAL INDUSTRIAL AGRICOLA

AVISO

Na forma do que dispõe o art. 111 do Decllei 2027 ficam convidados os senhores acionistas a manifestarem a sua preferência para subscrição de 25.000 (vinte e cinco mil) ações da sociedade, que serão emitidas para aumento do capital social, de acordo com a resolução da Assembléia Geral Extraordinária, tomada em 15 de setembro de 1960.

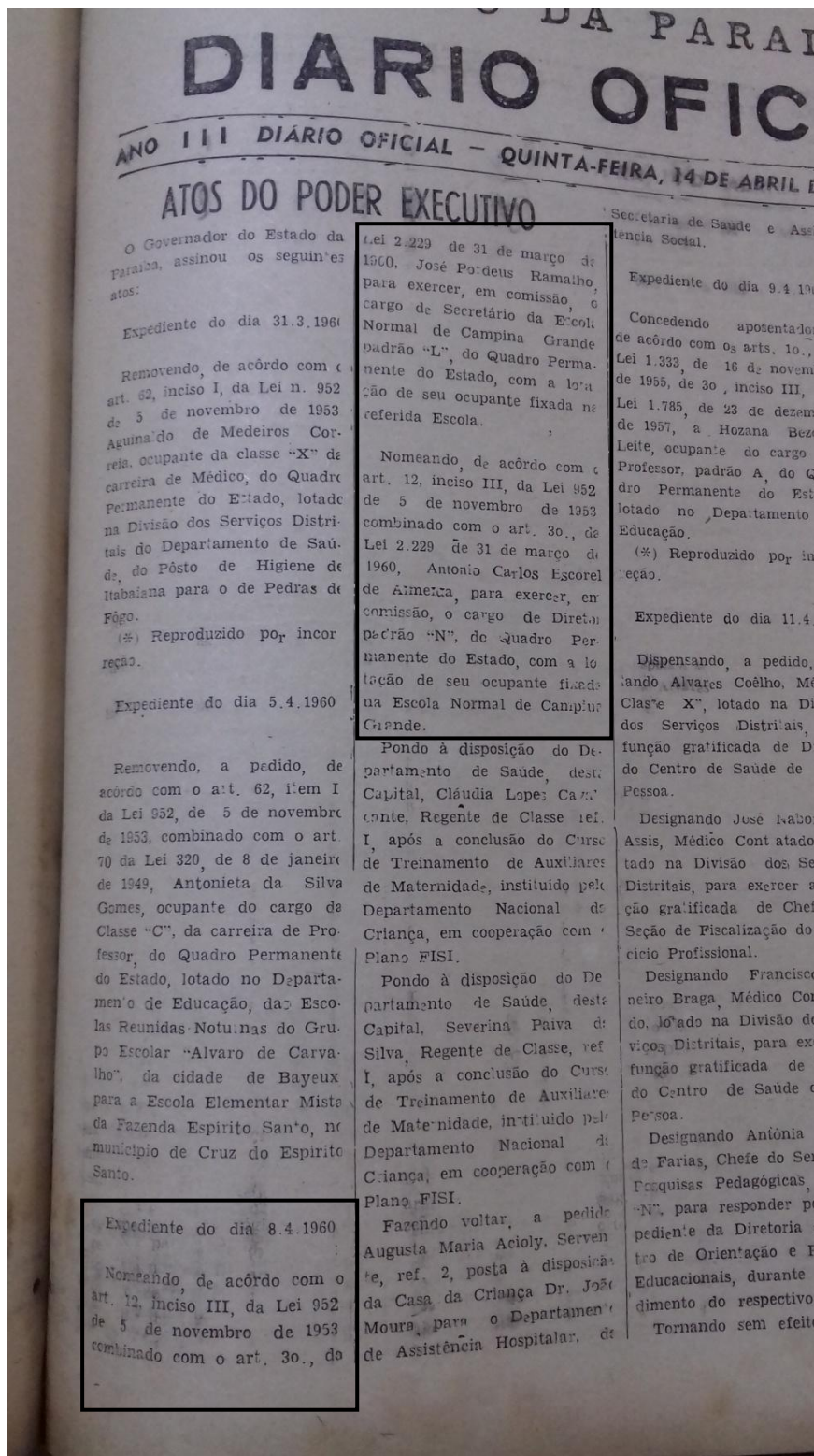
João Pessoa, 10 de outubro de 1960.

FRANCISCO TEOTÔNIO NETO — Dir.-Presidente

JOSE TEOTÔNIO DA SILVA — Dir. Tesoureiro

RENATO TEOTÔNIO DA SILVA — Dir. Secre-

NOMEAÇÃO DIRETOR - SECRETÁRIO



A UNIÃO

FATRIMÔNIO DO ESTADO ANO LXVII - João Pessoa - Sexta-feira, 13 de Novembro de 1959 - N.º 232

FUNDADO EM 1932 ORGÃO PIONEIRO DA IMPRENSA PARATIENSE 8 PÁGINAS

JK: Terroristas São Partidários Do Brasil Sub-Colonial

JOÃO PESSOA, 12 — O que se realizou pela noite...

Depois de insistir que...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...



Assimilou o vice-prefeito...

ASSIMILOU O VICE-PREFEITO — Por motivo de...

ASSIMILOU O VICE-PREFEITO — Por motivo de...

ASSIMILOU O VICE-PREFEITO — Por motivo de...

ASSIMILOU O VICE-PREFEITO — Por motivo de...

ASSIMILOU O VICE-PREFEITO — Por motivo de...

ASSIMILOU O VICE-PREFEITO — Por motivo de...

Emenda Pilla agora é "Golpe Parlamentarista"

RIO, 12 — O "golpe" nacional e a formação do...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Em seguida, a Presidente da República...

Ferrari retiraria candidatura

RIO, 12 — O ex-Fel...

Ferrari retiraria candidatura...

Ferrari retiraria candidatura...

Ferrari retiraria candidatura...

Ferrari retiraria candidatura...

Ferrari retiraria candidatura...

Ferrari retiraria candidatura...

PSP quer retirar apoio a Adhemar

RIO, 12 (Luzerna) — A...

PSP quer retirar apoio a Adhemar...

PSP quer retirar apoio a Adhemar...

PSP quer retirar apoio a Adhemar...

PSP quer retirar apoio a Adhemar...

PSP quer retirar apoio a Adhemar...

PSP quer retirar apoio a Adhemar...

Caso das Bombas Ainda na Estaca Zero

RIO, 12 — Segundo a...

Caso das Bombas Ainda na Estaca Zero...

Caso das Bombas Ainda na Estaca Zero...

Caso das Bombas Ainda na Estaca Zero...

Caso das Bombas Ainda na Estaca Zero...

Caso das Bombas Ainda na Estaca Zero...

Caso das Bombas Ainda na Estaca Zero...

Derrota do PTB acabou Jango

PORTO ALEGRE, 12 — Um...

Derrota do PTB acabou Jango...

Derrota do PTB acabou Jango...

Derrota do PTB acabou Jango...

Derrota do PTB acabou Jango...

Derrota do PTB acabou Jango...

Derrota do PTB acabou Jango...

Terroristas planejam agitar o Rio

RIO, 12 — O coronel...

Terroristas planejam agitar o Rio...

Terroristas planejam agitar o Rio...

Terroristas planejam agitar o Rio...

Terroristas planejam agitar o Rio...

Terroristas planejam agitar o Rio...

Terroristas planejam agitar o Rio...

ALTA DO DÓLAR

RIO, 12 — Continuando...

ALTA DO DÓLAR...

ALTA DO DÓLAR...

ALTA DO DÓLAR...

ALTA DO DÓLAR...

ALTA DO DÓLAR...

Carne, Nada resolvido

RIO, 12 — O governo...

Carne, Nada resolvido...

Carne, Nada resolvido...

Carne, Nada resolvido...

Carne, Nada resolvido...

Carne, Nada resolvido...

Carne, Nada resolvido...

Missão vai mesmo à URSS

RIO, 12 — O grupo...

Missão vai mesmo à URSS...

Missão vai mesmo à URSS...

Missão vai mesmo à URSS...

Missão vai mesmo à URSS...

Missão vai mesmo à URSS...

Missão vai mesmo à URSS...

Missão vai mesmo à URSS...

Missão vai mesmo à URSS...

VAI OFICIAL

RIO, 12 — O Ministro...

VAI OFICIAL...

VAI OFICIAL...

VAI OFICIAL...

Vinte milhões de cruzeiros para a construção da Escola Normal de C. Grande

Do Instituto de...

Vinte milhões de cruzeiros para a construção da Escola Normal de C. Grande...

Vinte milhões de cruzeiros para a construção da Escola Normal de C. Grande...

Vinte milhões de cruzeiros para a construção da Escola Normal de C. Grande...

Reunião de Governadores do Nordeste

RECIFE, 12 — A Secretaria...

Reunião de Governadores do Nordeste...

Reunião de Governadores do Nordeste...

Reunião de Governadores do Nordeste...

Polícia dissolveu reunião de Portuários

RIO, 12 — Com a...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

Polícia dissolveu reunião de Portuários...

RECIFE

RECIFE, 12 — Tendo em...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

NOVA FLORÉSTIA COM A ELEIÇÃO CORRENTE

NOVA FLORÉSTIA, 12 — O...

NOVA FLORÉSTIA COM A ELEIÇÃO CORRENTE...

NOVA FLORÉSTIA COM A ELEIÇÃO CORRENTE...

NOVA FLORÉSTIA COM A ELEIÇÃO CORRENTE...

RECIFE

RECIFE, 12 — O grupo...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE

RECIFE, 12 — O grupo...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

RECIFE...

EMENTA ANTEPROJETO

- 9 -

Nº DE ORIGEM NA S.GOVÉRNO	NÚMERO	DATA	EMENTA DO ANTE-PROJETO
74	483	12.10.59	e Contador da S.I.S.P. Abre crédito especial). (LEI Nº 2.334). Reestrutura e cria cargos e dá outras providências. (Autoriza abertura de crédito. Na Secretaria de Educação e Cultura). (LEI Nº 2.472).
75	484	26.10.59	Cria a Escola Normal de Campina Grande. (LEI Nº 2.229).
76	489	30.10.59	Autoriza a abertura de crédito especial até um milhão de cruzeiros, para o fim que especifica. (Recuperação do Teatro Minerva, da cidade de Areia). (LEI Nº 2.213).
77	490	30.10.59	Cria cargos no Quadro Permanente do Estado. (Na Secretaria de Viação e Obras Públicas. Um de Cartógrafo, padrão "N" e o outro de Chefe do Serviço de Transporte, padrão "N"). (LEI Nº 2.699).
78	491	3.11.59	Fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado para o exercício de 1960 e dá outras providências. (LEI Nº 2.290).
79	496	4.11.59	Autoriza o Poder Executivo a elevar a subvenção do Asilo "Deus e Caridade", de Campina Grande e dá outras providências (C.E. até R\$ 100.000,00). (LEI Nº 2.263).
80	507	13.11.59	Dispõe sobre padrão de vencimentos de cargo público, e dá outras providências (Diretor da Colônia de Readaptação Agrícola de Mangabeira. Autoriza abertura de crédito especial). (LEI Nº 2.263).
81	511	16.11.59	Dispõe sobre a criação de cargos públicos e dá outras providências. (Divisão do Ensino Rural, Professor e Supletivo). (RETIRADA DA A.L.).
82	512	16.11.59	Dispõe sobre o padrão de cargo público e dá outras providências. (Diretor da Divisão de Educação Física, do Departamento de Educação. Autoriza abertura de crédito especial).

7) Metodologia, Observação e Prática do Ensino do Desenho e Artes Aplicadas

4	1 aula
TOTAL	4 aulas

8) CURSO DE DIDÁTICA ESPECIAL DE MÚSICA

1) Teoria Musical	3 aulas
2) Física Acústica	3 aulas
3) Anatomia e Fisiologia dos órgãos vocais	2
4) História da Música e do Canto Coral	2
5) Teoria da Música	2
6) Metodologia da Música e do Canto	2
TOTAL	14 aulas

9) CURSO DE EDUCAÇÃO DOS ANORMAIS

1) Psicologia Especial dos Anormais	3 aulas
2) Pedagogia Especial	3
3) Metodologia Especial	2
4) Teorias Humanas e Artes Aplicadas	2
5) Observação e Prática do Ensino dos Anormais	1
TOTAL	11 aulas

Art. 19 - Curso de especialização de ensino normal sendo ministrado em um ano e somente podendo funcionar no Instituto de Educação.

Art. 20 - Os cursos de especialização serão organizados e implantados por iniciativa da Diretoria do Instituto de Educação, dependendo, porém, do seu funcionamento de autorização expressa do Departamento de Educação.

Art. 21 - Nenhum curso de especialização poderá ser instalado sem matrícula inferior a quinze (15) alunos, nem deverá ultrapassar o limite de quarenta (40), para cada turma.

Art. 22 - As aulas dos cursos de especialização sempre em caráter extraordinário, serão ministradas, preferivelmente, aos professores especialistas e docentes do Instituto de Educação, sob a direção dos Faculdades de Filosofia e de Educação e de Pedagogia.

Art. 23 - Para a prática das matérias que não forem ensinadas no curso do ensino dos estabelecimentos de ensino, serão contratados professores especializados nas matérias mencionadas no presente artigo, cujos salários serão fixados em contrato.

Art. 24 - A duração, no contrato, dos professores para os cursos que forem instalados na forma acima prevista, será fixada pelo Diretor do Instituto de Educação, devendo ser indicada pelo Departamento de Educação, devidamente justificada.

Art. 25 - Aos professores ocupados, ou contratados, para os cursos de especialização, será atribuída uma gratificação, segundo o critério de alta ministerial.

Art. 26 - Os professores das diferentes disciplinas dos cursos de especialização deverão ser submetidos à aprovação do Departamento de Educação, através da Superintendência do Ensino Normal do Estado.

CAPÍTULO IV

DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Art. 27 - Os cursos de administração escolar de grau primário visam a habilitar diretores de escolas, orientadores de ensino, inspetores escolares, tutores, estatísticos e encarregados de provas e medidas escolares.

Art. 28 - Os cursos de que se refere o artigo anterior deverão funcionar exclusivamente no Instituto de Educação e serão ministrados em dois (2) anos.

Parágrafo único - A primeira série comum a todas as séries compreenderá matérias de formação geral, a segunda série de especialização propriamente dita, abarcará três (3) disciplinas:

- a) Diretores e Inspetores escolares;
 - b) Orientadores de ensino;
 - c) Estatísticos escolares e encarregados de provas e medidas escolares.
- Art. 29 - Será mantido o seguinte currículo:

PRIMEIRA SÉRIE

1) Biologia Educacional	2 aulas
2) Fundamentos Sociais da Educação	2
3) Filosofia da Educação	2
4) História e Educação	2
5) Fundamentos da Pedagogia	2
6) Metodologia da Educação	2
7) Metodologia do Ensino Primário	2
TOTAL	14 aulas

SEGUNDA SÉRIE

1) DIRETORES E INSPECTORES ESCOLARES	3 aulas
2) Estatística Aplicada à Administração Escolar	3
3) Legislação do Ensino	2
4) Estatística Escolar	2
5) Estatística Escolar - Literatura Infantil	2
6) Metodologia, Observação e Prática do Ensino	2
TOTAL	14 aulas

3) ORIENTADORES DE ENSINO

1) História e Filosofia da Educação	2 aulas
2) Organização, Administração e Legislação Escolar	2
3) Orientação Educacional e Profissional	2
4) Instituições Escolares e Literatura Infantil	2
5) Metodologia, Observação e Prática do Ensino	2
TOTAL	10 aulas

4) AUXILIARES ESTADÍSTICOS E ENCARREGADOS DE PROVAS E MEDIDAS ESCOLARES

1) Estatística Geral e Educacional	3 aulas
2) Psicologia Experimental	2
3) Matemática Elementar	2
4) Técnicas de Provas e Medidas Escolares	2
5) Desenho Técnico	2
TOTAL	11 aulas

Art. 29 - Sendo observadas, na instalação dos cursos de administração escolar, as condições de suas turmas de alunos, na organização dos professores de ensino, as medidas necessárias, estabelecidas no capítulo anterior para o funcionamento dos cursos de especialização do ensino normal.

TÍTULO III

DA VIDA ESCOLAR

CAPÍTULO I

DOS TRABALHOS ESCOLARES

Art. 30 - Os trabalhos escolares consistirão de lições, exercícios e exames e trabalhos complementares.

Art. 31 - As lições e exercícios são de frequência obrigatória.

Art. 32 - Estabelecer-se-á nas aulas, entre professor e os alunos, regime de aula e constante colaboração.

Art. 33 - Os trabalhos complementares compreenderão pesquisas ou trabalhos propostos pelo professor, bem como atividades relacionadas com as instituições para-colegiais.

Parágrafo único - Os trabalhos complementares referentes ao funcionamento de instituições para-escolas deverão ser orientados e supervisionados pelo professor responsável, com o intuito de proporcionar aos alunos condições próprias à formação dos sentimentos de solidariedade e cooperação, visando a especial atenção de suas atividades por ocasião de desastres e fomentando entre os educandos o interesse permanente pelos problemas nacionais e regionais.

CAPÍTULO II

DO REGIME ESCOLAR E DIDÁTICO

Art. 34 - O ano escolar será dividido em períodos letivos e de férias, distribuídos da seguinte maneira:

1º - período letivo de 1º de março a 30 de junho e 1º de agosto a 30 de novembro;

2º - período de férias de 15 de dezembro a 15 de fevereiro e todo o mês de julho.

Parágrafo único - A primeira quinzena de dezembro ficará reservada aos exames finais de primeira época e a segunda metade de fevereiro aos exames de segunda época e do vestibular.

Art. 35 - Os períodos e dias letivos, no arrolamento, poderão ser modificados, desde que essa modificação não contrarie os dispositivos da Legislação Federal que vença o ano.

Art. 36 - Haverá, diariamente, trabalhos escolares, exceto nos domingos e dias festivos.

Parágrafo único - Serão suspensas os trabalhos escolares: na data de inauguração do estabelecimento, no Dia do Professor (15 de outubro), nos dias considerados de luto para o estabelecimento, ou, ainda, quando ocorrer motivo de força maior, a julgo do Diretor do estabelecimento, comunicando o fato ao Diretor do Departamento de Educação.

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS E DA ORIENTAÇÃO GERAL DO ENSINO

Art. 37 - Os programas das disciplinas serão simples, claros e diretos, e corresponderão ao nível da escolarização, tendo em vista o desenvolvimento intelectual, físico e emocional dos alunos.

Art. 38 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 39 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 40 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 41 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 42 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 43 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 44 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 45 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 46 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 47 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 48 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 49 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 50 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 51 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 52 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 53 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 54 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 55 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 56 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 57 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 58 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 59 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 60 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 61 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 62 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 63 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 64 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 65 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 66 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 67 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

Art. 68 - Os programas das disciplinas serão estabelecidos pelo Departamento de Educação, em conformidade com os programas das respectivas normas.

CAPÍTULO VI

DA MATRÍCULA E DA TRANSFERÊNCIA

Art. 69 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 70 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 71 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 72 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 73 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 74 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 75 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 76 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 77 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 78 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 79 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 80 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 81 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 82 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 83 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 84 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 85 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 86 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 87 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 88 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 89 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 90 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 91 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 92 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 93 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 94 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 95 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 96 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 97 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 98 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 99 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 100 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 101 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 102 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 103 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 104 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 105 - A matrícula será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

CAPÍTULO VII

DA HABILITAÇÃO DOS ALUNOS E DAS PROVAS

Art. 106 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 107 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 108 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 109 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 110 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 111 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 112 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 113 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 114 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 115 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 116 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 117 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 118 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 119 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 120 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 121 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 122 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 123 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 124 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 125 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 126 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 127 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 128 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 129 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 130 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 131 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 132 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 133 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 134 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 135 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 136 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 137 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 138 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 139 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 140 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 141 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

Art. 142 - A habilitação dos alunos para o ensino normal será feita em duas séries, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto.

TITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art. 123 — Não poderão funcionar no Estado estabelecimentos de ensino normal que desatendam aos princípios e preceitos da Lei Orgânica do Ensino Normal e às instruções complementares que vierem a ser expedidas, a respeito do funcionamento dos cursos normais regionais e dos cursos de formação de professores primários.

Art. 124 — O Instituto de Educação e os cursos normais porventura equiparados, ou oficialmente reconhecidos, funcionarão, a partir do ano letivo de 1953, nos termos desta Lei.

Art. 125 — Os estabelecimentos de ensino normal deverão constituir-se como centros de cultura escolar e extra-escolar da zona em que funcionarem procurando desenvolver uma ação moralizadora e constante, em prol da dignificação da carreira do professor primário.

Art. 126 — O Estado e os Municípios poderão subvencionar estabelecimentos particulares de ensino normal, sempre que funcionem em zonas onde não existem cursos ou escolas oficiais, na proporção suficiente para atender às necessidades da população escolar.

Art. 127 — Os estabelecimentos de ensino subvencionados são obrigados a manter, gratuitamente, um número de alunos nunca inferior a cinco por cento (5%) dos matriculados, que sejam reconhecidamente necessitados.

Art. 128 — As subvenções dos estabelecimentos particulares de ensino normal poderão ser supressas em qualquer tempo, a juízo do Governo, em virtude de falta de cumprimento do disposto no artigo anterior.

Art. 129 — Os cursos de especialização do ensino normal e os de administradores escolares destinam-se predominantemente a professores pertencentes ao quadro do magistério primário da Paraíba, mas poderão também ser frequentados por professores de outras unidades federativas, ou por professores particulares, mediante normas e acordos especiais, a propósito estabelecidos pelas autoridades de ensino às quais estiverem subordinados os referidos cursos.

Art. 130 — Será concedida a matrícula nos cursos referidos no artigo anterior aos professores estaduais que para ela se tenham habilitado, consoante as disposições regulamentares respectivas, desde que não conste de sua ficha funcional nota desabonadora e tenham revelado vocação para o magistério, condições de que farão a necessária prova.

Art. 131 — Depois de aprovados os professores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, somente os portadores de certificados de conclusão de cursos de administração escolar, expedidos nos termos do artigo 87, poderão ter acesso aos cargos vagos, ou que vierem a vazar, para os quais conseguirem a respectiva habilitação, sendo assegurada a preferência aos que tiverem revelado maior aproveitamento.

Art. 132 — O regime escolar e o didático e o processo de avaliação dos resultados escolares dos cursos de especialização e de administração escolar, obedecerão aos princípios indicados nesta Lei em tudo quanto lhe possa aplicar.

Art. 133 — A partir do ano letivo de 1953, todos os alunos dos cursos de primeiro e segundo ciclo de ensino estabelecido por esta Lei.

Art. 134 — Os programas de ensino a serem organizados, segundo as normas regulamentares respectivas, e que vigorarão a partir de 1953, serão publicados no Diário Oficial, para conhecimento dos interessados.

Art. 135 — Os casos omissos nesta Lei e nos decretos internos dos estabelecimentos de ensino normal, serão resolvidos, sob consulta ao Ministério de Educação e Saúde pela Superintendência do Ensino Normal do Estado.

Art. 136 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 6 de dezembro de 1952; 64ª da Proclamação da República.

JOSE AMERICO DE ALMEIDA
José Medeiros Vieira

VETO PARCIAL

Veto o artigo 102 do projeto de lei n. 2452, na parte que impõe ao Estado a obrigação de pagar honorários aos inspetores dos estabelecimentos de ensino normal, mesmo os particulares.

Tem sido norma pacificamente aceita e consagrada na legislação disciplinadora da espécie o ônus que atreia aos estabelecimentos de ensino o custo dos serviços de fiscalização de seus próprios cursos.

Mesmo que outra fosse a situação econômico-financeira do Estado, não seria justo criar-se uma despesa que, logicamente, deve competir ao estabelecimento beneficiado.

Despacho: Reconheço a dívida na importância de Cr\$ 1.233,00 (um mil duzentos e trinta e três cruzeiros), conforme pareceres, devendo ser relacionada pela Secretaria das Finanças para ulterior abertura de crédito.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO DIA 22/12/52

O Diretor da Divisão de Pessoal, de pacho as seguintes petições:

De José André Ferreira, ex-transportador mensalista, solicitando anotação do tempo de serviço. — Anotado.
De Waldemar Alves da Silva, Continuo classe A, requerendo anotação do tempo de serviço. — Anotado.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO — PECUARIOS.

Conferência de Certificados de Classificação para Exportação — 18 de Dezembro de 1952.

PRODUTO: AGAVE E ALGODÃO

Sociedade de Expansão Comercial e Industrial Ltda. — 139 fardos de agave com 25.000 quilos líquidos — Lotes Ns. 762 e 764 — Entrada — 17/12/52 às 8,00 horas — Saída — 18/12/52 às 13,20 horas.

Sociedade de Expansão Comercial e Industrial Ltda. — 134 fardos de agave com 25.000 quilos líquidos — Lotes ns. 765 e 766 — Entrada — 17/12/52 às 8,00 horas — Saída — 18/12/52 às 13,20 horas.

Soares de Oliveira & Cia. — 108 fardos de algodão com 20.000 quilos líquidos — Lotes ns. 770 a 772 — Entrada — 18/12/52 às 11,00 horas — Saída — 18/12/52 às 14,40 horas.
Viúva José Claudino da Silva — 150 fardos de algodão com 14.940 quilos líquidos — Lotes ns. 774 e 775 — Entrada — 18/12/52 às 13,00 horas — Saída — 18/12/52 às 15,20 horas.

RESUMO DOS PRODUTOS EXPORTADOS:

Agave: — 273 fardos com 50.000 quilos líquidos.
Algodão: — 258 fardos com 34.940 quilos líquidos.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento da Policia Civil

EXPEDIENTE DO DIA 22/12/52

O Chefe de Policia do Estado, assinou os seguintes atos:
Exonerando o cabo da Policia Militar do Estado, João Alves Pereira, do cargo de sub-comissário de policia do distrito de Serrinha, municipio de Catolé do Rocha.

Nomeando o cabo da Policia Militar do Estado, João Alves Pereira, para exercer o cargo de sub-comissário de policia do distrito de São José, municipio de Brejo do Cruz.

Exonerando o 3º sargento da Policia Militar do Estado Cicero Epifanio da Silva, do cargo de sub-comissário de policia do distrito de São Boaventura, municipio de Itaporanga.

Nomeando o 3º sargento da Policia Militar do Estado, Cicero Epifanio da Silva, para exercer o cargo de sub-comissário de policia do distrito de Matinhas, municipio de Alagoa Nova.

Exonerando o cabo da Policia Militar do Estado, Luiz Gonzaga da Costa, do cargo de sub-comissário de policia do distrito de Nova Floresta, municipio de Cuité.

SECRETARIA DAS FINANÇAS

EXPEDIENTE DO DIA 22/12/52

O Secretário das Finanças, assinou o seguinte ato:

Designando, nos termos do art. 6º, da Lei nº 780, de 5 de setembro de 1952, o bel. João Santos Coelho Filho, para como representante da Secretaria das Finanças, integrar o Conselho de Administração da Caixa de Crédito Mobiliário da Paraíba, criada pela referida Lei.

Recebedoria de João Pessoa

EXPEDIENTE DO DIA 20/12/52

O Diretor despachou as seguintes petições:
De Manuel Pires Bezerra — A' S.P. para certificar.
De Paulo Honório de Melo — Deferido. A' S.P.A.
De Dulce Lima Fernandes — Deferido. A' S.P.A. e em seguida a S.P.
De Antonio Cimaco Ximenes — A' S.P.A. para certificar.

BIBLIOTECA OBRAS RARAS ATILA DE ALMEIDA

SEMANÁRIO OFICIAL JUNHO DE 1957

SEMANÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Campina Grande
(ESTADO DA PARAÍBA)

ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO ELPÍDIO DE ALMEIDA

Ano II

Campina Grande, 27 de Julho de 1957

Num. 80

Professôras Municipais fazem curso de aperfeiçoamento

Vem o Prefeito Elpidio de Almeida, desde que assumiu as responsabilidades do cargo, interessando-se no sentido de melhorar o corpo docente do ensino primário municipal, não só selecionando o professorado por meio de provas, como ainda pela instituição de cursos intensivos de aperfeiçoamento no período das férias escolares.

Outra norma que vem adotando o executivo, visando ao mesmo fim, tem sido a de mandar professoras municipais, com o bolsistas, fazer cursos especializados, sob a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), na Bahia e no Rio de Janeiro.

Em Salvador se encontram, desde março do corrente ano, as professoras Acidália Magalhães Costa e Maria de Lourdes Medeiros, ambas fazendo o curso

de Orientação de Trabalho de Classe.

Para o Rio de Janeiro seguiu ultimamente a prof. Miriam Macedo de Sousa, diretora do Parque Infantil "Coelho Lisboa", a fim de fazer o curso de Recreação e Jogos Infantis, mantido pelo INEP.

De regresso, aperfeiçoadas em seus conhecimentos pedagógicos, irão elas adotar em nossas escolas primárias o que aprenderam e observaram nas duas capitais onde o ensino, sob a supervisão do eminente educador Prof. Anísio Teixeira, já alcançou o nível dos países altamente civilizados.

Outras professoras, para o seguimento de outros cursos, serão designadas no ano próximo. E assim se procederá até o término da atual Administração.

Serviço de Limpeza Pública

Como é do conhecimento de todos, o Serviço de Limpeza Pública do Município funciona diariamente, com exceção do domingo.

Das segundas aos sábados os caminhões da Prefeitura coletam o lixo das ruas do centro e dos bairros da nossa cidade.

Como, porém, aos domingos, o referido Serviço não funciona, não há razão para se colocar nesse dia nenhuma vasilha con-

tendo lixo nas calçadas das residências e casas comerciais, à espera da coleta.

Tal procedimento só traz a desvantagem de afetar o aspecto das nossas ruas, dando aos que nos visitam uma impressão desabonadora de nossos foros de cidade civilizada e asseada.

Encarecemos, portanto, às famílias campinenses não colocarem mais em suas calçadas, aos domingos, depósitos de lixo de qualquer espécie.

Visita da Comissão Técnica do IBAM a Campina Grande

Sábado último visitou esta cidade a Comissão Técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que estuda "in loco" a situação dos municípios finalistas no concurso do Município Brasileiro de Maior Progresso.

Os srs. Diogo Lordello de Me-

lo, Diretor adjunto do IBAM, dr. Benedito Silva, Diretor da Escola Brasileira de Administração Municipal, arquiteto Wit Olaf Prochinnik, do IBAM, o Mário de Moraes, repórter da revista "O Cruzeiro", percorreram, demoradamente, as obras Municipais a-

presentadas à Mesa Deliberativa do Concurso.

Em visita ao Prefeito Elpidio de Almeida os visitantes externaram elogiosas referências ao Município, que reconhecem como uma capital de região.

O dr. Benedito Silva ofereceu

ao Prefeito quatro bolsas de estudos, anuais, para funcionários efetivos na Escola Brasileira de Administração Pública, tendo o Chefe da Edificação aceito e agradecido a oferta, que possibilitará melhoramento nos padrões administrativos da Prefeitura, no tocante ao pessoal.

NOTA DO GABINETE DO PREFEITO

Anda por aí, vociferando pelo rádio, com mentiras e calúnias, conhecido indivíduo que, por equívoco do povo paraibano, se elegeu deputado federal.

Não desce o Prefeito Elpidio de Almeida a dar resposta a quem não possui nenhum vestígio de sensibilidade moral, a quem é acusado, sem defesa, de haver dissipado o patrimônio do nosso Município, de ter assaltado propriedades e arruinado residências de fazendeiros, de haver furtado comerciantes, desfratado,

viúvas, órfãos e moças pobres, e, pior que tudo, de ser o responsável pelo desaparecimento de Felix Araújo, a maior inteligência que já surgiu na Paraíba, em todos os tempos.

Com um indivíduo sobre quem recaem tantos e tão horrorosos crimes, cujo lugar é a cadeia, tem o Prefeito Elpidio de Almeida contas a ajustar, não pelo rádio, mas na Justiça, no ano próximo, quando vier ele a perder as imunidades que atualmente

Pôsto de Puericultura "Epitácio Pessoa"

Movimento do mês de Junho de 1957

Leite existente anteriormente	6.120 grs.
Recebido	276.120 "
Distribuído	268.800 "
Saldo	7.320 "

Crianças beneficiadas:
De 0 a 12 meses: 160

Hênio Azevedo — Diretor